



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

A Responsabilidade Social das Organizações
Estudo de Caso de Entidade do Setor Não Lucrativo:
Clube de Campismo de Lisboa

Luís Filipe Tavares Domingos Duarte

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Economia Social e Solidária

Orientadora:

Dr^a Paula Guimarães, Especialista
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2016

Agradecimentos

Ninguém vence sozinho, por isso o meu agradecimento a quem viveu comigo e aprendeu um manancial de conhecimentos e de novos conceitos, que ao longo de seis anos partilhámos, também a nível social.

À Dr^a Paula Guimarães, pelo peculiar entusiasmo transmitido numa palestra no CCL e que me fez decidir levar por diante a preparação desta dissertação. Pela extraordinária disponibilidade, demonstrada e pelas suas excepcionais qualidades humanas e de profundo conhecimento sobre o tema.

Ao Professor Rogério Roque Amaro pelo seu brilhantismo na transmissão de conhecimentos permitindo uma aprendizagem indelével sobre a Economia Social e Solidária e, igualmente pela sua singular disponibilidade de quem arranja tempo no tempo que não tem para sempre receber os seus alunos.

Ao Professor José Manuel Henriques pelo modo perfeitamente singular com que liderou a direcção do mestrado e que, através de um excepcional saber e de uma partilha reflexiva nas suas aulas, provocou a inquietação suficiente para cativar brilhantemente os seus alunos, para as matérias que ministra como ninguém.

Ao Clube de Campismo de Lisboa, a minha escola de cidadania, de valores e de Bem-Estar social que promoveu, desde sempre, de forma genuína, tudo o que se encontra intrinsecamente estatuído na Economia Social e Solidária e na Responsabilidade Social e que me permitiu ser um melhor ser humano, pela vivência adquirida e partilhada no meio do campismo associativo desportivo.

A todos quantos, aqui ficando anónimos, contribuíram para me ajudar a levar por diante este projeto de dissertação com o objetivo de deixar um legado académico que o Campismo e o Associativismo merecem como agentes de Bem-Estar na Sociedade moderna.

A Todos, o meu Sincero Bem-Hajam!

Resumo

Este trabalho de investigação pretende, fundamentalmente, tentar comprovar o extraordinário contributo para a Sociedade dos nossos dias, das Instituições Associativas, de âmbito Desportivo, Cultural e Recreativo, através de um desempenho laborioso, sistemático e preocupado com o bem-estar do seu semelhante, desenvolvido por uma nata de cerca de três milhões de portugueses, dirigentes associativos que, diariamente, criam, preparam e organizam um conjunto de atividades, tendente ao entretenimento inter-geracional, bem como à obstaculização da solidão, factor determinante para a perda da qualidade de vida.

Para além disso, pretende-se comprovar, igualmente, que as Instituições Desportivas do Setor Não Lucrativo, como é o caso da Associação, alvo do presente estudo, possuem uma mais-valia muito significativa, de capital relevo e, neste caso particular, a importância social do campismo como promotor da Responsabilidade Social.

Assim, propõe-se a seguinte Questão de Partida:

SERÁ QUE A ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELO CLUBE DE CAMPISMO DE LISBOA PODE SER CONSIDERADA RELEVANTE NO ÂMBITO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES?

Pretende-se colmatar a falha de conhecimento deste Setor, por parte da sociedade, quer do ponto de vista da Economia Social e Solidária, quer do ponto de vista Sociopolítico, quer ainda, do ponto de vista científico, através de uma investigação integrada na perspetiva da Responsabilidade Social das Organizações.

Propõe-se, ainda esta investigação, não só agregar, congregar e compilar os poucos trabalhos existentes sobre esta temática, mas igualmente efetuar o devido enquadramento do crescimento exponencial desta actividade após o 25 de Abril de 1974, fruto da evolução social da época.

Deste modo, o referido trabalho tem o título: A Responsabilidade Social das Organizações: Estudo de Caso – Entidade do Setor Não Lucrativo: Clube de Campismo de Lisboa.

Palavras-Chave: Economia Social e Solidária; Responsabilidade Social; Sociedade Civil; Entidades do Setor Não Lucrativo; Socialização da Actividade Desportiva; Lazer Responsável (Envelhecimento Activo e Participativo).

Abstract

This investigation study wants to prove the major contribution of the Associations with the sportive, cultural and recreational aim, for our society, through an extraordinary hard work concerning the quality of life of the human being, developed by almost three million of associative directors that daily create, prepare and organize a number of activities towards the entertainment between generations, regarding loneliness which is one of the most important factor to loose life quality.

Furthermore, this study wants to prove that the sportive institutions belonging to the nonprofit Setor, as the present situation, rules a social and important role of camping as promotor of the social responsibility.

So, it is propose de following Starting Issue:

IS IT TRUE THAT THE CLUBE DE CAMPISMO DE LISBOA ACTIVITY CAN BE CONSIDERED RELEVANT IN THE AIM OF THE SOCIAL RESPONSABILITY OF THE ORGANIZATIONS?

The study also wants to give the knowledge to society, of this specific Setor, not only in the sociopolitical point of view, but also in a scientific by an integrated investigation in the Social Responsible of the Organizations perspective.

It is propose too, increase the knowledge of the Society, regarding this Setor, whether from the Solidary and Social Economy point of view and also from the Sociopolitical and Scientific point of view, through an integrated perspective on the basis of the Organizations Social Responsibility.

This investigation also propose to congregate and gather, the few existents works about this subject matter as well as, to do the framework of the massive growth of this activity by the social evolution of the Portuguese revolution of the 1974, April 24th .

Therefore, this work is entitled: The Social Responsibility of the Organizations: Case study – Non Profit Setor Entity: CLUBE DE CAMPISMO DE LISBOA.

Keywords: Social e Solidary Economy; Social Responsibility; Civil Society; Entities of the Non Profit Setor; Sports Activity Socialization; Responsible Lazier (Active Ageing of the Elderly People).

GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

II GM – II Guerra Mundial

ACCL - Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa

ACL – Associação de Campismo de Lisboa

ACM - Associação Cristã da Mocidade

ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho

ADN – Ácido Desoxirribonucleico

ANPC – Autoridade Nacional de Protecção Civil

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

ARS – Administração Regional de Saúde

ATA – Associação de Turismo do Algarve

CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

CCCA – Clube de Campismo do Concelho de Almada

CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

CCDR-A – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

CCDR-A – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

CCL – Clube de Campismo de Lisboa

CDE – Comissão Democrática Eleitoral

CEO - Chief Executive Officer

CIRA – Comunidade Intermunicipal da Região do Algarve

CNC – Clube Nacional de Campismo

CPCCRD - Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto

CSD – Conta Satélite do Desporto

CSES – Conta Satélite da Economia Social

DGD – Direcção-geral dos Desportos

DGEFDSE - Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar

DGRN - Direcção-Geral dos Registos e Notariado

DGT – Direcção-geral de Turismo

ERA - European Ramblers Association

ESNL – Entidades do Setor Não Lucrativo

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais

FAOJ - Fundo de Apoio aos Organismos Jovens

FCCRDDL - Federação das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto do Distrito de Lisboa

FCMP – Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal

FICC – Federation International de Camping, Caravaning et Autocaravaning

FNAT - Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho

FPC – Federação Portuguesa de Campismo

FPCC – Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo

FPCUB - Federação Portuguesa de Ciclismo e Utilizadores de Bicicleta

FPP - Federação Portuguesa de Petanca
GEAL - Grupo Excursionista Ar Livre
GGRN - Direcção-Geral dos Registos e Notariado
GIRO - GRACE, Intervir, Recuperar, Organizar
GNR - Guarda Nacional Republicana
GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial
ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, Instituto Público
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional
IFC - International Federation of Canyoning
IFSC - International Federation of Sport Climbing
INATEL – Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores
INE - Instituto Nacional de Estatística
INEF - Instituto Nacional de Educação Física
IPDJ - Instituto Português do Desporto e da Juventude
IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social
ISCTE-IUL – Instituto de Ciências do Trabalho e das Empresas – Instituto Universitário de Lisboa
ISEF - Instituto Superior de Educação Física
ISF - International Skyrunning Federation
ISMF - International Sky Mounteneering Federation
LCI – Liga Comunista Internacionalista
LUAR - Liga de Unidade e Ação Revolucionária
MDP/CDE - Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral
MEN - Ministério da Educação Nacional
MESS - Mestrado em Economia Social e Solidária
MFA – Movimento das Forças Armadas
MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
OCDE - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico
ONG – Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PCP - Partido Comunista Português
PCTP/MRPP - Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses
PIB - Produto Interno Bruto
POE – Plano Operacional de Economia
PT - Portugal Telecom
PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores
RAARA - Rede de Acolhimento ao Autocaravanismo da Região do Algarve
RIPESS - Rede Internacional para a Promoção da Economia Social e Solidária
RSC – Responsabilidade Social Corporativa
RSE – Responsabilidade Social das Empresas
RSO – Responsabilidade Social das Organizações

RTA – Região de Turismo do Algarve

SAD - Sociedade Anónima Desportiva

SIDS – Small Islands Development States

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SFUAP – Sociedade Filarmónica União Artística Piedense

UE - União Europeia

UIAA - International Climbing and Mounteneering Federation

UPD – Utilidade Pública Desportiva

VAB – Valor Acrescentado Bruto

CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO

1.1. Tema

O Tema constante desta Dissertação, no âmbito do Mestrado em Economia Social e Solidária – MESS do ISCTE-IUL, tem como objecto de investigação, “A Responsabilidade Social das Organizações – um estudo de caso: Entidade do Setor Não Lucrativo – ESNL: Clube de Campismo de Lisboa”.

Nas razões da escolha deste Tema, prendem-se os seguintes factores:

Não existirem estudos aprofundados sobre esta realidade em diversas vertentes:

Do ponto de vista da Responsabilidade Social das Organizações

Do ponto de vista da Economia Social e Solidária

Do ponto de vista Científico.

Os trabalhos existentes se encontrarem dispersos e desarticulados.

Ter-se verificado um crescimento exponencial, após o 25 de Abril de 1974, sem ter sido efectuado o devido estudo sociológico, bem como o seu enquadramento.

A necessidade de um aprofundamento, do ponto de vista científico, no sentido de se verificar se as práticas levadas a cabo pelo Clube de Campismo de Lisboa, entidade desportiva, integrante do Setor não Lucrativo, se enquadram nas práticas socialmente responsáveis das Organizações.

1.2. Problemática

Fundamentalmente pretende-se congregar de uma forma científica, pedagógica e sistemática, todos os novos desafios que visam complementar a Responsabilidade Social das Organizações, no Setor Não Lucrativo e no enquadramento da Economia Social e Solidária.

Este universo de instituições e de tecido humano de número extraordinariamente considerável na sociedade portuguesa através de estruturas, de mecanismos e de vontades oriundas do universo organizacional, no âmbito do associativismo popular, em geral e do dirigismo desportivo em particular, não tem tido o devido reconhecimento do seu real valor, não só por parte da opinião pública, mas também os poderes públicos.

O campismo, apesar de ser, ainda hoje, considerado por muitos Setores, como um modo de fazer “férias baratas” ou de promover o “turismo de pé descalço”, possui uma complexidade de actuação e de benefícios para a sociedade, criando uma mais-valia transversal e sendo um agente promotor e catalisador para mitigar e harmonizar as assimetrias de extractos sociais e de escalões etários, através de um exercício de cidadania, constante nos seu ADN, com uma importância relevante nos seus modos de procedimento e filosofias de aplicação, cujo objetivo fundamental é contribuir para a melhoria do bem-estar dos cidadãos, bem como das comunidades locais que se inserem na proximidade geográfica dos locais para a prática do Campismo.

1.3. Questão de investigação

A investigação a desenvolver neste estudo pretende responder á seguinte dúvida:

Será que a actividade desenvolvida pelo Clube de Campismo de Lisboa pode ser considerada relevante no âmbito da Responsabilidade Social das Organizações?

1.4. Objetivos

Caracterizar a Instituição escolhida para o estudo e perspetivar o seu enquadramento dentro de um universo de diferentes perspetivas, tendo em conta os novos desafios da Responsabilidade Social das Organizações nas entidades sem fins lucrativos e da Economia Social e Solidária.

Consolidar a filosofia de valor acrescentado do campismo, através de colher a sensibilidade dos actores que, sendo escolhidos pelo povo para governar as autarquias, têm uma palavra a dizer pela sua cultura e vivência de proximidade.

Perspetivar, não só a análise, quanto à possibilidade de, para além das virtualidades, poderem também existir vicissitudes e perigos inerentes a estas práticas, no âmbito da Responsabilidade Social das Organizações, que podem fragilizar os mais nobres objetivos desta área.

1.5. Metodologia

Este trabalho de Dissertação será efectuado com base numa metodologia que possa abranger métodos qualitativos e métodos quantitativos, numa perspetiva de conjugação das duas abordagens que, segundo Lee, ganha (1999), ganha o nome de Design Não Dominante, sendo um estudo qualitativo com uma componente quantitativa, ou seja, será inserida uma pequena componente com a abordagem oposta à assumida pelo estudo.

Pretende-se, com o recurso a este método, minimizar o risco de não identificar irregularidades na abordagem qualitativa ou de não considerar a diversidade que pode existir, quando se recorre exclusivamente à abordagem quantitativa.

Para a demonstração da Questão de Investigação, recorreu-se a quatro técnicas de investigação:

Pesquisa documental;

Pesquisa bibliográfica;

Entrevistas de tipo semi-estruturadas, segundo Grebenick e Moser ou, de acordo com Ferraroti, entrevistas de tipo livre, do subtipo não-directivas, com o objetivo de servir, simultaneamente, os interesses do entrevistador e do entrevistado;

Pesquisa webgráfica.

1.6. Estrutura

Para desenvolver a investigação, será efetuada uma contextualização teórica no Capítulo II onde, de igual modo, será definido um determinado número de conceitos: o que se entende por Responsabilidade Social; o que se entende por Entidades do Setor Não Lucrativo e a Evolução Social do Campismo.

Será efetuada, no Capítulo III, uma reflexão sobre a Economia Social, sobre a Economia Solidária onde serão elencados os conceitos, bem como elaborada uma análise comparativa das suas semelhanças e diferenças. Para além disso, ainda neste Capítulo, serão elencadas, igualmente, as principais características das três versões da Economia Solidária, bem como uma análise comparativa das mesmas.

Este Capítulo contempla, ainda uma reflexão sobre a Responsabilidade Social no Setor Não Lucrativo no âmbito da Economia Social e as suas três dimensões. O Capítulo III irá abordar, por fim o conceito e os benefícios da Economia Circular e conceito de voluntariado, bem como a legislação aplicável.

No Capítulo IV será efetuada uma análise de Benchmark com base nos seus quatro princípios: Reciprocidade; Analogia; Medição e Validação.

A pesquisa e investigação sobre o conceito de Campismo em Portugal, a sua evolução histórica, a legislação aplicável, as suas linhas pragmáticas de evolução, bem como o Estado da Arte, integrarão o Capítulo V.

Já no Capítulo VI será efetuada, não só a análise da atividade do Clube, alvo do presente estudo, a sua caracterização e o seu enquadramento na Sociedade, bem como a análise mais aprofundada dos diversos Pilares das Dimensões da Responsabilidade Social, que irão ser definidores para comprovar a Questão de Partida – de dimensão Ambiental; de dimensão Social e Educacional; de dimensão Cultural e Desportiva e de dimensão Económica.

O Capítulo VII será dedicado às conclusões, bem como às propostas de futuro.

A pesquisa bibliográfica tem sido efetuada, sobretudo, na Biblioteca do ISCTE-IUL, na Biblioteca da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, na Biblioteca do Clube de Campismo de Lisboa e na Biblioteca Municipal de Lisboa das Galveias. Serão também pesquisados os acervos da Biblioteca Nacional. Neste trabalho realizar-se-á, também, entrevistas com os responsáveis do Poder Local onde foi considerado que o campismo tem uma grande preponderância e influência, sendo um grande agente de desenvolvimento. Por isso, optou-se por escolher a Junta de Freguesia da Costa da Caparica e a Câmara Municipal de Almada.

Por fim, será elaborada uma conclusão do trabalho onde será comprovado que a Associação, alvo do presente estudo, incorporou, efectivamente, acções de responsabilidade social por convicção, possibilitando um retorno positivo da imagem na sociedade.

Procedeu-se à descrição da bibliografia e da webgrafia consultadas.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CAPÍTULO II. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

2.1. O que se entende por Ética e Responsabilidade Social

A Ética e suas abordagens – A Ética define-se como um conjunto de princípios morais e valores que governam o comportamento de uma pessoa (ética individual) ou grupo (ética grupal), no que se refere ao que é considerado correto ou incorrecto¹.

De acordo com a intencionalidade de aplicação de decisões éticas considera-se a existência de quatro abordagens principais: a Perspetiva Utilitarista² em que as decisões são tomadas com base, não só nos resultados, mas também nas suas consequências e suportadas na oferta do melhor bem para o maior número de pessoas, encorajando a eficiência e a produtividade podem, no entanto ignorar direitos de alguns dos stakeholders; o Modelo da Moral Mínima em que as decisões são tomadas privilegiando o respeito dos direitos e privilégios do indivíduo, tendo como base padrões morais fundamentais³; a Teoria dos Contractos Sociais em que as decisões são tomadas com base em factores normativos e empíricos, vindo em resposta ao Modelo da Moral Mínima⁴; e finalmente, a Teoria dos Stakeholders⁵ em que estes devem ser tratados como fins e não como meios para a empresa atingir os seus fins e que, numa tentativa de compatibilizar expectativas, se encontra subjacente à maioria das abordagens da responsabilidade social das empresas.

Ética Empresarial

Pode-se definir a Ética Empresarial como o ramo da Ética diretamente ligado às empresas, traduzido na aplicação de um conjunto de princípios e regras que definem o comportamento no mundo dos negócios, definindo o que é ou não aceitável, ou seja, tudo o que concerne à conduta ética das empresas.

Como razões fundamentais para a ética empresarial comportamental, apontam-se a importância da legitimação social; o binómio imagem/marca que é o que passamos para o exterior e o binómio credibilidade/reputação.

A Responsabilidade Social

É entendida, de acordo com Marens (2004), como um exercício normativo e encontra-se dependente das expectativas do papel das organizações na sociedade actual. Este termo foi, claramente, assumido pela União Europeia, a partir de 2001 e obrigava a que as empresas tivessem um papel mais activo.

¹ Perceber o que é correto ou não correto é, igualmente, uma perspetiva pessoal. O mesmo comportamento pode ser anti-ético mas justificável (ex: roubar ou roubar para comer).

² Esta é a perspetiva que melhor é aceite pela maioria do pensamento económico.

³ Esta abordagem tem dois tipos de vicissitudes: por um lado, pode constituir uma limitação à eficiência e produtividade, por outro lado pode ser alvo de controvérsia, a inclusão dos “padrões morais fundamentais”.

⁴ Esta teoria apresenta dois contractos essenciais: o contrato social geral e o contrato específico, em que o primeiro define regras-base aceitáveis e o segundo remete para a aplicação das regras-base de uma comunidade particular.

⁵ Esta teoria aborda o conceito de todos os que afectam a produtividade de uma empresa: accionistas; trabalhadores; clientes; fornecedores e a sociedade.

A Responsabilidade Social foi alvo de seis diferentes conceptualizações:

- RSE (empresarial);
- RSC (cooperativa – aparecendo na América Latina);
- RSO (organizações);
- TBL (Triple Bottom Line – People/Profit/Planet);
- Cidadania Empresarial (ligação das pessoas à comunidade)⁶
- Sustentabilidade.

Responsabilidade Social das Empresas (RSE) - Nova Estratégia da UE⁷

A UE apresenta uma nova estratégia para a RSE em oito pontos fundamentais: 1. Deve-se aumentar a visibilidade da Responsabilidade Social das Empresas, bem como a divulgação de boas práticas;

2. Os níveis de confiança nos negócios devem ser alvo de monitorização e constante melhoria;
3. Deve ser melhorada, não só a auto-regulação, mas também a co-regulação;
4. Deverá ser alvo de recompensa, por parte do mercado, para quem melhorar a RSE;
5. A divulgação de informações sociais e ambientais das empresas deve ser melhorada;
6. Deverá existir uma melhor integração na educação, formação e investigação, por parte da RSE;
7. A importância das políticas nacionais e sub-nacionais deverá ser enfatizada pela RSE
8. Fazer coincidir as abordagens europeias e globais da RSE.

Práticas Socialmente Responsáveis

As práticas socialmente responsáveis das empresas ou organizações podem ser sistematizadas em seis grupos principais:

- Valores e transparência;
- Público Interno;
- Ambiente;
- Fornecedores;
- Clientes
- Comunidade.

Ou seja, pode-se considerar que as áreas-chave das práticas socialmente responsáveis, são as dos stakeholders enriquecido por dois grupos: Valores e Transparência e pelo Ambiente.

Actualmente, em Portugal, o tema da Responsabilidade Social está presente cada vez mais no Setor empresarial, sendo encarado pelos chief executive officer (CEO) como uma opção de gestão estratégica.

Pese embora a necessidade de continuar a aperfeiçoar a reflexão sobre o tema, garantindo que a Responsabilidade Social está relacionada com o negócio e é um alicerce estrutural da ação da organização, nota-se uma grande evolução.

⁶ Que traduz, na prática, o modelo americano.

⁷ Segundo a Comissão Europeia in renewed EU strategy for corporate social responsibility – 2011-2014, a responsabilidade social das empresas é o seu impacto na sociedade, porque todas as empresas têm impacto na sociedade e devem ser responsabilizadas por esse impacto mitigando-o.

Entidades como o Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE)⁸ têm procurado aprofundar os conceitos e encontrar uma concatenação entre noções recentes como Economia da Partilha e Valor Partilhado, Economia Circular e Capitalismo Consciente.

A mensagem comum é a de que perante recursos escassos, dicotomias sociais acentuadas e cepticismo crescente relativamente às estruturas clássicas da sociedade, importa encontrar soluções que promovam a inclusão social, a rentabilização de recursos comuns e a adopção de uma cultura de transparência e de liderança servidora, que garanta a gestão parcimoniosa dos recursos e o envolvimento das partes interessadas.

Quer seja ao nível interno, quer seja ao nível externo, as empresas devem desenvolver práticas coerentes e integradas que abranjam os quatro pilares – económico, ambiental, social e cultural.

A título de exemplo, uma empresa que pretenda iniciar a responsabilidade social, fazer através de um programa de literacia económica.

É fundamental que a forma como gerem os seus recursos humanos e a forma como estabelecem relações com a cadeia de valor e com a comunidade, estejam imbuídas de uma visão holística e harmonizada destas vertentes e que atuem de forma consistente e planeada.

A Responsabilidade Social é hoje uma questão de sobrevivência das empresas que reconhecem que devem contribuir para a preservação do ambiente e para o desenvolvimento equitativo da sociedade e que este comportamento ético é, no fundo, a licença para operar.

A intervenção da União Europeia, nomeadamente através da directiva 2014/95/EU sobre reporte de informação não financeira, vem no sentido de promover uma crescente transparência das práticas não financeiras e de valorizar o contributo das empresas, não só tendente ao desenvolvimento económico, mas também social, cultural e ambiental.

Apesar do cepticismo de alguns atores económicos e da insuficiente consciência crítica dos consumidores, a responsabilidade social, hoje assume-se como um activo essencial que se distingue claramente do marketing e que gradualmente será entendido como um factor de diferenciação positiva.

2.1. O que se entende por Entidades do Setor Não Lucrativo

O papel de extraordinária relevância que as instituições sem fins lucrativos têm vindo a desempenhar na Sociedade é demonstrativo da sua posição como um Setor que se tem mantido distanciado da economia.

⁸ É uma Associação sem fins lucrativos, constituída a 25 de Fevereiro de 2000. De acordo com o Art.º 3º dos seus Estatutos, tem por objetivo a promoção do conceito de cidadania empresarial e de responsabilidade social das organizações e o apoio a atividades desenvolvidas por terceiros, nesta área, procurando a colaboração com as comunidades locais e organizações de solidariedade social. Ao longo de 15 anos de actividade, para além de terem apoiado mais de 10 mil beneficiários, foram envolvidos em acções mais de 5 mil voluntários. Possui uma produção editorial composta por 14 publicações e em termos de acções periódicas contam-se o voluntariado em família (9 edições) e o GRACE, Intervir, Recuperar, Organizar (GIRO) com 10 edições. Nas cerca de 60 parcerias nacionais contam-se, entre outros com câmaras municipais, entidades públicas, universidades e economia social.

As primeiras entidades que se dedicaram a iniciativas deste âmbito estariam ligadas a diversos Setores da sociedade, onde se incluem, para além da realeza, da nobreza e do clero, também as ordens militares, ordens religiosas, em que a doutrina social da igreja⁹ teve um papel de primordial importância, mas também os municípios ou, mesmo, simples particulares com posses. As Misericórdias são constituídas no final do século XV, pela Rainha Dona Leonor¹⁰ e vem na sequência de, entre outros, albergarias e hospitais.

Seguem-se períodos de evolução dos conceitos e, segundo Jacob (2001), citado por Magalhães, a partir do século XVII, aquilo que se considerava caridade, evolui para passar a ser um dever do Estado, bem como da sociedade civil¹¹.

Mais recentemente, o Estado Novo promulga as bases da política de saúde assistencial, instituindo as Instituições Particulares de Assistência, através da Lei nº 2120 de 19 de Julho de 1963.

A primeira Constituição do pós-revolução de 25 de Abril de 1974 consagra, no seu Art.º 63º no nº 3, a constituição das IPSS, chamando-lhes ainda privadas, que recebem um primeiro Estatuto em 1979, através do Decreto-Lei nº 519-G2 de 29 de Dezembro o qual, posteriormente, vai sendo aperfeiçoado por novos diplomas, a partir de 1983.

Hoje existem dois documentos orientadores que regulam a atividades destas instituições: a Lei de Bases da Economia Social e o Estatuto das IPSS, com a nova redação de 2014. Quanto à Lei de Bases da Economia Social, que se destina, para além de IPSS, também a Associações Desportivas e Culturais, é regulada pela Lei nº 30/2013, de 8 de Maio que, genericamente orienta as organizações do Setor cooperativo e social, não só do ponto de vista jurídico, mas também no seu quadro de incentivos. Neste âmbito e do ponto de vista de contribuir com uma análise mais exaustiva quanto ao inventário deste Setor, tomando como base o diploma, o Estado, ficou com a responsabilidade de, não só criar uma Conta Satélite para a Economia Social (CSES), mas também mantê-la em constante actualização. Por outro lado, compete, igualmente, ao Estado apoiar estas entidades através de, fundamentalmente, três vertentes: Fomentar; Facilitar e Apoiar. Fomentar a sua sustentabilidade; Facilitar a sua criação e Apoiar a realização das suas iniciativas.

Quanto à CSES, esta foi criada através de protocolo entre um organismo da administração pública, o Instituto Nacional de Estatística (INE) e um organismo da economia social cooperativo, a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) e afirmou-se como uma ferramenta pioneira e essencial para a avaliação e caracterização deste importante Setor da sociedade. Segundo dados da CASES, atentemos nas principais conclusões: 1. Universo de entidades caracterizadas –

⁹ A Doutrina Social da Igreja tem como filosofia subjacente, que "a norma fundamental do Estado deve ser a prossecução da justiça e que a finalidade de uma justa ordem social é garantir a cada um, no respeito ao princípio da subsidiariedade, a própria parte nos bens comuns.". Um dos documentos mais importantes de abertura da igreja às preocupações da sociedade civil, foi a Encíclica *Rerum Novarum*, da autoria do Papa Leão XIII, onde para além de muitas inovações, introduziu também o princípio da subsidiariedade e estabeleceu orientações a respeito dos direitos e deveres do capital e do trabalho.

¹⁰ Vivia-se o tempo áureo das descobertas portuguesas, o rei Dom João II, grande impulsionador das expedições para descobrir novos mundos, é sua mulher que, devotando uma vida à misericórdia, funda a primeira da história portuguesa.

¹¹ Exemplo paradigmático foi a criação de um organismo de origem estatal assistencial – a Casa Pia surgem nos finais do século XVIII, mais propriamente em 1780, no reinado de D. Maria I e na sequência do terramoto de 1755 e dos gravíssimos problemas sociais que surgiram, tendo iniciado a sua actividade no Castelo de S. Jorge.

55.383; 2. Representou 2,8% do Valor acrescentado Bruto (VAB) nacional total; 3. Representou 5,5% do emprego remunerado.

Pensamos ser, igualmente importante, efetuar uma breve análise comparativa de resultados obtidos por uma conta satélite que surgiu mais recentemente, mas que conta no seu seio com muitas entidades do Setor não lucrativo. Falamos da Conta Satélite do Desporto, tendo sido criada por protocolo entre o IPDJ e o INE, apenas em 2014, apresenta as seguintes conclusões dentro dos mesmos parâmetros da CSES: 1. Universo de entidades caracterizadas – 25.000; 2. Representou 1,2% do VAB¹²; 3. Representou 1,4% do emprego remunerado.

Outro dos vectores fundamentais para o Setor da Economia Social é o Voluntariado e a importância de o caracterizar. Essa caracterização encontra-se também na CSES e, reportando a 2012 apresenta, entre outros, os seguintes resultados: Por um lado, a vital importância do Voluntariado para a Economia Social, porquanto representa cerca de 40% da ES; por outro lado, mais de 1 milhão de voluntários já participaram em, pelo menos uma actividade de trabalho voluntário (sendo que o documento distingue entre a actividade formal e informal), correspondendo a 11,5% da população portuguesa residente com 15 anos ou mais anos; Nas actividades de voluntariado de âmbito formal predominam jovens, do sexo feminino e no género masculino, predominam os solteiros. Já nas de âmbito informal, predominam os mais idosos, mas com maior nível de escolaridade e também desempregados e divorciados.

No que concerne ao segundo documento orientador, trata-se do novo Estatuto das IPSS é o resultado da 5ª alteração ao diploma de 1983, através do Decreto-Lei nº 172-A/2014 de 14 de Setembro.

Este documento surge na sequência da Lei de Bases da Economia Social e, é notório a imposição do aumento da transparência destas instituições, bem como de acções inspectivas mais facilitadas. Contam-se também a limitação de mandatos dos presidentes das instituições (3 mandatos consecutivos) e a imposição de uma autonomia financeira e orçamental estável, através da elaboração de regras bem definidas.

A clara demonstração de que este Setor tem desenvolvido um crescimento exponencial, manifesta-se nos números apurados, em que, num intervalo de oito anos (desde 2006 a 2013), verificou-se um aumento de mais de 20% do número de pessoas que o Setor emprega (de 185.000 para 227.000), um aumento de quase 30% na percentagem nacional representativa do emprego remunerado nacional (de 4,3% para 5,5%) e um aumento de cerca de 30% no VAB.

Voltando ao âmbito global das ESNL e ao seu espectro abrangente, a definição que a Organização das Nações Unidas (ONU), transmite claramente, o seu objecto: Entidades do Setor Não Lucrativo são entidades organizadas, não distribuidoras de lucro, independentes do Governo e não obrigatórias.

¹² Neste campo interessa fazer a clara distinção de um Setor que está presente na CSD, mas não integra a CSES, que são as Sociedades Anónimas Desportivas (SAD), entidades com fins lucrativos e que, apesar de serem apenas 24, no universo de 25.000, representam 8,8% do VAB do desporto

De facto, poder-se-á considerar esta definição – ESNL a servir como um grande chapéu onde cabem todas as instituições que não têm fins lucrativos, independentemente do seu objetivo ser social, desportivo, cultural¹³, recreativo, humanitário, ambiental, etc.

Nas ESNL podem-se englobar, para além das Misericórdias os clubes desportivos, as associações, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), as Organizações Não Governamentais (ONG), as mutualidades e as fundações de solidariedade social.

As ESNL não seguem as políticas governamentais, por isso, pode-se afirmar que são distintas das instituições de âmbito público. Por outro lado, também, se encontram numa diferenciada da do Setor privado e empresarial pois não têm fins lucrativos.

Mas o facto de não terem fins lucrativos e milhares de colaboradores darem o seu contributo para estas instituições, efectuando o seu desempenho, em regime de voluntariado, não quer dizer que as ESNL não contribuam, de forma significativa, para mitigar o emprego e que não sejam, hoje em dia, um parceiro de grande relevância.

Em face desse desempenho e, igualmente de uma grande mais-valia, já acima referenciada, implica que exista uma transparência contabilística perante o Estado e, mais particularmente, com a administração fiscal. Pese embora a possibilidade de, estas instituições, poderem obter benefícios fiscais e mesmo isenções, não as isenta de apresentação de contas nem de as suas contas serem do conhecimento público.

É desta forma que, tomando como base estas premissas e a própria evolução das normas fiscais para este grupo de entidades, surge o SNC-ESNL, revogando os diplomas anteriores existentes, sob a forma do Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março, que esclarece o regime de normalização contabilística para as ESNL, com a criação de regras contabilísticas específicas para as entidades que tenham, predominantemente, atividades sem fins lucrativos, designadamente, associações, pessoas colectivas de tipo associativo, fundações, clubes, federações e confederações.

O referido diploma especifica o regime de normalização, consoante o valor que as entidades apresentem nos dois exercícios anteriores, seja superior ou inferior a € 150.000 (cento e cinquenta mil). Assim, caso o valor apurado de vendas ou rendimentos seja superior a 150.000 € e dependendo do valor apurado, obriga a contratar um técnico de contas e ter contabilidade organizada. Caso o valor exceda o previsto no Código das Sociedades Comerciais obriga, igualmente, à certificação legal das contas. Nas entidades que apurem valor inferiores aos 150.000 €, ficam fora do diploma ficando, no entanto, obrigadas a apresentar as contas utilizando o regime de caixa com divulgação dos pagamentos e recebimentos efectuados. Para além disso têm, igualmente de manifestar os bens do património existente, bem como direitos e compromissos que existam no ano corrente.

¹³ A título de exemplo, ilustra-se este grande Setor da sociedade que é tutelada pela Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, com cerca de 3.850 colectividades filiadas, entre as quais: colectividades de cultura e recreio; clubes desportivos; sociedades filarmónicas, grupos de teatro amador; grupos corais; orfeões; associações humanitárias de bombeiros e associações de moradores. Neste universo desenvolvem um trabalho inestimável, cerca de 40.000 dirigentes associativos, em regime de voluntariado *pro bono*.

2.3. O Campismo e a sua evolução Social

O Campismo é uma atividade Saudável, Ecologicamente recomendável, que respeita, não só os Valores da Natureza, mas também do Humanismo, onde se cultiva o Companheirismo e a Solidariedade Fraternal.

Numa perspetiva sociológica o Campismo é uma prática ancestral, decorrendo das necessidades da vida nómada¹⁴, que acampam devido à alteração constante da ocupação de determinado território, por necessidade e estacionar de, ao estacionar no período nocturno, necessitarem de um abrigo.

O material de campismo também teve uso militar, utilizado em expedições e, mesmo durante o treino, em semanas de campo.

As datas de 1861, 1881 e 1885 são, para muitos autores, as que marcam o início do movimento campista. Assim, em 1861, nos EUA, o casal Gunn, fundou o “Gunnery Camp”; em 1881, Ernesto Balch (americano), organiza o 1º acampamento para rapazes de famílias com posses financeiras, chamado “Camp Chicorna” e finalmente, Summer Dudley, monta também um acampamento.

Tomando como base o boletim da FICC, no seu número 7, informa que, na Europa, o movimento campista surge na Grã-Bretanha (1901) através do Association of Cycle Campers, fundado por vários amigos entre os quais, T.H.Holding e o reverendo Pitt Johnson, que em 1919, ganha o nome de Camping Club of Great Britain and Ireland¹⁵, após diversas fusões. Relativamente a França nasce o Camping Club de France, para além de outros clubes que foram sendo criados em outros países europeus.

Paralelamente nasce o movimento escutista pela iniciativa de Baden Powell¹⁶ que, após ter alcançado importância social e educacional como matéria pedagógica no ensino escolar básico, em 1860. Em 1907, organiza, no Canal da Mancha, na ilha de Brownsea, o primeiro acampamento, ministrando as suas teorias pedagógicas. Pelo êxito alcançado, no ano seguinte funda o movimento escutista, tendo estabelecido as regras do campismo que foram adoptadas por muitos países.

Este movimento espalhou-se pela Europa principalmente no período pós I Guerra Mundial. Quando os grandes centros urbanos industriais começaram a crescer, veio a necessidade de as pessoas fugirem e procurarem locais com grande contacto com a natureza. O campismo torna-se essencialmente turístico e leva à criação de múltiplas associações.

¹⁴ A título de exemplo alguns povos utilizaram os meios de campismo como modo de alojamento, apesar de não serem praticantes de campismo, entre os quais se contam, os peles-vermelhas, os ciganos e algumas tribos de raça negra,

¹⁵ Hoje, este clube, conta com cerca de 500.000 sócios, sendo o clube de campismo com maior número de sócios no mundo. Como iniciativa interessante do seu programa organiza a “National Camping and Caravanning Week”, para tentar juntar o maior número de campistas na noite de 24 de Maio e que em 2003 juntou 92.435.

¹⁶ Baden Powell inspirou-se na filosofia de vida de um escuteiro americano Frederick Durnham. Era um general do exército inglês para seguir o seu sonho. Procurou com este movimento apresentar uma forma mais moderna e apelativa de ensino, a para de difundir cursos com base prática em ambiente de natureza. Foi o 1º Presidente do Camping Club of GB and Ireland. Em 1929 e 34, veio ministrar cursos de escutismo a Portugal em diversas cidades aos rapazes, tendo sido condecorado, pelos seus bons serviços, com a Comenda da Ordem Militar de Cristo.

A evolução do campismo vem tornar evidentes as suas potencialidades como território de aprendizagem cívica, de aproximação ao essencial, de exercício de entreatajuda, de preservação da natureza, de promoção do respeito mútuo e de enriquecimento equilibrado do campista e da comunidade envolvente.

Ou seja, o campismo é, em simultâneo, um espaço e uma atividade promotora da responsabilidade social e nela baseada.

Simultaneamente é escola e resultado, inspiração e objetivo sendo que, a responsabilidade social emerge e está presente ao longo de toda a prática do campismo.

Todavia, nem sempre é analisada, sistematizada ou comunicada correctamente, o que contribui para o seu desconhecimento, por parte dos campistas, dos dirigentes dos clubes e da sociedade em geral.

É tempo, portanto, de focar a nossa análise nesta dimensão que, tentaremos provar ser socialmente responsável.

CAPÍTULO III. REFLEXÃO SOBRE A ECONOMIA SOCIAL, A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A RESPONSABILIDADE SOCIAL NO SETOR NÃO LUCRATIVO

3.1. Sobre a Economia Social

Em primeiro lugar, devemos-nos debruçar sobre o seu princípio estruturante: o Princípio da Reciprocidade. Para uma reflexão mais cuidada, importa elencar os quatro Princípios Económicos, a saber: o Princípio da Domesticidade; o Princípio da Reciprocidade; o Princípio de Mercado e o Princípio da Redistribuição de Recursos.

Para Defourny (2009 :156), a Economia Social corresponde às atividades económicas formadas pela associação entre a utilidade social e a democracia económica. De acordo com o mesmo autor, essa associação é complementada pelo conceito de solidariedade, na hibridação de recursos mercantis, não-mercantis e não monetários.

Caracterizando o Princípio da Reciprocidade (que serve de base à Economia Social e também à Economia Solidária) é a economia da Entreatjada. Sendo não monetária e não mercantil, funciona de acordo com o princípio da troca de valores, ou seja, dar sem esperar receber e vice-versa. É um processo de trocas sem olhar ao valor de troca.

Este Princípio apresenta diversas dimensões: Sociais, Culturais, Afectivas, Psicológicas; Ambientais e Económicas. Outra das perspetivas que este Princípio preconiza é o seu funcionamento ser efetuado, totalmente, em regime de voluntariado e a prestação de serviços a pessoas a quem o mercado deixou de fora. Também possui uma dimensão no âmbito da amizade que é a entreatjada entre amigos.

Numa análise comparativa com os outros Princípios pode-se afirmar que possui analogias com o Princípio da Domesticidade (economia doméstica) e muitas diferenças com os outros dois princípios (o Princípio de Mercado e o Princípio da Redistribuição de Recursos).

No âmbito das analogias com o da Domesticidade pode ser elencado, nomeadamente, o facto de também ser não monetária e não mercantil e apresentar dimensões coincidentes, embora esta seja de âmbito mais restrito, restringindo-se ao âmbito familiar.

Relativamente ao Princípio de Mercado, este baseia-se na economia de mercado sendo, por isso, monetária e mercantil e apresentando, exclusivamente, uma dimensão económica.

No que concerne ao Princípio da Redistribuição de Recursos é a economia pública (do Estado), ou seja, é a economia de uma autoridade central, embora sendo não mercantil baseia-se numa economia monetária e apresenta a dimensão Política que não aparece no Princípio da Reciprocidade.

Assume particular importância a análise que é efetuada pela Economia Solidária à Economia Social. Desde logo, pode-se constatar que a Economia Social é analisada como uma antecessora e uma fonte de inspiração.

3.1.1. Vicissitudes da Economia Social

No entanto, segundo Roque Amaro existe a afirmação de que a Economia Social incorreu em três falhas: a falha económica, a falha social e a falha democrática.

Assim, relativamente à falha económica pode ser caracterizada por uma aproximação excessiva ao mercado passando a não se distinguir da própria lógica de mercado, como é o caso das cooperativas e mutualidades.

Por outro lado, verifica-se que não existe um Projecto Económico de qualidade devido à inexistência de preocupações de rigor económico e de gestão (por exemplo no caso das associações, onde existe um voluntarismo de gestão, ou seja instituições geridas por voluntários que, apesar de terem uma devoção á causa acima da média, não possuem apetência para a gestão.

Ainda podem ser elencadas mais duas falhas: o Princípio da Reciprocidade nunca ter assumido, na Economia Social, uma afirmação clara, tornando-se mitigado ou mesmo ignorado e, conseqüentemente, não ter tido a capacidade de assumir, coerentemente, um projecto plural subordinado à Reciprocidade assumindo, também, a lógica da hibridação económica, tendo cometido a falha de se submeter apenas a um deles, naquilo a que se chamou o Isomorfismo Institucional.

Tudo o acima descrito fez com que a Economia Social nunca tivesse conseguido pôr em prática, verdadeiramente, um projecto económico autónomo.

3.2. Sobre a Economia Solidária

Pode-se afirmar que a Economia Solidária, segundo Laville (2009 :163), vê o seu surgimento evocando a longa história associativa dos trabalhadores, no começo do século XIX. As associações mais activas eram, entre outras, as cooperativas e as mutualidades que se geriam por uma solidariedade democrática (institucional mas também política), traduzida numa entreajuda para diversas situações tais como: a satisfação das necessidades; a organização da produção; o apoio ao crédito ou a mutualização da saúde

De acordo com Laville (2009 :162), é na década de 1990 que surge, partindo da iniciativa de cidadãos constituídos por produtores e consumidores que promoveram diversas atividades económicas segundo os princípios da cooperação, autonomia e gestão democrática.

Henriques (2010 :96), considera, igualmente que nasceu na década de 1990, a partir também de cidadãos produtores e consumidores organizados segundo alguns princípios onde acrescenta o empreendedorismo inclusivo, moeda local, cantinas sociais e finança ética,

Num segundo tempo, já na segunda metade do século XIX, surge sob a forma de solidariedade filantrópica, de tendência assistencialista.

Para Roque Amaro (2009 :12), define a Economia Solidária como as atividades económicas baseando-se em práticas de solidariedade em que a cooperação se sobrepõe à competição.

No entanto, também autores, como Ethan Miller (2010: 2), que afirmam que terá surgido já nos anos trinta do século XX¹⁷, por existir uma necessidade de uma “Economia Solidária” entre o meio rural e o meio urbano.

Na década de 70 para 80 do século XX através, não só de uma lógica espontânea, mas também de processos económicos populares de entreajuda comunitária, surge na América Latina, mais especificamente no Chile, na Colômbia, aparecendo no Brasil mais tarde.

Nos anos 80 aparece em França, Bélgica, e na América do Norte (francófona), Canadá na região do Quebeque.

A Economia Solidária, de acordo com Roque Amaro (2000 :13), nasce da Economia Social, através de práticas novas ou renovadas. Através das suas práticas, tem como objetivo a democratização da economia e a promoção da ação colectiva, enquanto Projecto político.

Ainda de acordo com o mesmo autor, baseia-se em três grandes princípios de organização/governança económica: O Mercado; o Princípio da Redistribuição e Princípio da Reciprocidade, sendo que o primeiro pertence à esfera mercantil; o segundo pertence à esfera não mercantil e o último, à esfera não monetária.

3.2.1. Os Conceitos da Economia Solidária

A Economia Solidária, segundo Roque Amaro (2000 :13), seguintes conceitos globais:

1. Numa nova fundamentação, tendo como base identitária, o Princípio Económico da Reciprocidade;
2. Na criação de um Projecto Económico Plural e Substantivo;
3. Numa recuperação do objetivo emancipatório do Projecto Social;
4. Na revalorização e actualização do Projecto Político Democrático¹⁸;
5. Na mudança de paradigma, de Sociedade Antropocêntrica para Ecocêntrica;
6. Ter origem Multicultural e Policêntrica (várias origens em vários continentes);
7. Na governança partilhada, ou seja, a Economia Solidária como parceira do Estado e das empresas.

A Economia Solidária pretende ter uma proposta económica alternativa.

Relativamente às diversas causas que levaram à emergência da Economia Solidária, destacam-se as seguintes:

Em primeiro lugar terá surgido como resposta às novas questões sociais;

A tomada de consciência dos custos sociais e ambientais, corporizada por diversas conferências e cimeiras sob o lema do nefasto efeito das mudanças climáticas ao nível planetário¹⁹;

¹⁷ Durante a guerra civil espanhola.

¹⁸ Contendo esta actualização uma componente inovadora, quer através do regresso à importância original da gestão democrática, quer através da promoção da democracia no espaço público.

¹⁹ Essas reuniões de cariz mundial têm vários momentos dos quais destacamos: em 1988 no Canadá – Toronto Conference on the Changing Atmosphere; em 1990 na Suécia – IPCC’s First Assessment Report, sendo que o IPCC é um organismo das Nações Unidas – Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas; em 1990, no Brasil – a ECO 92-A Convenção da Biodiversidade e em 1997, no Japão – O Protocolo de Quioto – um acordo internacional em que obrigava os países desenvolvidos a limitarem a libertação de gases com efeito de estufa.

As reformulações da Teoria Económica;

A crise do socialismo com a derrocada do “Bloco Soviético”;

A crise do Estado Providência e do Keynesianismo;

O fracasso comprovado pelos custos sociais elevadíssimos dos modelos do FMI;

A crise instalada da democracia representativa²⁰;

As falhas económicas, sociais e democráticas da Economia Social, aparecendo, simultaneamente, como uma resposta e uma alternativa renovada.

Hoje em dia, a Economia Solidária possui um reconhecimento científico, não só através de uma bibliografia internacional de circulação académica²¹, de existirem já dissertações de mestrado e teses de doutoramento. Por outro lado a Economia Solidária granjeou, já, um reconhecimento político-institucional²².

3.2.2. As versões da Economia Solidária

A Economia Solidária possui uma abrangência, não se reduzindo à origem europeia, tal como se verificou com a Economia Social, com uma pluralidade de origens quer a nível das suas origens culturais, quer a nível das suas localizações geográficas. Em face disso, são consideradas três versões que sinteticamente se apresentam:

3.2.2.1. A Versão Francófona

Segundo Roque Amaro (2009 :15) é oriunda de França, dos países do centro da Europa – Bélgica e Luxemburgo, da América do Norte francófona – região canadiana do Quebeque. Mais tarde juntaram-se autores de Espanha, Itália, Inglaterra e Suécia.

Esta Versão baseia-se em dois pilares fundamentais, sendo o seu autor mais significativo, Jean-Louis Laville:

1. Um Projecto Económico Plural, que integra o Princípio da Reciprocidade onde existe mais mercado e uma redistribuição de recursos da responsabilidade do Estado;

2. Um Projecto Político de Democracia Participativa, com uma vertente democrática, quer na gestão, quer na animação do espaço envolvente verificando-se, nestas duas vertentes, um claro princípio de solidariedade democrática. De acordo com o húngaro Karl Polanyi, que foi um grande opositor ao sistema económico tradicional, denomina ainda, como concepção substantiva da Economia.

No entanto, outros autores subscrevem mais um pilar aos dois anteriores, que é o Projecto Social com a salvaguarda das conquistas do Estado Social e de natureza emancipatória.

²⁰ Que se encontra bem patente, quer em França com o crescimento exponencial da extrema-direita, quer em Itália em que uma estrela porno consegue chegar a deputada.

²¹ Que aparece com especial incidência nos anos 90 do século passado, mais ligada à francofonia e só mais tarde a contribuição latino-americana, seguida da contribuição portuguesa e italiana.

²² Com áreas de governação dedicadas a esta Economia, com uma agenda internacional de continuidade constituída por conferências e cimeiras e pela existência de instituições e redes internacionais, como por exemplo a Rede Internacional para a Promoção da Economia Social e Solidária (RIPESS).

3.2.2.2. A Versão Ibero-Americana

Esta Versão é composta, para além de todos os países da América do Sul, também pela América do Norte através do México e por alguns países da América Central – Guatemala, Honduras, Nicarágua e El Salvador.

A sua base assenta em dois pilares fundamentais: 1. Um Projecto Social; 2. Um Projecto Político de Democracia Popular, existindo ainda um Projecto Económico.

Quanto ao Projecto Social surge da necessidade da definição de respostas face às carências fundamentais das comunidades mais pobres²³. É o que trata da Economia Popular, pelo sentimento de sobrevivência que faz com que as populações, no sentido de resolverem problemas pragmáticos com que se deparam, recorram a um sentimento de entreatajuda.

No que concerne ao Projecto Político compreende a partilha informal nos processos de decisão, promovendo um treino democrático mitigando as insuficiências da democracia representativa²⁴.

Relativamente ao Projecto Económico apresenta as vertentes de produção de bens e serviços para satisfazer as necessidades de consumo gerando rendimentos.

Esta Versão apresenta uma conjugação entre as raízes populares e os novos movimentos sociais²⁵.

3.2.2.3. A Versão da Macaronésia

A Macaronésia²⁶ é composta por quatro arquipélagos com uma importante relevância geo-estratégica, sendo dois portugueses – Açores e Madeira, um espanhol – Canárias e um país independente – Cabo Verde. Esta Versão teve o seu início no arquipélago dos Açores, no início dos anos 90.

O grande ideólogo desta Versão é Rogério Amaro e o seu nascimento dá-se na sequência de problemas sociais graves e antigos, devido fundamentalmente, a duas situações:

1. À pobreza e exclusão social vivida em duas localidades da ilha de S. Miguel (Rabo de Peixe e Lagoa);

²³ Este Projecto Social é criado pelas solidariedades existentes nessas comunidades mais pobres através das suas iniciativas de sobrevivência.

²⁴ Todo este pensamento tem promovido um funcionamento semelhante a uma escola de Associativismo Popular, promovendo a Economia Solidária a uma Escola de Democracia.

²⁵ Onde se contam, entre outros: o grupo de defesa dos indígenas; grupos ecologistas; o movimento dos sem-terra; grupos de defesa organizada das favelas.

²⁶ O nome tem como significado ilhas afortunadas e todos os arquipélagos partilham em comum várias semelhanças, quer geográficas e climáticas, quer sociológicas, com um forte componente de emigração. Também têm o nome de Small Islands Development States (SIDS).

2. Às manifestas necessidades educativas especiais em crianças e jovens. Outra situação, não menos importante, tem a ver com os repatriados, particularmente, emigrantes açorianos que viviam no Canadá e nos Estados Unidos da América²⁷.

A primeira fase consubstanciou-se em respostas típicas da sociedade civil que consistiram em acções de formação, visando diversos Setores da sociedade²⁸, cujo objetivo era a capacitação para a autonomia. No entanto, esta primeira fase não alcançou o êxito pretendido porquanto, apesar dos formandos terem adquirido competências, esbarraram numa parede de estigmatização, em virtude da sociedade micalense ser aristocrática e muito hierarquizada.

Mas, ao proporcionar a criação de unidades de Economia mais humanizada surgem, em 1994, duas associações pioneiras da Economia Solidária: a Cooperativa Kairós e a Associação Aurora Social.

Em 2000, as Canárias²⁹ juntam-se aos Açores e apresentam uma candidatura no âmbito da Economia Solidária. Nasce, assim, o Projecto CORES – Cooperação Regional da Economia Solidária, incluindo os outros dois arquipélagos. Os objetivos principais deste Projecto foram: A partilha de experiências de Economia Solidária e aprendizagem de boas práticas; A realização de feiras transregionais de Economia Solidária³⁰; O intercâmbio entre representantes dos poderes públicos, representantes das iniciativas e especialistas (ligados os não à Academia) e a definição e sistematização do conceito de Economia Solidária (base indutiva e reprodutiva).

A crescente importância desta Versão ficou bem patente quando em 2003, Ponta Delgada foi designada para acolher o Congresso Internacional de Economia Solidária.

Assim, pode-se compilar esta Versão como um Projecto económico, com fins sociais e uma dimensão cultural, a que se junta um Projecto ambiental e um Projecto territorial, com uma aprendizagem de base indutiva, modelos de gestão alternativos e lógica democrática.

3.2.3. Análise comparativa das três Versões

Versão Francófona versus Versão Ibero-americana versus Versão da Macaronésia

A Versão Francófona apresenta mais bibliografia e tem um maior aprofundamento no suporte teórico.

Existe um valor acrescentado teórico desta Versão por apresentar, não só uma resposta à crise política, mas também económica.

²⁷ Relativamente aos EUA, foi criada uma lei em que, um emigrante que seja acusado de um delito grave é imediatamente repatriado, tendo provocado o regresso aos Açores de emigrantes que chegaram sem aviso prévio às autoridades açorianas, agravado pelo facto de, alguns deles, nem conhecerem o arquipélago ou a língua portuguesa e serem “despejados” no arquipélago. Essa situação tornou-se um fator desagregador e facilitador desses repatriados continuarem a cometer delitos, devido à sua não integração, agravada pela exiguidade territorial.

²⁸ Constituído por quatro grupos: mulheres e homens de Rabo de Peixe em situação de pobreza; repatriados; jovens delinquentes e jovens com necessidades educativas especiais.

²⁹ Embora a aceitação, por parte das Canárias tivesse demorado, por existir, ainda um peso muito forte da Economia Social.

³⁰ Cujos organizadores criaram uma importante mais-valia pela realização em paralelo de seminários e congressos.

É de longe a Versão mais antiga, mais intelectual e com mais autores e investigadores que se debruçaram sobre esta Versão, mas também com autores mais controversos.

Esta Versão tem um historial de democracia e fomentador de profundas alterações na sociedade, ainda no século XIX, particularmente, por parte da França.

A Versão Ibero-americana assume-se como mais genuína, mais espontânea, mais emocional e mais afectiva sendo composta, na sua grande maioria, por brasileiros.

De salientar que países da América do Sul como o Brasil, a Argentina, a Bolívia, o Equador e a Venezuela, consideram a Economia Solidária de tal forma importante que plasam essa mesma importância nas suas Constituições.

Esta Versão tem no seu seio, países recentes com democracias recentes e desigualdades sociais muito acentuadas, sendo que a sua economia é de base comunitária por existir uma solidariedade de resistência e de sobrevivência.

Esta Versão apresenta três dimensões que não aparecem na Versão Francófona: Projecto Ambiental + Projecto Cultural + Projecto Territorial.

Tem uma forte raiz popular e um conceito de base indígena, existindo uma Solidariedade espontânea de base popular. Inclusivamente, o Sul tem uma visão do “buen vivir” que se poderá traduzir pelo viver bem e em harmonia com a Mãe natureza, tendo mais a ver com a qualidade do que com a quantidade.

Outra das grandes diferenças é que a Economia Solidária ganhou força nestes países por apresentar uma base local, endógena, indígena e nacionalista e anti-capitalista.

Na Versão da Macaronésia existe, claramente, uma profundíssima questão social.

Nesta Versão existe uma Solidariedade Multidimensional e Sistémica, ou seja assiste-se à passagem de uma Solidariedade Antropocêntrica para uma Solidariedade Ecocêntrica.

Pontos comuns com a Versão Francófona: formulação do Projecto Económico e do Projecto Político Interno.

Pontos comuns com a Versão Ibero-americana: formulação de um Projecto Social e de um Projecto Político Interno com um Princípio da Gestão Democrática.

3.3. Principais semelhanças e diferenças entre a Economia Social e a Economia Solidária

Principais semelhanças

Elenquemos agora, as principais semelhanças entre a Economia Social e a Economia Solidária. Assim, para além de terem, ambas, por objetivo a apresentação de propostas alternativas assumindo-se como resposta às falhas das outras Economias e assentarem em formas jurídicas e institucionais semelhantes, a semelhança que parece ser a mais importante é, sem dúvida, ambas terem como base o Princípio Económico da Reciprocidade, (embora de forma mitigada na Economia Social) sendo que, com base nesse Princípio, se verifica a apresentação de propostas de formas económicas diferentes, não só da Economia de mercado, mas também da Economia pública.

Por outro lado, têm na sua referência um conjunto de princípios e valores que são coincidentes, tais como: a existência de um predomínio do interesse comum sobre o interesse individual; existir o Primado das pessoas sobre o capital; o facto de não terem como fim a obtenção de lucro, procedendo através do princípio da gestão democrática e funcionando em autonomia face ao Estado.

Para além do atrás descrito, ambas funcionam através de trabalho em regime de voluntariado dos seus membros e segundo iniciativas da Sociedade Civil.

Principais diferenças

No que concerne às principais diferenças entre ambas, podem-se apontar as seguintes: No âmbito do contexto histórico, a Economia Social, embora algumas das suas referências possam ter vindo da Idade Média, nasce na sequência das questões levantadas pela Revolução Industrial e pelos ideais da Revolução Francesa, no século XIX, coincidindo com o início da Era Moderna.

Enquanto a Economia Solidária nasce na transição do século XX para XXI, devido a questões oriundas, não só da globalização, mas também pela crise do Estado Social e pelo despertar para a problemática ambiental.

Já no tocante às diferenças vindas das suas etiologias a missão da Economia Social é dar resposta às falhas sociais e políticas do mercado antes do estado social.

Neste âmbito, a Economia Solidária tem causas múltiplas e muito mais abrangentes, como resposta a falhas do mercado em várias vertentes, tais como a Social, a Cultural e Ambiental, a Territorial, a Política e a Ética.

Mas também pretende dar resposta às próprias falhas verificadas pela Economia Social, quer no âmbito Económico, Social e mesmo Democrático.

No âmbito do Projecto Económico, a Economia Solidária tem um Projecto forte e alternativo com uma afirmação inequívoca do Princípio da Reciprocidade, assumindo um Projecto plural da lógica da hibridação económica subordinada à reciprocidade. Já a Economia Social nunca conseguiu alcançar um Projecto autónomo e, por isso aquele Princípio encontra-se mitigado, senão ignorado, nunca tendo assumido coerentemente o Projecto plural, submetendo-se a um deles, naquilo a que se chamou o Isomorfismo Institucional.

Relativamente ao Projecto Social, no que se refere à Economia Social é assumidamente assistencialista, enquanto, na Economia Solidária, é emancipatório.

No tocante ao Projecto Político o Projecto de Democracia Interna foi-se desgastando na Economia Social enquanto na Economia Solidária verificou-se uma renovação desse Projecto, aliado à promoção da Democracia participativa no espaço público comunitário, a experiências de governança, também localmente.

Existe, ainda, uma diferença de avaliação de importância no binómio Economia e Democracia, nas duas Economias, sendo que na Social, é considerada uma questão acessória – solidariedade social – e na Solidária tem uma importância relevante, pois promove a democratização da economia ou solidariedade democrática como essencial.

Outras das diferenças marcantes é que a Economia Social, com o seu Projecto Económico, Social e Político, baseia-se na solidariedade entre seres humanos - visão antropocêntrica. A Economia Solidária, pelo contrário, baseia-se numa visão ecocêntrica – seres vivos e não apenas seres humanos – e o seu Projecto global é muito mais abrangente pois inclui as áreas Cultural, Ambiental, Territorial, Ética, da Gestão e do Conhecimento.

Por fim, devido às diferenças, quer a nível das suas origens culturais e de localização, pode-se afirmar que a Economia Solidária, com a sua abrangência, criou uma rotura epistemológica, porquanto a Economia Social, tem uma origem europeia, também chamada “do Norte”, no que concerne à Economia Solidária apresenta uma pluralidade de origens, quer culturais, quer geográficas, não se confinando ao Norte e, por isso, se chama “também do Sul”.

3.4. Responsabilidade Social e Economia Social e Solidária

Analisada a natureza da Economia Social e Solidária importa agora perceber se faz sentido falarmos de Responsabilidade Social das entidades que integram esta área.

Aparentemente os princípios da Responsabilidade Social são inerentes aos próprios alicerces da Economia Social e Solidária, constituem o seu código genético e a sua atividade não é mais do que a efectivação das preocupações da inclusão, da partilha e da gestão racional dos recursos.

Mas se analisarmos os modelos de governação destas entidades, os processos adoptados e, principalmente, se tivermos um olhar crítico sobre as suas práticas, invariavelmente encontramos necessidade de aprofundar esta questão e de promover uma adopção, clara, de procedimentos que permitam a efectivação dos quatro pilares da Responsabilidade Social, atrás referidos.

Efectivamente e se fizermos um exercício seguindo alguns indicadores GRI, nem sempre encontramos nas entidades de Economia Social e Solidária as melhores práticas em matéria de conciliação trabalho e vida pessoal, igualdade de género nos seus órgãos sociais, formação, códigos de conduta e liderança ética.

Igualmente e no âmbito do pilar ambiental, as práticas de reciclagem, de redução da pegada ecológica, alteração das opções energéticas ou mesmo educação ambiental são escassas entre as instituições que atuam no domínio social.

A mesma insatisfação pode-se sentir se analisarmos os desempenhos económicos, dado que muitas entidades podem e devem melhorar os seus indicadores de gestão, os seus processos de qualidade e garantir a sua autonomização financeira.

Também no que se refere ao pilar social, temos ainda margem de crescimento relativamente à percepção da mudança provocada em sede da intervenção social realizada, uma vez que a maioria das organizações não avalia o impacto produzido junto dos seus clientes e comunidades envolventes.

Assim, se tivermos presente o conceito de Responsabilidade Social atrás utilizado, podemos defender que se trata de uma noção que deve ser importada, ainda que com adaptações, para o domínio da Economia Social e Solidária.

Deverá ser ponderada a criação de uma tabela específica que permita valorizar as diferenças evidentes entre os dois mundos, sem deixar de incutir uma crescente exigência no domínio da

transparência e o envolvimento das partes interessadas nos destinos das entidades, nomeadamente através de uma maior dinamização associativa.

Perante este cenário, sucintamente descrito, que justifica a tese de que as entidades de Economia Social e Solidária necessitam de se aperfeiçoar no sentido de implementar políticas de Responsabilidade Social, são facilmente perceptíveis as mais-valias daí decorrentes.

Uma organização com uma sólida política de Responsabilidade Social melhora a sua relação com colaboradores, voluntários, fornecedores, tutela pública e parceiros.

A crescente necessidade de articular com empresas como potenciais investidores/financiadores exige uma aproximação à linguagem empresarial e um reforço dos seus modelos de reporte. Não consideramos adequada a importação de modelos de gestão das empresas, mas sim a criação de uma ponte de entendimento que torne possível o desenvolvimento de parcerias estáveis visando o investimento social em vez da tradicional filantropia.

Por outro lado, a organização aprende a melhorar a sua comunicação e a avaliar os seus resultados e, principalmente, a tangibilizar a mudança que efectivamente provoca.

Para a Economia Social e Solidária, a Responsabilidade Social é uma nova forma de efectivar, actualizar e difundir a sua missão e valores ancestrais.

3.5. Sobre a Responsabilidade Social no Setor Não Lucrativo

A Responsabilidade Social tem sido trabalhada, sobretudo, no âmbito das Empresas e que faz com que exista muito pouco conhecimento sobre como é que as organizações da Economia Social podem incorporar e implementar questões de Responsabilidade Social.

Então levanta-se a pertinente questão sobre que Responsabilidade Social deverá existir para o Setor Não Lucrativo?

Em primeiro lugar, é importante analisar esta problemática, do ponto de vista comparativo, entre o Setor lucrativo e o não lucrativo. Deste modo, surgem três dimensões.

A primeira dimensão é sobre a legitimidade e, no nosso entender, o Setor não lucrativo tem uma legitimidade e uma vocação acrescida relativamente às Empresas. A distinção entre os dois Setores relativamente a esta dimensão vem da sua forma intrínseca, ou seja, enquanto a Responsabilidade Social para as Empresas é uma forma de gestão, para as Organizações da Economia Social, é uma forma de ser pois incorporam a Responsabilidade Social no seu ADN.

Curiosamente tem-se assistido a um assentimento tácito de que as Organizações da Economia Social incorporam a Responsabilidade Social no âmbito da sua ação.

Mas, por outro lado, na prática, também muitas vezes as Organizações da Economia Social descansam o seu espectro genético e não implementam praticamente, práticas de Responsabilidade Social ou implementam práticas muito mitigadas.

Daqui infere-se outra problemática, é que do ponto de vista do mercado de trabalho, não se mostra muito apelativo para quem quer trabalhar em Organizações da Economia Social existe uma expectativa, de certa forma, gorada pois aquilo que é espectável é esperamos das empresas, a

possibilidade do desenvolvimento de carreiras, de bons salários e de formação. Mas infelizmente nem sempre isso se verifica nessas Organizações da Economia Social.

No âmbito das vertentes, interna e externa, da Responsabilidade Social, estas organizações apresentam diversas falhas.

Na relação interna verificam-se vicissitudes, particularmente, no âmbito da conciliação de trabalho e família e da igualdade de género.

Por outro lado, no que diz respeito á relação externa, apesar de, mais uma vez, estar imbuído no espírito da Economia Social, estes preceitos, nem sempre se verificam, não só a nível da Cooperação e da partilha de recursos entre as Organizações da Economia Social, mas também a preocupação na criação de valências economicamente sustentáveis (que é o pilar económico).

De igual modo constata-se que as próprias instituições não saem para além daquilo que é o seu campo de actuação e, conseqüentemente, não actuam socialmente, para fora daquilo que é sua área.

Por isso, assume particular relevância a necessidade destas instituições efetuarem uma análise crítica da sua actividade, de acordo com os indicadores de responsabilidade social.

No entanto, relativamente ao caminho trilhado no presente e quanto às tendências de futuro, tem-se vindo a notar uma franca aposta na alteração da sua forma de estar, acompanhando mais as tendências da responsabilidade Social, através de três aspectos principais:

Em primeiro lugar, o estabelecimento de parceiras com Empresas, em virtude de as mesmas poderem, igualmente, tornar-se em fontes de financiamento para as próprias Organizações da Economia Social e, portanto assume fundamental relevância a tomadas de medidas para o entrosamento harmonioso com as empresas, tais como:

Têm de aprender a falar a mesma linguagem e a ser transparentes;

Deverá existir uma adequação na elaboração dos relatórios de actividades;

Deverá, igualmente, existir um cuidado, a nível da comunicação com os stakeholders da Empresa.

Uma segunda Dimensão que tem a ver com a Medição do impacto. Ou seja, se querem comunicar e atrair financiadores, têm de dizer o que fazem e têm de medir o que fazem.

A terceira e última dimensão tem a ver com a Qualidade. Cada vez mais, as Organizações da Economia Social sentem a necessidade de fazer uma certificação da qualidade.

A certificação da qualidade tem, em termos de processo ou está muito ligada com as questões ambientais e com as questões económicas.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CAPÍTULO IV. O CAMPISMO EM PORTUGAL

4.1. Evolução Histórica

Mormente em 1875 ter existido troca de correspondência entre os escritores Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão com a informação de que o seu pedido de material campista vindo de Newcastle, tinha sido remetido, questiona-se se terá sido nesta data, que se iniciou o movimento campista ou se estes dois escritores terão sido os pioneiros deste movimento em Portugal.

No entanto, podemos afirmar que os grandes impulsionadores deste movimento foram os órgãos de imprensa pois, para além de alguns acampamentos ocasionais e com pequeno número de participantes foram estes órgãos que foram divulgando e promovendo o campismo.

Desta forma, em 1908, surge na revista “Ilustração Portuguesa de Lisboa”, a informação sobre a realização de um acampamento, de seu nome, Jornada Inaugural do Campismo Português, claramente um acampamento de montanha, tendo sido realizado na Serra do Gerês, em Chã de Abróteas e organizado pela própria revista, considerando-se, esse evento, o primeiro grande acampamento de âmbito nacional. Esse evento não nasce de per si, mas sim como apoio a um grupo cinegético em visita de conhecimento sobre o desaparecimento da cabra do Gerês³¹.

Para além da realização de outros pequenos acampamentos, durante esta década, a Associação Cristã da Mocidade (ACM)³², em 1920, organiza um acampamento para jovens na Serra da Arrábida, mais propriamente, na Quinta da Comenda.

É em 1932 que volta a haver escritos sobre campismo pela fundação do Grupo Excursionista Ar Livre (GEAL), oriundo do Porto e que se dedicou, para além do campismo fixo, também a viagens.

A partir desta data, vão surgindo novos grupos cuja actividade se desenvolvia no âmbito do campismo desportivo com marchas de montanha e passeios pedestres³³.

Em 1936, assiste-se a uma verdadeira cruzada de um etnógrafo, de seu nome, Elmano da Cunha e Costa que num profundo estudo de investigação sobre a cultura, língua, religiões, usos e costumes de 58 tribos de Angola, levou consigo um “roulotte” construída em Portugal e percorreu cerca de 280.000 km, usando o campismo como modo de alojamento.

Surgiram, então, alguns clubes de campismo em 1937, (Clube Português de Campismo e o Camping Clube de Portugal), novamente impulsionados pela imprensa, desta feita, através do jornal Os Sports³⁴ mas, infelizmente, com um prazo de vida demasiado curto.

Também nesse ano, em Setembro, impulsionado pelo romancista Samuel Maia que verificou os efeitos positivos da campanha que tinha iniciado, há algum tempo, em favor da vida ao ar livre com

³¹ Nesta jornada inaugural participaram cerca de 100 campistas com 2 tendas de grande dimensão e 10 tendas de tamanho normal.

³² A ACM, é uma instituição oriunda de Inglaterra, tem 118 anos e dedica-se, particularmente, ao desenvolvimento integral do ser humano, com especial incidência na juventude.

³³ De recordar que a FICC, é constituída em 1933, por 16 clubes o MEN de 7 países. Hoje conta com 56 federações representando 32 países realizando, em Inglaterra, o seu I Congresso Internacional de Campismo nesse ano que contou com 390 congressistas. Em 1934, em França, participaram cerca de 1200 campistas representando 10 países. Curiosamente, em 1969, na realização do XXX Rally FICC, novamente em Inglaterra, participaram mais de 13.500 campistas, oriundos de 21 países. No entanto, a II GM veio abalar o crescimento exponencial do campismo.

³⁴ Que veio a evoluir, em 1945 para o jornal Mundo Desportivo, tendo terminado a sua publicação no início dos anos 70.

a realização do primeiro acampamento desportivo no centro/sul do país, perto de Lisboa, na Quinta de Vale de Fornos, perto da Azambuja³⁵.

Foi ainda nesse ano que o jornal Os Sports criou uma secção técnica e de divulgação do campismo, da responsabilidade de Hermínios Portugal³⁶.

É ainda em 1937 surge outra colónia de férias para campistas, da responsabilidade da Junta Nacional do Vinho, numa praia do Portinho da Arrábida, tendo funcionado durante 5 meses³⁷ e tendo tido um grande impacto na comunicação social da época.

Em 1940, na Quinta do Senhor da Serra em Belas, perto de Lisboa, viveu-se um importante momento de desporto e de grande envergadura para o movimento desportivo campista, pois realizou-se o I Congresso Português do Campismo Desportivo e, mais uma vez o jornal Os Sports, é o organizador, desta vez coadjuvado por uma rádio (Emissora Nacional). Nesse evento, para além de ter sido o embrião da federação da modalidade e do estudo para implementação da carta campista³⁸, ainda foram lançadas as bases para levar à prática o movimento associativo campista e o seu desenvolvimento³⁹.

Um acontecimento histórico nasce com a constituição, em 1941, do Clube Nacional de Campismo (CNC), precursor do Clube de Campismo de Lisboa, que obtém o nome definitivo em 1947. Nesse mesmo ano, organiza o seu 1º acampamento em Belas.

De lembrar, tal como explicitado mais á frente, (ponto 3.2. – Legislação), em 1943, o campismo é classificado como desporto da classe B, pelo Ministério da Educação Nacional, através da Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar (DGEFDSE), de acordo com o Decreto nº 32:946 de 3 de Agosto.

É ainda nesse ano que surgem três momentos marcantes para o movimento campista: 1. Uma grande jornada campista, organizada pelo CNC, integrado nas “Jornadas desportivas” do jornal Diário Popular e tendo em vista a unificação do movimento, tendo sido constituída pela realização simultânea de 8 acampamentos populares de fim-de-semana em que, durante a actividade do “fogo de campo”⁴⁰, à mesma hora, era lida uma mensagem incentivando a juventude campista à alegria, à

³⁵ Hoje, a Quinta Vale de Fornos dedica-se ao enoturismo, após ter sido adquirida em 1972, sendo uma das mais antigas e marcantes da região, inserida na Região Vitivinícola do Tejo, beneficia de uma excelente localização e de uma deslumbrante envolvência paisagística.

³⁶ Sendo esse nome pseudónimo de Antero Nobre, que foi autor de diversos manuais técnicos sobre campismo.

³⁷ Foi montado um acampamento, composto por 18 tendas, com capacidade para 50 pessoas.

³⁸ Criada em 1944 pelo Ministério da Educação Nacional, com o nome de Carta Campista Nacional que hoje dá pelo nome de licença desportiva, definindo o praticante de campismo federado, abrangido por um seguro desportivo.

³⁹ Como curiosidade, sublinha-se a presença no acampamento, do presidente da Comissão Municipal de Turismo de Tomar, (Eng. João Simões), que participou activamente no referido evento com uma “roulotte”, por si construída, tendo servido também, de apoio à organização do Congresso.

⁴⁰ O “Fogo de Campo” poder-se-á definir como uma reunião espontânea de todos os participantes num Acampamento em torno de uma chama que aquece, ilumina e une, conferindo um particular colorido e beleza à prática do Campismo Associativo Desportivo. A poesia, o diálogo, o bom humor e a canção, unem e elevam, divertem e educam, todos os campistas que, acampados num local, se juntam em torno daquela chama para fechar, da melhor forma, um dia de vida sã ao ar livre. O “Fogo de Campo” assume-se como uma manifestação de elevado alcance social, moral e estético onde se reúnem à volta da fogueira, num mesmo anseio, os mais variados ramos da actividade humana de ambos os sexos e de todas as idades Ninguém fica indiferente pois no “Fogo de Campo” todos são, simultaneamente, público e actores, num todo magnífico. No fim, ficam, muito para além do gosto pela prática do Campismo, também o gosto pela poesia, pelo bom humor, pela música. Ficam, igualmente, gratas recordações a quebrar a monotonia do quotidiano do dia-a-dia.

solidariedade e ao companheirismo e fazendo votos pela paz no mundo, ainda ensanguentado pela II GM que só findaria no ano seguinte. O acampamento mais importante desta grande jornada, teve lugar em rio de Mouro, perto de Sintra, com cerca de 400 participantes (num total de cerca de 1.200); 2. A 1ª Exposição Nacional de Campismo, igualmente organizada pelo CNC, realizada em Lisboa e no Porto, com objetivos desportivos, educativos e científicos⁴¹; 3. O Clube Estrela, realizou um acampamento para divulgação do campismo, que teve como palco o jardim da Estrela em Lisboa.

O campismo foi devidamente promovido, enaltecido e amplamente divulgado, através da imprensa e da rádio, em 1942⁴². As estações de rádio informaram dos eventos campistas e os jornais, para além da informação, também foram promotores de iniciativas campistas⁴³.

É também em 42 que nasce a revista “Campismo”, do CNC, que passa a ser, a partir de 1945, a revista oficial da FPC e em 48, nasce o boletim “Companheiros”, órgão oficial do CCL⁴⁴.

1944, foi um ano muito importante para o campismo em Portugal por diversos eventos de relevante importância, dos quais se destacam, do ponto de vista desportivo: A inauguração de duas “casas-abrigo”⁴⁵, o forte do Guincho pelo CNC e a da Raposeira na Trafaria pelo Clube Estrela: Do ponto de vista legislativo: 1. O MEN lança as bases para a criação da federação de campismo, bem como da carta campista nacional; 2. O Ministério da Economia, através da Direcção-geral dos Serviços Florestais e Aquícolas autoriza aos titulares de carta campista acamparem em terrenos contíguos de diversas casas de guardas florestais.

Os momentos mais significativos do ano de 1945 são, entre outros:

1. A constituição da Federação Portuguesa de Campismo (FPC)⁴⁶ e a aprovação dos seus Estatutos através de dois despachos da DGEFDSE (8 de Janeiro e 9 de Março), cujo principal objetivo era estudar e criar uma orgânica para o movimento campista o MEN para além da conversão de clubes em associações regionais, referida anteriormente;

2. A realização do primeiro congresso⁴⁷ da FPC;

3. Na sequência do surgimento de um novo quadro orgânico do movimento campista, decorrente da constituição da federação, bem como da equiparação ao esquema de funcionamento do universo federativo existente e, também como forma de possibilitar uma descentralização da modalidade, a nível distrital, o CNC, transforma-se em Associação de Campismo de Lisboa (ACL), em 9 de Abril por despacho do Subsecretário de Estado da Educação Nacional. São também por esse decreto criadas outras associações regionais de campismo – Porto, Setúbal, Coimbra (com sede na Figueira da Foz), Faro (com sede em Olhão) e Castelo Branco, (com sede na Covilhã);

⁴¹ Para além de ter sido uma mostra de material de campismo e de montanha, apresentou três vertentes: O campismo e as suas modalidades; o movimento associativo e o comércio.

⁴² Através de estações de âmbito nacional - Emissora Nacional e local - Rádio Graça e Clube Radiofónico de Portugal.

⁴³ Como foi o caso, entre outros, dos jornais Os Sports, Diário Popular, Diário de Notícias, O Século e a Revista de Ilustração Portuguesa

⁴⁴ Muitos outros clubes de campismo editaram as suas revistas contendo informações genéricas de promoção do campismo, bem como de divulgação dos seus eventos, entre os quais se destacam o “Acampar” do CCP, “Fogo de Campo do CCCA e “Traço de União” do CCE.

⁴⁵ Estas infraestruturas permitiam continuar a fazer campismo durante o inverno. Possuíam uma zona comum para cozinha e convívio e dois quartos com camaratas para homens e mulheres.

⁴⁶ Sendo o Clube de Campismo de Lisboa um dos seus fundadores iniciais e o seu filiado nº 1.

⁴⁷ Desde a sua primeira edição em 1945, realizado em Lisboa, a FPC organizou mais seis congressos onde foram debatidas as preocupações e os novos desafios desta modalidade.

4. A primeira carta campista nacional é emitida, a pedido da ACL, para o seu presidente, José Ferreira;

5. No sentido de dar provimento às necessidades que se vinham sentindo, por parte dos praticantes, relativamente à dificuldade de aquisição de material de campismo, é criada a 1ª cooperativa de âmbito comercial.

Se um dos momentos marcantes de 1945 foi a constituição da FPC, já em 1946 foi o aparecimento do hino dos campistas – “Marcha dos Companheiros”⁴⁸, ainda hoje adoptado e pleno de actualidade. Assistiu-se também, neste ano, à realização de uma série de acampamentos organizados por diversas associações, onde se destaca mais um evento da ACL com o patrocínio do jornal O Século.

Já em 1947 em virtude de, por um lado não se terem obtido resultados práticos com o funcionamento das associações, aliado ao facto da inércia federativa, assim, após a constituição de uma comissão de reestruturação para resolver o problema, pela Direcção-geral dos Desportos, concluiu-se que a evolução seria no sentido de criar grandes clubes em cada localidade. Deste modo, são extintas as associações e reestruturados em clubes englobando núcleos e campistas individuais⁴⁹. Foi também o ano da internacionalização, através da primeira participação portuguesa num Rally FICC, realizado na Holanda, na sua VIII edição.

O ano de 1948 assume particular importância em virtude de, na sequência do II congresso federativo, em que resultou a importantíssima conquista da “semana inglesa” pelo movimento criado, não só junto do Estado, mas também junto da FNAT e cujo tema era “Trabalho e Repouso – Fim-de-semana para todos”, através de um despacho favorável do Director-geral da Educação Física, Desportos e Saúde.

Também não menos relevante, foi organizado o I Acampamento nacional⁵⁰, nas Caldas da Rainha. Facto igualmente relevante, o surgimento de um seguro de responsabilidade civil⁵¹, incluído na carta campista. Neste ano, ainda o Estado reconhecendo, cada vez mais, a importância do campismo, autoriza a sua prática nas matas nacionais⁵², bem como nos terrenos contíguos das casas dos guardas florestais.

No ano seguinte, 1948 marca a inauguração dos primeiros parques de campismo do movimento associativo/desportivo. Assim, no sul, o CCL inaugura um parque em Carcavelos (Quinta de S. Gonçalo) e realiza o seu 1º acampamento de Outono, também em Carcavelos, mas na Quinta de S. Gonçalo e no norte o CCP abre em Vila Nova de Gaia (parque na Madalena).

Nesse mesmo ano é distribuído o 1º número do Boletim Companheiros, órgão oficial do CCL.

⁴⁸ Com letra de Carlos Freire e música do maestro Fernando Lopes Graça, tendo servido de indicativo do programa Vida ao Ar Livre, que era transmitido no Clube Radiofónico de Portugal, da responsabilidade da FPC.

⁴⁹ É assim que o CCL ganha o seu nome definitivo sendo o primeiro filiado na FPC que conta com filiações, segundo dados de 30 de Setembro de 2016.

⁵⁰ Que vai em 27 edições, tendo sido a última edição realizada no Lisboa camping em 2015, conjuntamente com a 13ª edição do Acampamento Ibérico, cuja 1ª edição foi em 1952, em Gerona e a 2ª edição em 1956 nas Caldas da Rainha.

⁵¹ No valor de 100.000\$00.

⁵² No entanto, não autorizou em nove casos, entre os quais o Parque da Pena (Sintra) e a Tapada de Mafra.

Em 1949, a FPC filia-se na FICC durante o X congresso. Patrocina a realização de um acampamento regional no centro⁵³ e inaugura, nos Capuchos em Sintra, a 1ª “casa abrigo”⁵⁴ para apoio ao pedestrianismo e montanhismo.

O CCL passa a ter a sua sede na Rua da Misericórdia, 137 - 2º em Lisboa⁵⁵.

O ano de 1950 alarga a possibilidade da prática campista às praias, autorizado pelo Ministério da Marinha⁵⁶. O CCL dá início a cursos de formação para aperfeiçoamento e conhecimento da prática campista sob o tema “A vida ao ar livre – Campismo – o Campista”, para além de focar a estrutura do movimento campista, ainda versou outros temas complementares como a espeleologia ou o campismo náutico⁵⁷. Foi dada continuidade à realização de acampamentos desportivos ao longo do ano.

A década de 50 teve momentos dramáticos para o desenvolvimento da modalidade e o movimento associativo foi ferido de morte na sua liberdade de expressão e de associação, porquanto, o Estado Novo, através da DGD impôs, unilateralmente, comissões administrativas, com particular incidência na FPC, no CCL⁵⁸ e no CCP.

Entra em vigor uma campanha de divulgação aos automobilistas para apoiarem o auto-stop, uma vez que poucos praticantes de campismo possuíam viatura própria⁵⁹.

São inauguradas as “casas abrigo” do CCL (modo de fazer campismo no Inverno), do Moinho do Penedo e Mata dos Cedros, ambas cedidas pela Câmara Municipal de Lisboa em 1951.

Em 17 de Junho de 1952 é inaugurado o parque da Costa de Caparica, através de cedência de um pedaço de mata nacional⁶⁰ (devido às diligências do nosso sócio Francisco Lyon de Castro⁶¹).

1953 foi, também, um ano muito dinâmico para o CCL pois realizou o 1º Rali do Sol, neste parque, tendo sido a maior manifestação de Campismo em Portugal (com a presença de cerca de 350 campistas nacionais e estrangeiros). Inaugurou mais uma “casa abrigo”, desta feita no parque de S. Gonçalo, em Carcavelos.

Nesse mesmo ano, mostrando a integração perfeita entre campismo e ginástica, são criadas, também no parque, 2 classes de ginástica, orientadas pelo Prof. João Gonçalves Mariano (que foi sócio número 1 do CCL e recentemente falecido e dos grandes impulsionadores do campismo, junto dos jovens no sul de Angola, no Cunene, ainda como colónia portuguesa).

Surge ainda, nesta década a carta campista internacional (carnet camping), emitida pela FICC, em conjunto com outras três organizações internacionais⁶².

⁵³ Organizado pelo Clube Figueirense de Campismo, já extinto.

⁵⁴ Cedida pela DGSFA e através de despacho ministerial.

⁵⁵ Que se irá manter por 54 anos, até 2003.

⁵⁶ Através da apresentação da carta campista, às autoridades marítimas.

⁵⁷ De salientar que deve-se ao CCL, a introdução da canoagem em Portugal.

⁵⁸ A título de exemplo, CCL teve duas comissões administrativas, de 1955 a 1957 e de 1957 a 1959. A estratégia política do Estado Novo, pode-se resumir na frase proferida pelo Director-geral dos Desportos “ou se modifica e endireita o Campismo ou acaba-se com ele”.

⁵⁹ Esta campanha foi apoiada pelo Rádio Clube Português que difundia, no programa “Comentários desportivos”, a frase “Senhor automobilista, se puder pare e leve o campista”. Inclusivamente, o CCL distribuiu junto dos seus associados que praticavam esta forma de viajar, galhardetes para serem oferecidos aos automobilistas no fim da viagem, com o emblema do Clube e com a seguinte frase – obrigado e boa viagem.

⁶⁰ Sendo hoje o parque de campismo mais antigo do país em funcionamento.

⁶¹ Dono e mentor das Publicações Europa América e inestimável colaborador do CCL.

⁶² A Federação Internacional do Automóvel (FIA) e a Aliança Internacional de Turismo (AIT). A partir de 2015, a FICC ficou detentora do carnet camping em exclusivo.

Aparece a primeira regulamentação sobre parques de campismo e “casas abrigo” e realiza-se o III Congresso Nacional de Campismo, com uma vontade expressa de repúdio pela ingerência descabida do Estado Novo e reclamando, com veemência que as colectividades pretendem a autonomia do Estado, regressando á normalidade o movimento associativo campista.

Já na década seguinte (60), no 1º ano, surge o 1º acampamento de inverno, realizado em Cascais⁶³. Surge também nesse ano, o Roteiro Campista.

É também a década do desagravo e do voltar à normalidade do movimento associativo, com a saída das comissões administrativas e procedendo-se a novos actos eleitorais.

A federação muda o seu nome, acrescentando caravanismo – FPCC (1967).

O CCL inaugura o parque de Almornos, no Concelho de Sintra.

É ainda neste ano que se realiza a 1ª edição da Nauticampo, nas instalações da FIL, um certame dedicado ao campismo, caravanismo e náutica e em que a FPCC e os clubes participaram com stands promocionais e foram organizados eventos de índole campista e de atividades de ar livre (colóquios, eventos culturais e recreativos), que recebeu sempre milhares de visitantes interessados nas áreas de campismo e desportos náuticos.

A década de 70 contém o momento marcante da sociedade portuguesa contemporânea, com o “25 de Abril de 1974”, já devidamente estudado noutra Capítulo, a propósito da caracterização do CCL. No entanto, do ponto de vista histórico-social, afirma-se importante sublinhar que, até ao final dos anos 80, assiste-se a um crescimento exponencial de praticantes de campismo, pela possibilidade dos trabalhadores poderem gozar férias pagas, que até aí lhes era vedado e de uma forma menos onerosa do que recorrer à hotelaria. Desta forma desenvolve-se um conceito complementar de campismo para gozo de férias, de forma mais económica e alargando-se expressivamente ao âmbito familiar.

Em 1972, o CCL inaugura o parque de Ferragudo (Concelho de Lagoa), que é ainda hoje, o único parque de campismo associativo no Algarve.

1977 é o ano em que o Estado reconhece a importância, não só do campismo, enquanto vertente turística, mas também dos clubes de campismo, através da atribuição da medalha de Mérito Turístico “Grau Prata” ao CCL, pelo Secretário de Estado do Turismo.

A FPCC e o CCL são reconhecidos, pelo Estado, 1978, como Pessoas Colectivas de Utilidade Pública (PCUP), sendo que a federação é, igualmente, reconhecida como uma associação multidesportiva de direito privado, sem fins lucrativos, coordenadora do movimento campista e montanheiro em todo o território nacional. Em anos subsequentes, outros clubes de campismo cumprem as formalidades e obtém igualmente o reconhecimento de Utilidade Pública.

É neste ano que a FPCC promove junto da juventude, de forma mais alargada, o gosto pela prática do campismo desportivo, através da realização do 1º Acampamento Nacional de Juventude, na Serra do Caramulo, que ganha uma tipologia de organização em que um clube filiado organiza o

⁶³ No farol da Guia, organizado pela secção de campismo do Sporting Clube de Portugal e pelo núcleo Campista “Lá vem o Luar”.

evento (neste caso foi o Clube Académico de Viseu) sob a égide da FPCC, tendo tido a periodicidade bienal até 1994⁶⁴.

Ainda no mesmo ano, o CCL inaugura o Parque da Costa Nova na Costa da Caparica, através da organização dum Acampamento de Juventude do CCL, de âmbito Nacional.

Entra-se na década de 80 onde, para além do calendário oficial publicado pela FPCC, com a realização de acampamentos desportivos, organizado pelos clubes filiados, ser cada vez maior e mais participado, destaca-se igualmente, a inauguração de mais um parque de campismo do CCL, desta feita, em Melides, no Concelho de Grândola que se assume como a maior estrutura de campismo associativo/desportivo do distrito de Setúbal e da região do Alentejo.

Fruto da crescente importância de Portugal no movimento campista mundial, um jovem português é, pela primeira vez, eleito para presidir à Comissão de Jovens da FICC⁶⁵, cargo que desempenhou de 83 a 87⁶⁶.

Outro marco importante foi, em 1989, fruto do excelente relacionamento existente entre os campistas e os organismos que tutelam o campismo em Portugal e no Brasil, organiza-se o I Acampamento Luso-Brasileiro⁶⁷ que ainda conheceu mais duas edições.

Na década de 90 podemos sublinhar, entre outros os seguintes acontecimentos: é atribuída competência à FPCC, pelo Estado, de promover, regulamentar e dirigir as atividades de montanha, quer a nível nacional, quer a nível internacional em 1991;

A manifestação clara da importância de Portugal no panorama do campismo mundial revela-se pela eleição em 1991, de novo, de um português para Presidente da Comissão de Jovens da FICC, João Alves Pereira que irá ter um reconhecimento por parte dos países europeus e irá levar ao mais alto destino do campismo mundial, a FICC.

Continua a ser clara a importância e o prestígio do campismo e dos seus clubes associativos, que teve o seu corolário de reconhecimento, por parte das mais altas figuras do Estado, igualmente, em 1991, com o galardão de Membro Honorário da Ordem de Mérito, atribuído pelo Presidente da República⁶⁸ e a Medalha de Bons Serviços Desportivos, atribuída pelo Ministro da Educação⁶⁹, ambos ao CCL.

A FPCC organiza o acampamento comemorativo dos 25 anos do seu parque da Lagoa de Santo André, que se assume como um dos expoentes mais importantes do movimento associativo campista.

⁶⁴ O incentivo à juventude que a FPCC pretende promover encontra-se bem patente na criação de um Regulamento de Comissão Juvenil, devidamente aprovado em assembleia geral em 1979.

⁶⁵ De seu nome Virgílio Mimoso

⁶⁶ Em 1991, é eleito de novo um português para presidir à Comissão de Jovens da FICC, João Alves Pereira que, mais tarde, em 2005, é eleito presidente da FICC até 2017.

⁶⁷ Realizado no Rio de Janeiro. Este evento conhece mais duas edições em 1991 e 1993, respectivamente no parque do Monsanto em Lisboa e novamente no Rio.

⁶⁸ Dr. Mário Soares.

⁶⁹ Eng^o Roberto Carneiro.

A FPCC comemora o seu 50º aniversário, em 1995, onde para além de eventos desportivos e culturais que se desenrolaram ao longo do ano, o evento de maior envergadura foi a organização em Portugal de um Rally FICC⁷⁰, que teve lugar em Alzejur, no Parque Natural do Sudoeste Alentejano.

A FPCC é reconhecida pelo Governo, a nível do desporto, com o estatuto de Utilidade Pública Desportiva com poderes que o Estado delega às federações desportivas (1996).

Um pouco por todo o país, ao longo desta década os clubes de campismo desportivo foram sendo agraciados pelas Câmaras Municipais, com medalhas de mérito pelo seu desempenho em prol, fundamentalmente, do desenvolvimento socioeconómico das regiões e do conhecimento de localidades, das suas gentes, usos e costumes que, de outra forma não seriam conhecidas, ou seja também como agentes promotores de turismo.

A entrada no século XXI traz-nos a continuação do desenvolvimento do movimento campista e montanhista, porquanto a FPCC, altera o seu nome (2003) para se adequar ao universo de coordenação das suas diversas modalidades, para Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP)⁷¹, mantendo o estatuto de Utilidade Pública Desportiva.

O nosso país, além-fronteiras, a nível internacional tinha vindo a granjear, paulatinamente, maior prestígio, dignidade e consideração, mesmo pelos países com muito maior número de praticantes, como é o caso da Inglaterra, França e Alemanha. O corolário desse reconhecimento surge quando é eleito um português para dirigir o mais alto cargo da FICC, em 2005, João Pereira, que ainda hoje se mantém como Presidente (tal como atrás foi descrito a propósito de jovens portugueses em cargos internacionais)⁷².

Continuam ao longo da década a surgir novos parques de campismo de clubes desportivos⁷³, bem como o manifesto interesse de muitos Municípios de construir parques de campismo e entregar a sua gestão, a entidades, como os clubes de campismo desportivo que, não visando o lucro promovem uma integração harmoniosa com os concelhos onde se encontram instalados interagindo com as populações e humanizando as relações entre seres humanos.

Ao surgir a primeira profunda crise económica mundial (2008), curiosamente (ou talvez não), o campismo assumiu um papel fulcral na manutenção da qualidade de vida de muitas famílias, porquanto permitiu a manutenção da dignidade humana, tendo-se assistido a uma perigosa

⁷⁰ A FPCC organizou 4 edições do Rally FICC (que já conta com 84 edições até 2016), sendo o primeiro em 1975, a 36ª edição, no seu parque na Lagoa de Santo André; em 1985, a 46ª edição, no parque dos Mil Regos na Ericeira (hoje Ericeira camping), a 57ª edição em 1995, no parque do Serrão em Alzejur e em 2016, a 84ª edição, em Ponte de Lima.

⁷¹ Sendo que o Campismo engloba as subespecialidades de tenda, atrelado-tenda, caravana e autocaravana e o Montanhismo abrange, além do montanhismo propriamente dito, o alpinismo, a escalada, o pedestrianismo, o canyoning, o esqui-montanhismo e o skyrunning e encontra-se filiado internacionalmente, para além da FICC, na International Climbing and Mountaineering Federation (UIAA), na European Ramblers Association (ERA), na International Federation of Canyoning (IFC), na International Federation of Sport Climbing (IFSC), na International Sky Mountaineering Federation (ISMF), International Skyrunning Federation (ISF).

⁷² A participação portuguesa em organismos internacionais é extremamente e prestigiante para o país pois, para além do Presidente da FICC, Bárbara Brandão, membro do Presidium da ERA, Carlos Teixeira, membro da Comissão de escalada em gelo da UIAA e árbitro internacional, Pedro Cuiça, membro da Comissão de montanhismo e do grupo de trabalho de acesso à natureza da mesma federação, sendo que Miguel Reis e Silva é membro da Comissão Médica, João Paulo Queiroz da Comissão de acesso e António Ramos, da Comissão de Juventude, também da UIAA, Luís Duarte, Secretário-geral da IFC.

⁷³ Fruto da visão dos Municípios em constatar que o campismo atrai forasteiros, o CCL passa a explorar o parque municipal de campismo de Mora, integrado no parque Ecológico do Gameiro, onde se situa o Fluviário de Mora. E em 2010, inicia a concessão do parque municipal de Campo Maior.

degradação, a partir dessa data e embora o campismo desportivo não conheça estratos sociais nem escalões etários (vestindo roupa simples e tratando-se por Companheiros⁷⁴).

É desta forma que o campismo desportivo, por um lado não acompanhou as crises mundiais, continuando a manter um universo significativo de praticantes e, por outro lado ainda ganhou uma nova valência de excelência, a vertente social do campismo desportivo que, cada vez mais vem ganhando terreno e assumindo um papel extraordinariamente importante para a manutenção da qualidade de vida, promovendo um envelhecimento activo e participativo num profundo respeito mas num salutar convívio com a Natureza, com uma indelével ligação inter-geracional e motivando as gerações jovens para os nobres valores intrínsecos do Campismo e das boas práticas.

5.2. Legislação

A legislação sobre o campismo assume duas vertentes – sobre o campismo, enquanto prática e sobre os parques de campismo enquanto infraestruturas para a prática do campismo.

Fruto do nascimento do CCL em 1941 (na altura com o CNC e em 1945, ACL) e, em anos seguintes, de outros clubes de campismo⁷⁵ que mais tarde se juntaram para constituir a Federação Portuguesa de Campismo, o governo do Estado Novo, promulga o Decreto nº 32:946 de 3 de agosto de 1943, através da Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, do Ministério da Educação Nacional⁷⁶, publicando o seu próprio regulamento geral pelo interesse do Estado em que o povo português pratique educação física e que desenvolva o gosto pela ginástica. Ainda neste Decreto, subdivide os desportos em duas classes A e B. Em que o atletismo, o andebol, o basquetebol e o futebol, entre outros são da classe A. O campismo, ténis de mesa, hipismo, golfe, esgrima e pesca desportiva, entre outros são classificados como desportos da classe B.

Portanto, através deste Decreto fica claramente explicitado que o campismo é considerado um desporto⁷⁷.

Em 24 de fevereiro de 1944 é promulgado pela secretaria-geral do Ministério da Educação Nacional (MEN), o Decreto nº 83:556, que alterava a redação de alguns Art.ºs do Decreto nº 32:946, nomeadamente no que respeita à composição do conselho técnico dos desportos, onde se integrava um técnico de desportos da classe B.

Em 1945, a Federação Portuguesa de Campismo é criada por despacho da DGEFDSE, em 8 de Janeiro e é também por despacho de 3 de Março do mesmo organismo que são aprovados os seus estatutos.

⁷⁴ Conceito ancestral como aquele que partilha o pão, vontades, anseios numa perfeita entreaduda.

⁷⁵ Entre os quais: O Ateneu de Coimbra, o Clube de Campismo Estrela (Lisboa), o Clube de Campismo do Porto, o Clube de Campismo de Setúbal, o Clube Oriental de Lisboa, o Clube de Campismo de Vila Franca de Xira “As sentinelas”.

⁷⁶ Tendo esta Direcção-Geral sido criada pelo Decreto nº 32:241, em 5 de setembro de 1942.

⁷⁷ No entanto, a constituição de colectividades não tinha a liberdade associativa desejada de independência, porquanto no Art.º 26º, nº 2, o ministro da Educação Nacional tinha o poder de, não só poder substituir os corpos gerentes dos organismos desportivos por comissões administrativas, sempre que assim o entendesse, mas também fazer-se representar em todas as assembleias gerais ou reuniões de direcção com a agravante de poder impedir os órgãos de deliberar. Situação que, infelizmente se veio a verificar mais tarde com o CCL e outros clubes.

Após alguns anos, fruto do crescimento exponencial dos praticantes de campismo, aliada à manifesta impossibilidade de controlar esta actividade, o Estado Novo, alegadamente preocupado em controlar eventuais rebeliões, decide efetuar um controlo, confinando os campistas dentro de recintos vedados

Considera-se o aparecimento do primeiro parque de campismo do país, em 1949, o Parque de Campismo de São Gonçalo, em Carcavelos, do CCL, como a génese, não só da actividade campista associativa, mas também da sua relação com o Estado, pois definia, não só a aplicação de normativos, mas também um controlo da prática campista efetuada fora dos parques de campismo.

O facto de passar a existir este espartilho funcionava como um controlo mais eficaz do Estado Novo, pelo receio de manifestações oposicionistas tal como á frente iremos constatar. A partir deste parque de campismo, muito outros se seguirem, um pouco por todo o país, com imposição de regras e sujeitos a fiscalizações e eventuais punições, pensamos que feriu de morte o campismo livre e itinerante, campismo esse, que serviu de matriz à modalidade desde o seu nascimento no séc. XIX.

O Estado começa a preocupar-se com os parques de campismo, colocando-os a todos numa categoria semelhante à da indústria hoteleira. Assim, a Lei 2073 de 23 de dezembro de 1954, oriunda da Presidência da República, promulga uma série de disposições relativas ao exercício da indústria hoteleira e similares. A Lei com interpretações sobre a Lei anterior, falando da indústria hoteleira com interesse turístico, surge com o nº 2081, oriunda, também da Presidência da República, em 4 de junho de 1956.

Mas é em 1966, na sequência do Estado constatar o potencial e os benefícios que a prática do campismo, como forma de alojamento turístico, pode trazer para o país que, vindo da Presidência do Conselho de Ministros em conjunto com o Ministério da Saúde e Assistência publicam o Decreto-Lei nº 43505 de 14 de Fevereiro 1966, e o Decreto-Lei nº 47330 de 23 de Novembro, (revogado pelo Decreto-Lei nº 588/70 de 27 de Novembro), a legislar especificando a competência quanto à entidade fiscalizadora, orientadora e disciplinadora dos serviços de turismo sobre os parques de campismo e de turismo e onde, de igual modo, se reforçam as competências do Comissariado do Turismo no âmbito das atividades directamente relacionadas com as políticas turísticas e a harmonização do campismo como actividade directamente relacionada com o turismo. Em 1967, os mesmos dois organismos do Estado, promulgarem o Regulamento dos Parques de Campismo, através do Decreto nº 47860, sendo revogado em 1971 com a publicação do novo Regulamento de Parques, através do Decreto 127/71 de 6 de abril.

A competência sobre os parques de campismo recai sobre a Direcção-Geral de Turismo⁷⁸, não se verificando uma separação entre parques empresariais e turísticos, por um lado e os parques associativos/desportivos, por outro, ficando todos no mesmo parâmetro de avaliação⁷⁹.

Já em 1970, o Decreto-Lei nº 588/70, de 27 de Novembro, vem realçar a importância dos parques de campismo na actividade turística nacional, atribuindo novos poderes à Secretaria de

⁷⁸ Organismo da administração pública, pertencente, à época, à Secretaria de Estado do Turismo tutelado, por sua vez, pelo Ministério do Comércio e Turismo.

⁷⁹ Em Portugal existem 235 parques de campismo, sendo que, apenas 39 fazem parte do grupo associativo/desportivo filiado na Federação da modalidade onde o CCL se insere, ou seja, não chegando a 17% do universo e incluindo os parques explorados directamente pela Federação.

Estado da Informação e Turismo e classificando os parques de campismo como públicos (se recebem público em geral) e privados (restrito a um grupo delimitado). Os parques de natureza associativa campista não se encontravam previstos neste diploma. Eram então estabelecidas, através deste diploma, as regras para quem pretende fazer campismo sem ser em parques de campismo ou em casa abrigo “ a prática de campismo fora dos parques de campismo é livre, com a observância das regras estabelecidas em regulamento”, Capítulo III, Art.º 27º, esta pseudo-liberdade é enganadora, já que, não existia regulamentação aplicável.

As regras respeitantes à instalação, classificação, disciplina e funcionamento de parques de campismo públicos, ficam a cargo da Direcção-geral de Turismo, de acordo com Decreto-Lei nº 127/71, de 6 de Abril, sendo que os parques de campismo associativo, mais uma vez, não se encontram abrangidos por este diploma.

Esse diploma dedica todo um capítulo (o III), ao “Campismo fora dos parques de campismo” onde, entre várias restrições, destacam-se: A prática de campismo nos centros urbanos, zona de nascentes e condutas de água, a menos de 1Km de outros parques ou praias ou lugares habitualmente frequentados pelo público; Que fora dos parques de campismo, os equipamentos campistas ou veículos habitáveis devem distar entre si no mínimo 300 m, e não serem em número superior a 20 unidades; Que os acampamentos eventuais têm a duração máxima de 30 dias⁸⁰; É ainda definido, um conjunto de regras que os praticantes de campismo devem observar, em caso de acamparem fora dos parques, tais como não inquinar a água das fontes e poços; Não acenderem lume dentro de pinhais ou matas e manter limpo o local onde acamparem, enterrando os detritos e lixos.

No entanto, mitiga a sua competência transferindo-a para as câmaras municipais, no que concerne à autorização de instalação de parques de campismo, através do Decreto-Lei nº 307/80, de 18 de Agosto, que é alvo de ratificação e emendas através da Lei nº 7/81, de 12 de Junho, vindo da Presidência do Conselho de Ministros em conjunto com o Ministério da Saúde e Assistência. Imediatamente a seguir, a mesma Secretaria de Estado publica, através do Decreto Regulamentar 38/80, de 19 de Agosto, o Regulamento dos Parques de Campismo regulando, igualmente, os acampamentos ocasionais.

Já na década de 80, o Decreto-Lei nº 127/71 é revogado pelo Decreto Regulamentar nº 38/80, de 19 de Agosto, que transfere alguns poderes para as Autarquias, apresenta uma maior preocupação em termos da protecção ambiental, salubridade e segurança nos parques de campismo. Sendo particularmente inovador relativamente à existência de material campista desocupado, a prática do campismo com carácter permanente definindo, finalmente, uma classificação por estrelas.

Pela primeira vez, é reconhecido aos parques pertencentes ou explorados pela Federação de Campismo ou pelas Colectividades Associadas, a classificação de Privativos (não associativos), sendo equiparados aos parques do Inatel. O seu funcionamento passa a depender da autorização da DGT.

⁸⁰.Ressalva-se a possibilidade do aumento de permanência sendo devidamente autorizado pela D.G.T., desde que sejam indicadas as soluções para o abastecimento de água potável e medidas de salubridade.

Os parques de campismo rurais que, até 1982 não se encontravam previstos na Lei, passaram a existir pelo Decreto-Lei 192/82, de 19 de Maio. Estes parques, relativamente aos outros, necessitam de menor número de requisitos, quanto à sua concepção e funcionamento.

Um ano depois, é definida a utilidade turística, bem como os princípios em que se baseia e os requisitos obrigatórios para ser concedida, através do Decreto-Lei nº 423/83, de 5 de Dezembro, tendo sido um diploma conjunto da Presidência do Conselho de Ministros, do Ministério das Finanças e do Plano e do Ministério do Comércio e Turismo.

Em 1985, surge a legislação sobre as infraestruturas eléctricas a instalar em parques de campismo e marinas através do Decreto-Lei nº 393/85, de 9 de Outubro.

No sentido de preservar e valorizar as características socioeconómicas locais e o meio ambiente, surge o Decreto-Lei nº 328/86, de 30 de Setembro, que estabelece as normas respeitantes ao aproveitamento dos recursos turísticos do país e ao exercício da indústria hoteleira e similar e do alojamento turístico em geral, (revogado pelo Decreto-Lei nº 167/97, de 4 de Julho, excepto o Art.º 81).

O Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, através de três Portarias, (Portaria nº 718/87, de 21 de Agosto, a Portaria nº 100/87, de 12 de Fevereiro e a Portaria nº 338/89, de 12 de Maio), estabelece os requisitos para os projectos de obras e técnicos responsáveis, a sua execução e respectivo licenciamento municipal, destas infraestruturas.

Manifestando a viva preocupação relativa à segurança contra o risco de incêndios, o Ministério do Comércio e Turismo, publica o Decreto Regulamentar n.º 8/89, de 21 de Março, para estabelecimentos hoteleiros e demais alojamentos turísticos e ainda em empreendimentos de animação culturais ou desportivos, declarados de interesse para o turismo.

É criado o Ano Nacional do Turismo, através da resolução do Conselho de Ministros nº 103/96, de 9 de Julho, no qual nomeia a Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo (FPCC), para a Comissão de Orientação e Acompanhamento.

O ano de 1997 foi especialmente profícuo na emissão de legislação aplicável ao campismo, com um conjunto de requisitos, tais como: livro de reclamações; placas de classificação; simbologia; planos de segurança a que chamou regime jurídico da instalação e do funcionamento dos empreendimentos turísticos, tendo sido legislado através do Decreto-Lei nº 167/97, de 4 de Julho e regulado pelo Decreto Regulamentar nº 33/97, de 17 de Setembro, que regulamenta a instalação e funcionamento dos empreendimentos turísticos. No entanto, o legislador continua a classificar os parques de campismo apenas como públicos.

De salientar que, a evolução da legislação aplicável aos parques de campismo, desde a publicação do Decreto-Lei nº 588/70, aguardou 27 anos até publicar o Decreto-Lei nº 167/97, de 4 de Julho, continuando, no entanto sem serem previstos, os parques associativos pois, o legislador na norma revogatória, nº 2 do Art.º 81º, diz “ São também revogados o Decreto-Lei nº 588/70 e o Decreto Regulamentar 38/80, no que se refere à instalação e ao funcionamento dos parques de

campismo públicos”. Ou seja, tudo o que estava previsto relativamente aos parques de campismo privativos e ao campismo fora dos parques, manteve-se em vigor⁸¹.

O modelo de placas de identificação dos estabelecimentos hoteleiros, incluindo os parques de campismo é estabelecido através da Portaria n.º 60/98, de 12 de Fevereiro.

Com a entrada em vigor dos Programas Polis, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000, de 15 de Maio, que consistem em Programas de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades em diversas regiões do país, para a requalificação do território, sendo que o programa de maior envergadura a envolver parques de campismo associativos/desportivos, é o Programa Polis da Costa de Caparica, concelho de Almada.

O Governo, através do Ministério da Economia, promulgou o Decreto-Lei 55/2002, de 11 de Março, que altera e revoga uma série de diplomas anteriores e que se assume de particular importância pela alteração profunda que impõe nos parques de campismo, a nível infra-estrutural e de segurança. Assim, este Decreto pretende clarificar o regime geral aplicável aos empreendimentos turísticos, (onde engloba os parques de campismo), criando um novo regime jurídico da instalação e do funcionamento dos empreendimentos turísticos, alterando os Decretos-Lei n.º 167/97, de 4 de Julho, o n.º 305/99, de 6 de Agosto, o n.º 555/99, de 16 de Dezembro, actualizado pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro que legisla sobre o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação que, por sua vez, tinha revogado os seguintes Decretos-Lei: o n.º 445/91, de 20 de Novembro, que estabelecia o regime jurídico do licenciamento municipal de obras particulares; o n.º 448/91, de 29 de Novembro e o n.º 177/2001, de 4 de Junho.

Mas este diploma vai mais longe e pretende uniformizar o regime de instalação e funcionamento actualmente aplicável aos parques de campismo públicos também aos parques de campismo privativos⁸². Define o que são parques de campismo públicos e privativos, distinguindo ainda, dentro dos parques privativos, aqueles que são explorados no âmbito associativo, quer pela FCMP, quer pelos clubes seus filiados.

Mediante a alteração do Decreto-Lei n.º 167/97, de 4 de Julho – que continha o regime jurídico dos empreendimentos turísticos – este diploma (Decreto-Lei n.º 55/2002) veio alargar aos parques de campismo privativos o regime aplicável aos parques de campismo públicos, mantendo, porém, um conjunto de especificidades para os parques pertencentes ou explorados pela FCMP e pelos clubes ou colectividades nela inscritos, estabelecendo no n.º 3 do seu artigo 4.º o seguinte: “3 — Os parques de campismo privativos pertencentes ou explorados pela Federação Portuguesa de Campismo ou

⁸¹ Porque foi acompanhada, no terreno, esta fase do campismo, ao serem efetuadas visitas inspectivas aos parques de campismo associativos pelas entidades oficiais com poder fiscalizador sobre os parques de campismo, seguiam os normativos estabelecidos na legislação publicada em 1997. No entanto, o universo dos parques associativos, estavam instalados e funcionavam de acordo com o previsto na legislação anterior. Decorrente desta situação, levou à suspensão de funcionamento de alguns parques de campismo, com a obrigatoriedade de realiza de obras de requalificação muito onerosos, com prazos extremamente curtos, sem que os Clubes tivessem acesso a qualquer financiamento estatal, situação permitida aos parques públicos.

⁸²De notar que, paralelamente a este universo de imposições, por parte do Governo, relativas à adopção de medidas infra-estruturais tendentes à melhoria das condições de segurança dos parques de campismo, foi disponibilizada uma linha de crédito, através do Plano Operacional de Economia (POE), com uma percentagem a fundo perdido, para minorar os elevadíssimos custos com que se defrontaram as entidades possuidoras de parques de campismo (clubes desportivos, câmaras municipais e entidades empresariais privadas). O POE foi o programa de investimento para a área da economia nacional dos fundos estruturais atribuídos pela União Europeia e integrava o III Quadro Comunitário de Apoio.

pelos clubes e colectividades, nela inscritos, são qualificados como parques de campismo associativos, aplicando-se-lhes o regime previsto no presente diploma e no regulamento previsto no n.º 3 do artigo 1.º para todos os parques de campismo privativos, com as especificidades neles previstas.”

E o artigo 22º do Decreto Regulamentar nº 33/97, na redação que lhe foi dada pelo Decreto Regulamentar nº 14/2002, estabeleceu, por sua vez, o seguinte: “Nos parques de campismo previstos no n.º 3 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 167/97, de 4 de Julho, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 55/2002, de 11 de Março, o regulamento interno é aprovado pela Federação Portuguesa de Campismo, devendo o mesmo ser enviado para conhecimento à câmara municipal competente ...”

Pelo que, daqui se infere que, a Federação desportiva das modalidades de campismo tem prerrogativa atribuída por decreto, para aprovar e fazer aprovar os regulamentos internos dos parques de campismo associativos.

Por fim, surge o Regime Jurídico da Instalação, Exploração e Funcionamento dos Empreendimentos Turísticos, através do Decreto-Lei nº 39/2008, de 7 de março, cujo objetivo foi reunir num único Decreto-Lei, as disposições comuns a todos os empreendimentos, de modo a tornar mais facilitado o acesso às normas reguladoras da actividade e, por isso, foram revogados diversos diplomas que até aí regulavam essas matérias. Este Decreto-Lei possui uma regulação específica dos parques de campismo efetuada através da Portaria nº 1320/2008, de 17 de novembro⁸³, que estabelece os requisitos específicos de instalação, classificação e funcionamento dos parques de campismo e caravanismo. Este Decreto-Lei nº 39/2008 foi, mais tarde alterado pelos seguintes cinco diplomas: Declaração de Rectificação nº 25/2008, de 6 de maio, Decreto-Lei nº 228/2009, de 14 de setembro, Decreto-Lei nº 15/2014, de 23 de janeiro, Declaração de Rectificação nº 19/2014, de 24 de março, Decreto-Lei nº 128/2014, de 29 de agosto e, por último, pelo Decreto-Lei nº 186/2015, de 3 de Setembro, procedeu à sua republicação integral.

O Decreto-Lei nº 39/2008 cria ainda, através do seu Art.º 20º da Secção X, a denominação de empreendimentos turísticos para a prática do Turismo de natureza que promovam a animação e a interpretação ambiental e o desporto de natureza, podendo ser reconhecidos pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, I.P. (ICNF).

Na definição do seu âmbito de aplicação, o citado Decreto-Lei nº 39/2008 estabelece no seu artigo 2º, nº 2 alínea a), exclui desse âmbito “...as instalações ou estabelecimentos que, embora destinados a proporcionar alojamento, sejam explorados sem intuito lucrativo ou para fins exclusivamente de solidariedade social e cuja frequência seja restrita a grupos limitados.”.

Assim, nos nºs 1 e 2 do Art.º 19º, este diploma, para além de definir o conceito de parques de campismo, ainda faz uma distinção clara entre parques de campismo públicos e privativos, consoante se destinam ao público em geral ou apenas aos associados ou beneficiários das respectivas entidades proprietárias ou exploradoras.

⁸³ Curiosamente, a entidade emitente do Decreto-Lei nº 39/2008 é apenas o Ministério da Economia e Inovação e as entidades emitentes da Port nº 1320/2008 são, para além deste ministério, a Presidência do Conselho de Ministros e o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Regional e das Pescas.

Desta forma, da conjugação destas normas, ou seja, o Art.º 2º, nº 2, alínea a) e o Art.º 19º, nº 2, resulta que os parques de campismo pertencentes a associações sem fins lucrativos e destinados, apenas aos respectivos associados encontram-se excluídos do âmbito de aplicação do citado Decreto-Lei nº 39/2008.

Ora, sendo certo que todas as entidades que fazem parte do campismo associativo/desportivo e que possuem parques de campismo exclusivos a sócios que, somam um total de 39 parques (incluindo os explorados directamente pela federação da modalidade), num universo de 235 parques de campismo, a nível nacional e não têm fins lucrativos, definitivamente, não se encontram abrangidas pelo citado diploma.

No entanto, a sua regulamentação e disciplina devem ser confiadas à Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, entidade titular do estatuto de Utilidade Pública Desportiva, a qual compete, nos termos do artigo 10º do Decreto-Lei nº 248-B/2008, de 31 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei. nº 93/2014, de 23 de Junho, “o exercício, em exclusivo, por modalidade ou conjunto de modalidades, de poderes regulamentares, disciplinares e outros de natureza pública, bem como a titularidade dos direitos e deveres previstos na lei.”

5.3. Linhas de Evolução

Poder-se-á afirmar que o Campismo e as suas linhas de evolução abarcaram três vectores: O vector do Bem-Estar, o vector Social e o vector Político.

No que concerne ao vector do Bem-estar e atendendo à definição de campismo, segundo o dicionário da língua portuguesa, que é um actividade de lazer, desportiva ou turística, que consiste em pernoitar em tenda ou abrigo, em recintos próprios (parques de campismo) ou livremente em locais naturais (campismo selvagem), sem dúvida que, sendo a prática do campismo uma actividade ancestral, se encontra intimamente ligada à procura de bem-estar, não só físico, mas também ao aperfeiçoamento intelectual e moral. Esta procura de sair do ambiente diário, particularmente das cidades, torna-se instintiva do próprio ser humano, na busca de voltar à natureza, respirar ar puro, solitário ou em grupo, desfrutando das belezas naturais e consolidando a sua autonomia em auto-disciplina, apurando as capacidades de iniciativa e de decisão, consistindo numa mais-valia para a formação do carácter e da personalidade nos mais jovens.

Relativamente ao vector Social, constata-se que a vivência em campismo, não só desenvolve o sentido de observação, mas também a memória, para além de promover o instinto social, numa vida colectiva de relação, promovendo o companheirismo, a solidariedade, a fraternidade e o auxílio mútuo, ou seja, todos os mais nobres valores da vida social de relação.

Este vector reflecte-se também numa conglomeração de grupos que se juntavam aos fins-de-semana (lembramos que antes de 1974, um empregado trabalhava aos sábados até às 19h00), não se podendo deslocar para muito longe e também em momentos de gozo de férias que poucos tinham esse privilégio e, quando podiam usufruir, limitavam-se a poucos dias.

É bem patente que, durante o espantoso do Estado Novo, os campistas e, particularmente, os mais jovens que se reflectiu na sua vida futura, sempre desfrutaram de uma liberdade que os outros jovens nunca beneficiaram, pois não lhes era permitido nas cidades⁸⁴.

A prática do campismo em Portugal apresenta um crescimento exponencial muito marcado, no âmbito social quando, por força do “25 de abril de 1974”⁸⁵, para além de restituir a liberdade ao povo português, relativamente ao universo da massa trabalhadora, passou a desfrutar de férias, o que abriu uma nova perspectiva de prática campista em dois âmbitos: a de possibilitar um modo de gozar férias e a de promover as férias em família.

Aliás, quanto a este facto (25 de abril de 1974), nessa data, no editorial do boletim “Companheiros”, nº 64, órgão oficial do CCL, pode ler-se o seguinte: “Liberdade: Liberdade de reunir os amigos, de confraternizar, de debater os nossos problemas. Liberdade de reivindicar o nosso lugar no contexto turístico do país, como organismo promotor do turismo popular ou social.”

Quanto ao vector Político, a localização no tempo da prática campista como actividade de ar livre, efetuada em locais fora dos grandes centros, em ambiente de natureza possibilitava, em simultâneo, situações proibidas e consideradas ilegais, pelo Estado Novo de então, tais como o direito de associação, a possibilidade de reunião de grupos. Ora, essa janela de oportunidade, foi utilizada pelo Partido Comunista Português (PCP), que se encontrava a funcionar na clandestinidade e, desta forma, pelos seus militantes, usaram o campismo por dois motivos: por um lado para além de praticarem uma actividade saudável em contacto com a natureza⁸⁶ e, por outro lado como forma de poderem reunir e desenvolver o seu trabalho em luta contra o Estado Novo de Salazar. O PCP pode potenciar, entre outras, as tendências do movimento operário, bem como consciencializar e esclarecer politicamente as massas trabalhadoras.

De facto, apenas o PCP existia (desde 1921) em Portugal como partido político constituído, pois todos os outros partidos apenas irão surgir, ou perto do 25 de abril de 1974, sendo o mais antigo a Comissão Democrática Eleitoral (CDE) (tendo ido a sufrágio nas eleições legislativas de 1969) e que mais tarde ganha o nome de Movimento Democrático Português (MDP/CDE) e o Partido Socialista Português (PSP), em 1973. Todos os restantes partidos políticos se constituem após a “Revolução dos cravos”. Embora existissem movimentos cujo nascimento foi anterior a 1974, como os

⁸⁴ De lembrar, a título de exemplo, que a polícia da altura, tinha ordens para dispersar qualquer aglomeração de mais de três pessoas, por ser proibido.

⁸⁵ Quanto ao 25 de abril, foram muitas as individualidades, civis e militares, que a ele se referiram, definindo-o de diferentes perspectivas. No entanto, a perspectiva do Gen Cabral Couto, citado por Pinto (2004, p. 53), parece ser a definição mais lógica, adquirindo três nomenclaturas distintas de acordo com o tempo e o desenrolar dos acontecimentos, a partir daquela madrugada. Assim, segundo aquele estratega, o “25 de abril de 1974” teve três tempos e para cada tempo a sua terminologia: o primeiro tempo considerou-o como golpe de estado; a seguir, como revolta militar e uns meses mais tarde, considerou-o uma revolução. Deste modo, num primeiro tempo em que se deu a preparação e imediatamente após o início da execução, definiu-o como golpe de estado, por duas razões principais: em primeiro lugar, por ter envolvido apenas uma parte restrita do quadro militar permanente por aquilo que ficou denominado Movimento dos Capitães; em segundo lugar, por terem atuado segundo as técnicas habituais do golpe de estado. Ao fim do 2º dia, após o Movimento dos Capitães evoluiu para Movimento das Forças Armadas (MFA), atribuindo-lhe o nome de revolta militar. Nos meses subsequentes, denominou-o de revolução, sobretudo, devido ao acelerar do processo, particularmente, entre dezembro de 1974 até ao 25 de novembro de 1975, no sentido de colocar em prática três procedimentos: a reformulação do regime político, a definição constitucional e a adesão do modelo democrático.

⁸⁶ Lembremos que o campismo se praticava todo o ano, sendo que no verão, através de tenda ou caravana e no inverno em “casas-abrigo”, locais de utilização comunitária e que o CCL foi proprietário de diversas “casas-abrigo”, a mais emblemática das quais, o forte do Abano no Guincho, cedido em 1944.

casos da Liga de Unidade e Ação Revolucionária (LUAR) que foi constituída em Paris em 1967, do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), constituído em 1970, que depois veio a evoluir para partido político, Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (PCTP/MRPP) e a Liga Comunista Internacionalista (LCI), formada em 1973 que depois se veio a constituir como partido com o nome Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

O exemplo do interesse do PCP na utilização do campismo para levar por diante os seus desígnios evitando confrontações com as autoridades policiais, demonstra-se através de dois campistas que, sendo dirigentes destacados do PCP, foram presidentes do CCL⁸⁷.

Ao longo da sua evolução o campismo e a sua característica de transversalidade da sociedade portuguesa possuem, cada vez mais, uma ligação de universalidade com o Estado, numa abrangência de grande amplitude que toca diversos Organismos Governamentais dos quais destacamos: a Presidência do Conselho de Ministros; o Ministério da Educação através da Secretaria de Estado do Desporto e da Juventude; o Ministério da Cultura; o Ministério da Economia, através da Direcção-Geral de Turismo; o Ministério do Ambiente, através da Secretaria de Estado do Ambiente; o Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social; o Ministério da Saúde; o Ministério da Administração Interna e o Ministério do Planeamento e das Infraestruturas.

De igual modo, o Campismo deve ser analisado, pelas autoridades competentes da seguinte forma: Como pólo gerador de riqueza económica na vertente de turismo puro e verdadeiro normalizador das assimetrias litoral/interior; como elemento fundamental na preservação ambiental, em virtude de se reger pelas regras cívicas e de solidariedade constantes na Ética Campista; como actividade desportiva e catalisador de outras actividades do universo desportivo observando e promovendo as regras da Ética Desportiva; como actividade que, no âmbito associativo, promove, incentiva e apoia o acompanhamento na idade pré e pós reforma, inibindo a solidão adjacente e mantendo a qualidade de vida em parâmetros supletivamente positivos obviando, indirectamente, a onerosa e complexa factura social e medicamentosa que se constata no plano standard do panorama da Segurança Social em Portugal.

5.4. Estado da Arte

Etimologicamente a palavra campismo deriva do inglês, “camping”, que significa, num sentido mais estrito, campo; num sentido mais lato viver no campo, vales, planícies e montanhas, nas margens dos rios ou nas praias, em suma, viver com a Natureza, utilizando uma tenda para atingir esse fim.

A palavra "Campismo" hoje não significa propriamente apenas a utilização de uma tenda, mas toda e qualquer actividade que envolva a utilização de toda a gama de material de campismo, seja ele o mais simples, ou o mais complexo e sofisticado.

Certamente que os povos nativos da América, utilizavam um tipo de tenda ancestral (confeccionada com peles de animais e levantadas com galhos de árvores) para viverem e considerando que os primeiros europeus chegam à América no século XIV, daqui infere-se que,

⁸⁷ Almeida Henriques de 1964 a 1967 e de 1970 a 1971; e Joaquim Campino de 1968 a 1970.

certamente, talvez alguns séculos antes, estes povos, já utilizassem estes equipamentos para viverem, embora este tipo de utilização não se possa considerar campismo.

Nos EUA também o campismo é muito popularizado, utilizando a técnica de abrigos portáteis e, por isso, não permanentes e de fácil deslocação e transporte, não só para a descoberta de um vastíssimo território, mas também, certamente, na descoberta de um riquíssimo património natural⁸⁸.

Nos finais do século XIX, surge a prática do campismo no Reino Unido, França e Alemanha (sendo dos países mais ricos e industrializados)

Alguns autores preconizam que em Portugal, terão sido os escritores Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz os percursores do movimento campista, tal como atrás referido, porquanto em 1875 numa troca de correspondência entre ambos, Eça informava-o que uma encomenda composta por material de campismo e vestuário, ser-lhe-ia destinada vinda de Newcastle.

Presume-se que o campismo se tenha iniciado em Portugal antes desta data, mas, certamente, ainda no século XIX.

Para Nobre (1938: 9), o campismo é, acima de tudo, uma reação natural instintiva do homem moderno contra a civilização actual, respirando ar puro, procurando repouso e descanso para retemperar forças físicas e morais, alheando-se das preocupações diárias, fora do ambiente tóxico das cidades para além de permitir conhecer lugares paradisíacos, verdadeiros museus de arte nacional, considerando, ainda que, para além de servir como um meio fundamental para a auto-educação, existe uma preocupação turística acentuada no campismo.

Já Mário Moura (1946: 16-19), considera o campismo com modalidade de ar livre, a par do escotismo e define 3 condições para o campismo, em que, para além de ser uma actividade temporária, se pratica fora dos centros urbanos e ainda é utilizado um pequeno abrigo portátil, ou natural, preparando as refeições, ele próprio. Distingue, ainda o termo de acampar, de praticar campismo dando exemplos dos militares e dos povos nómadas que fazem disso o seu modo de vida.

Numa perspetiva comparativa entre campismo e hotelaria Jean Hureau e Louis Montagne (1967: 6-13), o campismo proporciona férias sem impossíveis, é liberdade, sem restrições horárias para comer, dormir ou manter-se acordado, poder usufruir dos prazeres da pesca ou da caça submarina, poder mudar de local com facilidade caso não lhe agrade e fundamentalmente, a equalização de classes em que no campismo veste-se despreocupadamente, num ambiente de ar livre.

Para o médico escolar francês, Dr. Max Fourestier, que também serviu no serviço de pneumologia do hospital de Nanterre, citado por Hureau (1967: 11), afirma que acampar permite alcançar três excelentes objetivos; para além de fazer uma desintoxicação da vida urbana, tonifica a pele e corrige os hábitos alimentares, através do sol, ar puro e água doce e salgada.

Numa perspetiva de política sociológica Laia (1967: 24-26) afirma que o Campismo é uma prática antiquíssima, decorrendo das necessidades da vida nómada, como por exemplo os povos de raça *calé*, também conhecidos por ciganos, os peles-vermelhas e algumas tribos de raça negra, que acampam devido à alteração constante da ocupação de determinado território, por necessidade de

⁸⁸ Onde, a título ilustrativo de descoberta de belezas naturais de exemplifica com o parque de Yellowstone, o primeiro parque natural do mundo inaugurado em 1872, com cerca de 9.000 km² e estendendo-se por três Estados - Wyoming, Montana e Idaho.

estacionar. Ao estacionar no período nocturno, necessitam de um abrigo não sendo, quanto ao autor, nenhuma das atividades acima descritas, a prática do Campismo, nem tão pouco o mero acto de acampar.

O autor alerta também para o facto de não ser pelo modo de utilização da pernoita, através de tenda, que se pratica Campismo. O Campismo pode ser, igualmente a ferramenta com que outros Setores da sociedade, como por exemplo, os militares, os caçadores ou outros amantes a natureza, usam como campismo não sendo campistas.

De igual modo, faz a distinção entre Campismo e Escutismo embora considerando que a prática do escutismo possui, igualmente, os mais nobres objetivos. Portanto, segundo o autor, muita gente faz Campismo mas não é campista, utilizam este meio como auxílio à situação de deslocados. No entanto, faz a devida caracterização de Campismo como sendo a satisfação do indivíduo, consequência de uma mentalidade própria (Laia, 1967: 25). Esta mentalidade própria é originária em razões da vida social do indivíduo, em que há uma tentativa de sujeição e domínio da Natureza ao próprio indivíduo.

Alertou, no entanto, para os perigos da fixação de regras, tabus e preconceitos que, em vez de criarem uma simbiose indivíduo/natureza, podem levar ao seu afastamento pela fixação do luxo e do lucro.

Ora isto contraria o humanismo do campista pela procura constante, do reencontro com a natureza, tendente à harmonia universal, por oposição à destruição e às guerras forte/fraco.

A avidez positiva do campista em reencontrar a natureza faz estudá-la, numa convivência integrada, em detrimento da mentira e da hipocrisia. Abrem-se então novas possibilidades de conhecimento de outros homens, outras culturas, usos, costumes e regiões, bem como outros aspectos da natureza.

Já numa perspectiva de política desportiva do Campismo (Esteves, 1968: 28-31), é adepto do seu fomento por permitir alcançar, com relativa facilidade, objetivos educativos, recreativos, higiénicos e de convivência humana.

Considera, ainda, o Campismo a par da ginástica e da natação como verdadeiro fomentador de massas, tendo este desporto ainda a vantagem, relativamente aos outros, de proporcionar aos seus praticantes a saída do seu ambiente de residência, possibilitando uma mais perfeita realização ao ser humano.

Acrescenta também, que a prática do Campismo é menos exigente, mais moderada nos exercícios, possuindo ainda a vantagem de, no seu seio, se poder praticar as outras duas atrás descritas.

No entender deste autor, a prática desportiva do Campismo tem a virtualidade de melhorar os indivíduos e as suas relações familiares, através de uma prática mais higiénica e activa. Promove a ideia que, à semelhança dos recintos desportivos construídos para a prática de outros desportos, os recintos a construir para a prática do Campismo devem ser da tipologia de mini-parques espalhados pelo País, devendo ser fomentado através da Federação da modalidade, numa óptica de campismo federado.

No tocante à participação dos praticantes em competições no estrangeiro, foca a particularidade de os campistas não solicitarem verbas de apoio à deslocação em representação nacional, considerando que essas verbas seriam consideradas gasto e não investimento, porquanto não iria deixar o menor rasto de utilidade, ficando-se apenas pela participação estrita.

Sublinhou ainda, com relevância, o importante papel dos dirigentes desportivos no fomento, divulgação, desenvolvimento e organização deste desporto.

De acordo com José Ferreira, primeiro Presidente do Clube (ainda com a designação de Clube Nacional de Campismo), define que campismo “É a arte de viver ao ar livre, pernoitando sob uma tenda, preparando os seus alimentos e contando apenas com os seus próprios recursos”. Já Jacques Bousquet, ex-Presidente do Camping Club de France e da FICC, define que “O campismo é uma forma de turismo desportivo, o mais completo e mais instrutivo de todos os modos de turismo”. De notar que a França é um país com maior massificação face ao campismo, a nível da Europa.

Segundo Joaquim Campino, antigo presidente do CCL e estudioso da matéria, citado por Almeida Henriques (1970: 13), um em cada três franceses escolhe o campismo para férias e repouso, manifestando que a força económica do campismo, em França, era semelhante à da hotelaria convencional. Refere ainda, que o campismo, é oriundo do movimento escotista, com objetivos desportivos e cívicos, tendo, em três décadas passado de núcleos de família para uma massificação de milhões de pessoas. Acrescenta que o ano de 1938 assistiu-se a uma viragem em França com um aumento exponencial dos praticantes de campismo na sequência da Câmara de Deputados vota o direito a duas semanas de férias remuneradas, como corolário das reivindicações dos operários. Acrescenta que, a partir dessa data, surge o conceito de turismo popular. Afirma ainda, que o campismo nasce como movimento de resistência ao nazismo. Quanto ao movimento campista português, afirma que se desenvolveu com os mesmos espartilhos mas soube ultrapassar os obstáculos. Considera que o movimento campista resultou no anseio da evolução da sociedade moderna e classifica-a como modalidade de férias, prazer e, por último, turismo preconizando que deve ser um turismo popular e de massas.

Analisando o pensamento de um dos pioneiros do campismo, Chaves Mendes, (citado em Almeida Henriques, 1970: 26), afirma que “fazer campismo é viver em plena natureza, acampado à beira-mar, nos pinhais, nas florestas, nas montanhas, etc. passando as noites num abrigo portátil e preparando as refeições pelas suas próprias mãos”.

Por um lado, alguns autores consideram que o campismo é sempre temporário, sendo um meio e nunca um fim. Por outro lado, outros definiam o campismo como um desporto e, como tal foi abrangido pela Direção-geral dos Desportos⁸⁹, mas outros ainda consideram o campismo como um super-desporto pois proporciona a prática de várias outras modalidades (a marcha, o montanhismo, a natação, a espeleologia, etc.).

Ainda segundo Almeida Henriques (1970: 28), define que existem dois tipos de prática campista, itinerante e fixo, atribuindo ao automóvel a responsabilidade deste último, em que as tendas aumentaram de tamanho e as caravanas também, tornando o campista mais imobilizado.

⁸⁹ O campismo teve até importância académica, porquanto foi disciplina integrante do curso de Educação Física do Instituto Nacional de Educação Física (INEF), precursor do Instituto Superior de Educação Física (ISEF).

No entender do francês Alexis Poupard, (1968: 8), a sua definição de praticantes de campismo, diferencia que o verdadeiro praticante de campismo não é aquele que utiliza exclusivamente uma tenda, continua a ser campista quem pratica também em caravana ou outro material, mas por outro lado, não considera campista, aquele que utilizam uma caravana por motivos profissionais ou que não têm outro domicílio.

Para outro antigo presidente do CCL, Joaquim Campino (1983: 11-15), definindo que o campismo, sendo considerada uma actividade de interesse geral, é muito mais do que simples gozo de férias, repouso ou lazer mas sim, uma expressão de liberdade em horizontes sem fronteiras. Advoga que, podendo ser considerado como turismo popular, é extremamente diversificada, propícia a aventura, nenhuma outra actividade humana tem uma taxa de crescimento tão elevada.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CAPÍTULO V – A ANÁLISE DA ACTIVIDADE DO CCL À LUZ DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

5.1. Estudo de caso: A Instituição CCL e o seu enquadramento na Sociedade

O Clube de Campismo de Lisboa, adiante designado, abreviadamente, por CCL, foi fundado em 11 de Janeiro de 1941 (em plena II Guerra Mundial)⁹⁰. É uma Pessoa Colectiva de direito privado e de Utilidade Pública, sob a forma de associação, sem fins lucrativos, com natureza ambientalista, cultural, desportiva, recreativa e de duração indeterminada.

Segundo os seus Estatutos, no que concerne ao seu regime jurídico, o Clube rege-se por Estatutos e Regulamentos, onde figuram os Regulamentos Gerais de Parques, infraestruturas que possui ou explora para a prática do Campismo desportivo. Para além disso, rege-se também, pelas leis em vigor e normas a que se encontrar vinculado pela sua filiação em Organismos Nacionais e Internacionais.

O CCL prossegue a sua actividade no âmbito do Campismo Associativo Desportivo.

O CCL tem por finalidade a prática, o fomento e o desenvolvimento do campismo desportivo, a promoção e dinamização da actividade desportiva amadora em geral, bem como dos interesses sociais e culturais dos seus associados e a salvaguarda de um ambiente humano e ecologicamente equilibrado.

Entre os seus inúmeros fins destacam-se, entre outros:

- A promoção de acampamentos desportivos e passeios pedestres;
- A promoção e dinamização de espaços ecológicos e demais instalações tendo em vista a prossecução das actividades campistas;
- A participação na realização de eventos nacionais e internacionais;
- O incentivo ao respeito pelos princípios da Ética Desportiva;
- A cooperação com os organismos estatais ou outras entidades, em acções cujos objetivos se enquadrem no âmbito dos fins do CCL;
- Estimular a multiculturalidade contra todas as formas de discriminação;
- Criar entidades com personalidade jurídica, especificamente destinadas ao exercício de actividades de apoio social aos seus associados e respectivas famílias.

De acordo com o Art.º 4º dos seus Estatutos, que elenca os seus princípios de organização e funcionamento, o CCL organiza-se e prossegue as suas actividades no respeito pelos princípios da liberdade, democraticidade e representatividade, sendo independente do Estado, dos partidos políticos, das instituições religiosas.

Os símbolos do CCL são, a bandeira, o estandarte, o emblema e o galhardete, de acordo com o Art.º 8º dos mesmos Estatutos.

⁹⁰ Relativamente ao ano de 1941, relembra-se alguns dos factos mais relevantes da IIGM, entre outros: de abril a novembro, as tropas alemãs e italianas invadem a Jugoslávia e a Grécia e a Alemanha nazi e os seus parceiros do Eixo, invadem a URSS, os países bálticos e, com a ajuda dos finlandeses, realizam um cerco a Leninegrado (actual São Petersburgo); em dezembro (7), o Japão bombardeia a base naval norte-americana de Pearl Harbor; em dezembro (8), os Estados Unidos declaram guerra ao Japão, entrando na Segunda Guerra Mundial, na sequência do pedido feito ao Congresso pelo, então, Presidente dos EUA, Franklím Roosevelt; finalmente a 11 de dezembro, a Alemanha nazi e os seus parceiros do Eixo declaram guerra aos EUA.

Segundo os Art.º 10º e 11º dos mesmos Estatutos, a massa associativa do Clube é constituída por: Sócios Efectivos; Sócios Juvenis; Sócios Infantis; Sócios Honorários. Sendo que os sócios efectivos são as pessoas singulares, maiores de dezoito anos, inclusive, que aceitem e se obriguem a cumprir os Estatutos e Regulamentos do CCL e as deliberações dos seus Órgãos Sociais; os sócios juvenis são as pessoas singulares, menores de dezoito anos e maiores de doze anos, inclusive, que tenham sido admitidas, através dos seus representantes legais; os sócios infantis são as pessoas singulares, menores de doze anos, que tenham sido admitidas através dos seus representantes legais e os sócios honorários, podem ser as pessoas colectivas ou singulares, não sócias do CCL, que pelos serviços relevantes prestados ao CCL e à realização dos seus fins, sejam, como tal, reconhecidos em Assembleia Geral, por proposta do Conselho Directivo, ouvido o Conselho Consultivo.

O CCL possui Órgãos Sociais, eleitos por períodos de quatro anos compostos por Assembleia Geral; Conselho Directivo; Conselho Fiscal; Conselho Jurisdicional e de Disciplina e Conselho Consultivo, segundo o preceituado no Art.º 17º dos seus Estatutos, competindo ao Conselho Directivo (Art.º 47º), a gestão total do Clube, nomeadamente: elaborar o plano de atividades e orçamento; o relatório e contas do exercício para ser presente à Assembleia Geral, admitir e promover a gestão integrada dos recursos humanos do CCL e aprovar a admissão de novos associados, entre outros.

O Órgão Social deliberativo do Clube é a sua Assembleia Geral, (Art.º 33º), sendo composta por todos os seus Sócios Efectivos do CCL no pleno gozo dos seus direitos (Art.º 34º).

Quanto às suas principais competências (Art.º 35º), contam-se, para além de poder eleger e destituir a sua Mesa e os Órgãos Sociais, pode ainda deliberar sobre a declaração de perda de mandato de qualquer membro dos Órgãos Sociais. Compete, ainda a esta Assembleia, apreciar e votar o Plano de Atividades e Orçamento e o Relatório e Contas do Exercício, bem como orçamentos rectificativos. Para além disso, pode também apreciar e aprovar as alterações estatutárias, bem como deliberar sobre a extinção do Clube.

A Assembleia Geral reúne ordinariamente, duas vezes por ano: até 15 de dezembro para apreciação, discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento do ano seguinte; e até 30 de março do ano seguinte para apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas do ano transacto. Poderá reunir extraordinariamente, por seis razões: 1) Por iniciativa do Presidente da Mesa; 2) A pedido do Conselho Directivo; 3) A pedido do Conselho Fiscal; 4) A pedido do Conselho Jurisdicional e de Disciplina; 5) A pedido do Conselho Consultivo e 6) Através de requerimento de, pelo menos, trezentos sócios efectivos no pleno gozo dos seus direitos (Art.º 40º).

De acordo com a Secção III dos Estatutos, o órgão social de gestão do CCL é o Conselho Directivo, composto por cinco, sete ou nove membros, sendo o primeiro da lista o presidente e os restantes serão denominados vice-presidentes, ficando um deles com a responsabilidade da área financeira.

Este Conselho tem como competências executar as deliberações da Assembleia Geral entre as quais: Elaborar o Plano de Atividades e Orçamento, bem como o Relatório de Atividades e Contas do exercício, submetendo-os aos pareceres prévios, do Conselho Fiscal e do Conselho Consultivo;

Inserir no Orçamento os preços a praticar nos seus parques de campismo e outras instalações; Propor à Assembleia a alteração dos valores de jóia e de quota de admissão, bem como a alteração de Estatutos, a aprovação e alteração de Regulamentos; Aprovar a admissão de novos associados; Gerir os recursos humanos do CCL e Promover no Clube e na sua relação com o exterior, uma atitude amiga do ambiente e da natureza.

O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização da actividade económico-financeira do CCL, é composto por um presidente, um vice-presidente e um secretário relator, num total de três membros, sendo que um deles deverá possuir formação específica em matérias de natureza económico-financeira. A sua actividade se encontra devidamente plasmada na Secção IV dos mesmos Estatutos, com competências próprias onde, para além de emitir pareceres sobre o Plano de Atividades e Orçamento e sobre o Relatório e Contas, ainda se deve pronunciar sobre propostas de alteração orçamental, bem como fiscalizar os valores confiados à tesouraria do Clube.

Relativamente ao Conselho Jurisdicional e de Disciplina e de acordo com a Secção IV, este órgão, constituído por um presidente, um vice-presidente e três vogais, num total de cinco membros, exerce o poder disciplinar sobre todos os associados (incluindo os titulares dos órgãos sociais), regendo-se por um regulamento disciplinar.

Segundo o Art.º 57º este órgão possui dois tipos de competências, na área deliberativa, caso se trate da esfera disciplinar e na área consultiva e de emissão de pareceres, caso se trate da esfera jurisdicional.

No âmbito disciplinar destacam-se, entre outras: Deliberar sobre a instauração de processos disciplinares, suspensões preventivas e aplicação de sanções disciplinares. Já no âmbito jurisdicional sublinha-se a emissão de pareceres consultivos sobre solicitações de qualquer órgão social, na interpretação de qualquer norma nos estatutos e regulamentos em vigor, bem como a emissão de pareceres vinculativos provisórios, (para ratificação na próxima assembleia geral), sobre possíveis conflitos existentes entre órgãos sociais.

Finalmente, plasmado na Secção VI dos mesmos estatutos, encontra-se o Conselho Consultivo que, sendo o órgão de consulta do CCL, apresenta a particularidade de ser o único órgão eleito pelo método de “Hondt”, numa das suas componentes de vinte e um associados no pleno gozo dos seus direitos. Para além deste grupo integram, igualmente, este Conselho, os presidentes da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Directivo, do Conselho Fiscal, e do Conselho Jurisdicional e de Disciplina, num total de vinte e cinco membros podendo, ainda, cooptar individualidades de reconhecida competência em matérias relevantes no âmbito do CCL.

De acordo com o Art.º 63º na sua esfera de competências, para além de dar parecer sobre as principais matérias da gestão do Conselho Directivo, como o plano de atividades e orçamento, bem como o relatório e Contas e propostas de alterações estatutárias, ainda lhe compete elaborar um código de conduta, propor projectos inovadores de âmbito social e também soluções de modernização das infraestruturas existentes no Clube. Possui ainda, a competência específica de ratificar a sanção disciplinar superior a cento e oitenta dias de suspensão, bem como a sanção de demissão de sócio sob propostas pelo Conselho de Disciplina

O CCL é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, (segundo os seus Estatutos) e de estatuto de utilidade pública administrativa⁹¹. De entre os seus inúmeros galardões⁹² destacam-se: a de Membro Honorário da Ordem de Mérito, atribuída por Sua Excelência o Presidente da República; a Medalha de Bons Serviços Desportivos, atribuída pelo Ministro da Educação e a Medalha de Prata de Mérito Turístico, atribuída pela Secretário de Estado do Turismo;

O enquadramento do CCL na Sociedade verifica-se através, essencialmente, da vertente desportiva, pois sendo uma colectividade desportiva, foi o primeiro clube de campismo a constituir-se em Portugal e pioneiro deste desporto que dá pelo nome de Campismo Associativo e Desportivo. É fundador da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal⁹³ (FCMP) e seu filiado número um (federação desportiva detentora do estatuto de Utilidade Pública Desportiva, com competências específicas atribuídas pelo Estado).

Por sua vez, a nível Nacional, articula-se com a administração pública através do Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ), instituto integrante da Secretaria de Estado do Desporto e da Juventude, uma das três secretarias de Estado que compõem o Ministério da Educação.

A nível internacional, articula-se com a Federation International de Camping, Caravaning et Autocaravaning⁹⁴ (FICC), organismo que superintende o Campismo federado a nível mundial e possui cerca de oito milhões de membros.

⁹¹ Atribuída em 1978 pelo, então Primeiro-Ministro do VI Governo Constitucional, Carlos Alberto da Mota Pinto.

⁹² 1970 - Medalha de Cobre - Câmara Municipal de Coruche; 1977 - Medalha de Mérito Turístico “Grau Prata” - Secretário do Estado do Turismo; 1978 - Medalha de Mérito Associativo - Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio; 1991 - Membro Honorário da Ordem de Mérito - Presidente da República; 1991 - Medalha de Bons Serviços Desportivos - Ministro da Educação; 1998 - Sócio de Mérito nº. 1 Fundador - Troféu de Mérito – 25 Anos - Troféu de Mérito – 50 Anos - Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo; 1999 - Medalha de Ouro de Mérito Desportivo - Câmara Municipal de Almada; 2011 – Medalha de Bons Serviços – Câmara Municipal de Grândola; 2011 – Reconhecimento de Interesse Público Municipal – Câmara Municipal de Sintra; 2016 – Medalha Municipal de Mérito Desportivo – Câmara Municipal de Lisboa.

⁹³ Esta Federação foi fundada em 1945, por um grupo de dezasseis clubes e associações, em que o CCL foi o número 1. Tem como missão, Promover, regulamentar, disciplinar e dirigir a nível nacional, a prática do campismo e montanhismo, incluindo as suas várias disciplinas, inclusive as de competição, das quais se destacam o caravanismo, o autocaravanismo, o alpinismo, a escalada em rocha, a escalada em gelo e a escalada de competição, nas suas diversas vertentes, o esqui-montanhismo, o canyoning, o pedestrianismo e outras atividades de ar livre. Encontra-se filiada em instituições das quais se destacam, a nível nacional, no Comité Olímpico de Portugal (COP) e na Confederação do Desporto de Portugal (CDP). A nível internacional, na Federation Internationale de Camping et Caravaning (FICC), na Union Internationale des Associations D’Alpinisme (UIAA), na European Ramblers Association (ERA), na International Federation of Sport Climbing (IFSC) e na International Ski Mountaineering Federation (ISMF);

Assegurar a participação competitiva das selecções nacionais;

Representar perante a Administração Pública os interesses dos seus filiados;

Promover atividades de animação cultural, recreativa e desportiva, especialmente os jogos tradicionais;

Contribuir para o desenvolvimento turístico nacional projectando internacionalmente a imagem de Portugal. Tem a sua Sede social em Lisboa.

⁹⁴ A FICC foi fundada em 1933, para o benefício mútuo de um número de clubes de campismo europeus. Hoje, representa 67 federações nacionais em 38 diferentes países do mundo. A FICC, sem dúvida, contribuiu para o desenvolvimento da prática do campismo, caravanismo e autocaravanismo tão popular em todo o mundo. Nos seus objetivos principais contam-se: o incentivo para uma melhor infra-estrutura dos locais de acampamento e parques de campismo; os avanços nas leis e regulamentos deste desporto e turismo; o fomento para a aplicação de tecnologias modernas e o incentivo aos jovens para a prática do campismo. Quanto ao futuro, a FICC, desenvolve uma constante procura de acolher novos membros para a organização. Promove um conjunto de relações com outras associações internacionais semelhantes que representam, não só os praticantes de campismo, os parques de campismo e ainda a própria indústria do campismo, caravanismo e autocaravanismo. Tem a sua Sede social em Bruxelas – Bélgica.

Pelo facto de o CCL possuir a sua Sede Social em Lisboa e sete parques de campismo⁹⁵ espalhados pelo país, possui um relacionamento privilegiado, a nível do Poder Local, também com sete Municípios e outras tantas Juntas de Freguesia, permitindo-lhe um eclectismo de Cidadania de largo espectro nacional, numa simbiose relacional entre o poder autárquico e a sociedade civil.

Este tipo de desporto tem múltiplas facetas e virtualidades pois, para além de se poder incluir no grupo de Desporto Natureza e Aventura.

O CCL, na sua essência de campismo possui, igualmente, um eclectismo desportivo, cultural e recreativo, oriundo da dinâmica e capacidade de iniciativa da sua massa associativa e que se encontra devidamente espelhado nas suas onze Secções⁹⁶.

Para além de se encontrar federado na FCMP, encontra-se ainda federado noutras associações, fruto das suas atividades⁹⁷.

Do ponto de vista fiscal, o CCL insere-se nas associações sem fins lucrativos, sendo os seus parques de campismo, bem como as restantes instalações de utilização exclusiva a sócios, familiares e convidados. Mais recentemente foi criado o conceito de Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL), onde o Clube se insere.

O CCL rege-se por Estatutos, aprovados pelos seus associados em Assembleia Geral de 20 de fevereiro de 2012, publicados na Direcção-Geral dos Registos e Notariado (DGRN), em 19 de março de 2012, pela Lei vigente e, subsidiariamente, pelo regime jurídico das associações de direito privado.

O CCL possui na sua estrutura profissional cerca de 100 empregados que desempenham as suas funções na Sede Social e nos sete parques de campismo. Tem uma facturação de cerca de três milhões de euros e, a título de exemplo do seu contributo social, entrega à Segurança Social, uma verba anual estimada em 350.000 €.

O Clube elabora anualmente, um Plano de Atividades e Orçamento, bem como um Relatório e Contas que, após parecer prévio do Conselho Fiscal e do Conselho Consultivo, submete para aprovação da sua Assembleia Geral, sendo que a sua actividade de gestão funciona no âmbito do ano civil.

Após a competente aprovação e devido às suas características, os mesmos documentos são remetidos à FCMP, como entidade que superintende as modalidades desportivas que o clube pratica; ao IPDJ, como órgão da Administração Pública, dependente da Secretaria de Estado do Ministério da Educação, que tutela o desporto e as federações desportivas detentoras do estatuto de Utilidade

⁹⁵ Sede Social – Lisboa – Câmara Municipal de Lisboa; parque de campismo do Gameiro – Câmara Municipal de Mora; parque de campismo de Campo Maior – Câmara Municipal de Campo Maior; parque de campismo de Almornos – Câmara Municipal de Sintra; parque de campismo da Costa de Caparica (São João) – Câmara Municipal de Almada; parque de campismo da Costa de Caparica (Praia da Saúde) – Câmara Municipal de Almada; parque de campismo de Melides – Câmara Municipal de Grândola; parque de campismo de Ferragudo – Câmara Municipal de Lagoa.

⁹⁶ Na presente data, o CCL possui as seguintes secções desportivas, culturais e recreativas: Montanhismo; Pedestrianismo; Petanca; Cicloturismo; Pesca desportiva; Mototurismo; Autocaravanismo; Grupo de Teatro; Grupo Coral; Rancho Folclórico; Filatelia e Coleccionismo.

⁹⁷ O CCL encontra-se ainda filiado na Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto (CFCCRD); na Federação das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto do Distrito de Lisboa (FCCRDDL); na Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa (ACCL); na Federação Portuguesa de Ciclismo e Utilizadores de Bicicleta (FPCUB) e na Federação Portuguesa de Petanca (FPP).

Pública Desportiva (UPD), atribuído pelo Governo e à Presidência do Conselho de Ministros, devido ao seu estatuto de Utilidade Pública.

5.1.1. Pilar de Dimensão Ambiental

Encontra-se devidamente comprovado que o verdadeiro praticante de campismo desportivo é um amante da natureza e, por isso também, o seu maior defensor e protector.

A prática campista, na sua essência, rege-se por um Código de Ética Campista que, apesar de extremamente simples, se assume como o pilar fundamental do incentivo às boas práticas do campismo.

Se o referido Código for alvo de análise, constata-se que, apesar de simples, contempla práticas de proteção ambiental, de acordo com os Artigos 2º, 3º, 4º. Assim, no Art.º 2º observa-se que *“o campista não caminha por terrenos cultivados, não parte nem arranca plantas, flores ou frutos, não danifica árvores, tem sempre o cuidado de não conspurcar a água das fontes e dos poços...”*.

Enquanto o Art.º 3º incentiva ao cuidado com a manipulação do fogo. Já a preocupação de manter a limpeza do local de acampamento, bem como depositar os detritos em local, para isso designado, encontra-se plasmado no Art.º 4º. No que concerne ao Art.º 8º, este alerta que o campista se deve certificar se todas as fontes de energia se encontram desligadas quando abandona o local de acampamento.

Mas passando das preocupações ambientais decorrentes da prática campista, propriamente dita, para essa mesma prática, nos parques de campismo, cada uma dessas infraestruturas possui um regulamento próprio⁹⁸, contendo as normas de acesso e de funcionamento de cada parque.

É por demais evidente que a prática do campismo não é mais do que a prática de qualquer actividade, desportiva, cultural ou recreativa, com conceitos cívicos de ordem geral, existindo mesmo uma máxima sobre essa matéria – Sem Civismo, não há Campismo.

O CCL assume preocupações ambientais a nível dos seus parques de campismo, através de práticas socialmente responsáveis e de uma série de medidas que visam reduzir a pegada ecológica desta actividade desportiva e turística, servindo como exemplo para outro tipo de actividades.

Assim, o Clube tem vindo a assumir um comportamento condizente com esta filosofia e a adoptar uma série de medidas tendentes a alcançar o objetivo com sucesso.

Relativamente ao parque de viaturas, que prestam serviço nos seus parques, tem vindo, paulatinamente, a substituir as viaturas com motores de combustão por viaturas eléctricas, amigas do ambiente. O Clube está a desenvolver um plano faseado de substituição das viaturas ao serviço dos encarregados dos parques, também por viaturas eléctricas e encontra-se em fase de estudo a adaptação de uma viatura eléctrica para desempenhar o serviço de recolha de resíduos sólidos e urbanos, em contentores, substituindo os tractores existentes⁹⁹.

No que concerne à recolha de resíduos sólidos e urbanos, esse serviço é efectuado pelos municípios que se encontram localizados nas áreas de instalação dos parques de campismo do

⁹⁸ Que no caso do CCL se chama Regulamento Geral de Parques.

⁹⁹ Esta estratégia tem tido algumas contrariedades, porquanto o peso do reboque dos contentores não se tem mostrado compatível com os motores eléctricos disponíveis nas viaturas.

Clube. O CCL tem vindo a desenvolver um conjunto de medidas, tomando como base a utilização dos 3R's - Reduzir, Reutilizar e Reciclar.

Deste modo, o Clube promove a redução do lixo, através da compactação do lixo doméstico, ao ser depositado nos contentores e incentiva os campistas a reduzir, também, o lixo nas suas unidades. No tocante à reutilização, o Clube promove a reabilitação de embalagens que possam vir a ser reutilizadas, incentivando os mais jovens através da realização de eventos pedagógicos para o efeito. Quanto às caravanas tem sido desenvolvido um plano de reutilização no sentido de prolongar, também, a sua vida útil, que consiste em, após as caravanas deixarem de possuir as qualidades mínimas de conforto para a prática do campismo, as mesmas, são encaminhadas para outros destinos, (sendo utilizadas para apoio na agricultura e na pecuária), prolongando a sua vida útil e redução, deste modo, a pegada ambiental.

O CCL introduz, ainda um 4º R, que corresponde ao Reparar porquanto, fruto do seu universo de recursos humanos, particularmente, nos parques, possui no seu quadro de pessoal, electricistas, serralheiros, carpinteiros e pedreiros, entre outros, que permite, a custo muito reduzido, prolongar a vida dos equipamentos disponíveis, através de uma manutenção programada, bem como a sua reparação, numa larguíssima percentagem de casos.

No tocante ao 3º R – Reciclagem, esta é feita nos parques pelos serviços do Clube, tal como atrás foi descrito, em duas vertentes: Reciclando equipamentos ou outros artefactos em que seja possível efetuar este tipo de tarefa e através da recolha selectiva, no caso dos resíduos sólidos e urbanos, apesar dos municípios disponibilizarem ecopontos, estes ficam localizados na entrada dos parques. Em face disso, o Clube instalou, dentro dos seus parques, caixotes e contentores dedicados à recolha selectiva, particularmente de vidro¹⁰⁰, cartão e papel no sentido de facilitar a recolha selectiva, no universo de campistas acampados.

Inerente à instalação dos parques de campismo existe, também, um coberto arbóreo e arbustivo muito importante, não só para permitir uma frondosidade benéfica para a prática do campismo, mas também para promover a purificação do ar, através da fotossíntese. Decorrente desse facto, é necessário ter em conta uma programação cuidada, composta por manutenção, poda, abate e a indispensável reflorestação desse mesmo coberto. Na sequência dessa manutenção existe um excedente de verdes e pequenos troncos que, caso não sejam devidamente tratados, serão depositados como lixo comum. Assim, o CCL preocupado com o meio ambiente possui compactadores para os verdes e destroçadores para os ramos, bem como centrais de compostagem que permitem a inversão de lixo em fertilizante voltar aos terrenos dos parques. Quanto à problemática da reflorestação, o Clube tem manifestado a preocupação de colher opiniões especializadas dos organismos da administração pública que superintendem esta área, nomeadamente, as CCDR's e a APA, no sentido de um mais esclarecido aconselhamento para, de acordo com o tipo de território onde se insere cada parque, ser plantada a espécie autóctone que mais se adeque ao fim em vista. O Clube promove junto das crianças, periodicamente, acções de sensibilização para esta preocupação ambiental, com sessões de plantação de árvores, nos parques.

¹⁰⁰ No caso da reciclagem de vidro, esta assume uma singular virtualidade, porquanto uma tonelada de vidro para reciclar, permite a produção da mesma tonelada de vidro novo, ou seja, não existem perdas.

No que concerne ao autocaravanismo, que é um dos modos de praticar campismo a que se tem assistido um grande crescimento, nos últimos anos, quer seja na vertente desportiva ou vertente turística, de sublinhar que o CCL adoptou um procedimento pioneiro em Portugal, de superlativa preocupação ambiental que consiste em, nas áreas de serviço para autocaravanas¹⁰¹ instaladas nos seus parques de campismo¹⁰², dedicar uma pequena zona para pernoita, despejo de sanitas químicas e reabastecimento¹⁰³, com a especificidade de ter criado, relativamente ao despejo de sanitas químicas, um tratamento prévio desses efluentes (processo por decantação), com a preocupação de protecção ambiental de redução da carga química antes de ser rejeitado no sistema de tratamento público – estação de tratamento de águas residuais (ETAR)¹⁰⁴.

De sublinhar, ainda, que o CCL, enquanto organismo da sociedade civil, preocupado com a preservação ambiental possui preocupações superlativas quanto a esta problemática e, na sequência dessa postura, tinha vindo a constatar que o autocaravanismo no Algarve, pelas suas condições de atractividade climática, acolhia a maior percentagem de turismo em autocaravana do país, sem o correspondente acolhimento adequado provocando, não só o estacionamento indisciplinado e ilegal nas arribas ou dunas primárias, danificando-as, bem como o despejo das sanitas químicas e águas cinzentas eram efetuadas directamente no meio ambiente, provocando um atentado ambiental sistemático. Nesse sentido, com o conhecimento que a maior parte dos municípios do Algarve, analisavam este grave problema com particular preocupação, o CCL apresentou à Comunidade Intermunicipal da Região do Algarve (CIRA), que integra todos os municípios algarvios, em 2003, a proposta de ser constituída uma rede integrada de áreas de acolhimento para aquele tipo de veículos, tendo enviado várias plantas técnicas, de sua autoria, para instalação de áreas de serviço.

Ao fim de doze anos, o Clube viu o seu esforço devidamente recompensado, com a criação da RAARA, processo liderado pela CCDR-A¹⁰⁵.

Voltando ao R de Reduzir, o Clube apresenta uma política de redução de consumos – água, energia eléctrica e gás, entre outros, através de um conjunto de medidas que vem pondo em prática, coadjuvado por acções de sensibilização aos campistas.

Assim, em relação à redução do consumo de água, sendo um bem cada vez mais escasso¹⁰⁶ no planeta e, tomando como base que existem três modos de disponibilização de água, – para

¹⁰¹ Também chamado campismo motorizado, que compreende a compressão entre um veículo automóvel e uma caravana.

¹⁰² Que é também chamado campismo motorizado, que compreende a compressão entre um veículo automóvel e uma caravana.

¹⁰³ A área de serviço para autocaravanas compreende uma zona de pernoita por um máximo de 72 horas, uma zona para reabastecimento de água e energia eléctrica e uma zona para despejos de sanitas químicas e águas cinzentas.

¹⁰⁴ Este tipo de procedimento pioneiro foi considerado, em relação ao parque do Clube situado em Almornos, na freguesia de Armargem do Bispo, Concelho de Sintra, um *case study* pela respectiva Edilidade, tendo decidido, por unanimidade, reconhecer a actividade desenvolvida pelo CCL de Interesse Municipal, no âmbito da protecção ambiental.

¹⁰⁵ Esta rede de acolhimento surgiu em janeiro de 2015, na sequência de diversas reuniões, lideradas pela CCDR-A, com os diversos Setores possuidores de instalações de campismo, (empresários do Setor nacionais e estrangeiros, municípios que exploram parques de campismo e áreas de serviço e o CCL-único clube associativo/desportivo que possui um parque nesta região). Integra, para além dos parques de campismo e caravanismo, também os parques de campismo rurais e áreas de serviço de autocaravanas. O seu objetivo é promover espaços para acolhimento legal, com condições de conforto, qualidade e segurança mínimas para receber os turistas em autocaravana. De notar que este projecto colheu, já o interesse da CCDR-Alentejo, pelos constrangimentos atrás referidos.

consumo humano (água potável), para contacto humano (duches e lavatórios mas sendo imprópria para beber) e nem para consumo nem para contacto humanos (exclusivo para regas e sanitários), o CCL promoveu as seguintes medidas: Redução do débito fornecido nas torneiras; instalação de torneiras temporizadas e, sempre que seja tecnicamente possível, a aberturas de furos hertzianos, para utilizar essa água fora do consumo humano, dependendo da qualidade da água extraída, permitirá, apenas regas ou também o contacto humano. De notar que, qualquer destas captações, obriga a rigorosas análises bioquímicas efetuadas em dois momentos: diariamente no local de captação assegurado pelos serviços de cada parque: periodicamente, efetuadas por laboratórios certificados (geralmente da responsabilidade das Administrações Regionais de Saúde, de acordo com a sua localização geográfica e de competência).

Com igual procedimento estratégico, também a eficiência energética assume um papel preponderante no grupo das práticas socialmente responsáveis do CCL¹⁰⁷. Deste modo, o Clube tem promovido, igualmente, um conjunto de práticas, neste campo, introduziu um 5º R – Rentabilizar porque, através desta máxima, pode-se economizar com particular evidência. Das várias práticas socialmente responsáveis, cujo objetivo é reduzir os consumos energéticos e, conseqüentemente, as emissões, destacam-se as seguintes: 1. Substituição faseada de lâmpadas fluorescentes por tecnologia LED, na iluminação pública dos parques de campismo (com uma redução estimada de 50% de consumo); 2. Redução alternada de lâmpadas na iluminação pública, não comprometendo o conforto e a segurança dos campistas; 3. Incentivo aos campistas para reduzirem o seu tempo de iluminação e substituição da iluminação nas suas unidades por lâmpadas economizadores ou a LED; 4. Controlo mais optimizado no tempo de activação da iluminação pública, de acordo com o horário legal; 5. Política de eliminação de perdas de energia eléctrica que é facturada, sem ser consumida, (energia reactiva), através da instalação de condensadores específicos que são acoplados aos postos de transformação instalados nos parques; 6. Tentativa da obtenção de energia por métodos não poluentes, através do estudo para instalação de painéis solares para produção de energia fotovoltaica, com o objetivo, simultaneamente, ambiental e económico; 7. Instalação de sensores de movimento para iluminação, em zonas de menor utilização e tendo em conta a sazonalidade da actividade do CCL.

No que concerne às práticas socialmente responsáveis do CCL, tendentes à redução do consumo de gás¹⁰⁸, o Clube promoveu, entre outras, as seguintes: 1. Instalação de sistema de disponibilização de gás a granel; 2. Estudo para obtenção de energia por métodos não poluentes, através da acoplação de painéis solares para aquecimento de águas; 3. Distribuição mais regrada da água quente para duchas, não reduzindo o conforto dos campistas.

¹⁰⁶ O consumo de água é responsável pelo pagamento anual de cerca de 70.000 €. Acrescente-se ainda, como facto penoso para o consumidor, o valor cada vez mais oneroso dos serviços cobrados na factura da água (taxa de esgotos, etc.) e que, embora não tendo a ver com o consumo de água, hoje em dia, assume um valor superior ao valor pago pelo consumo sendo, no entanto, proporcional ao consumo de água. Assume, deste modo, particular relevância, uma política de redução de consumo.

¹⁰⁷ O Clube paga por ano, cerca de 300.000 € de energia eléctrica, em todas as suas infraestruturas.

¹⁰⁸ Sendo a factura anual de gás na ordem dos 75.000 €. No entanto, fruto do investimento do Clube que instalou uma rede de distribuição de gás em todos os parques, a partir de 2014, permitindo substituir o gás propano de 45kg por gás a granel, verificando-se uma redução no valor de facturação, na ordem dos 25% (antes desta medida, o valor anual era da ordem dos 100.000 €) e evitando, igualmente, uma perda de cerca de 10% por garrafa, não consumido e facturado.

5.1.2. Pilar de Dimensão Social e Educacional

Em termos conceptuais, o campismo possibilita o conhecimento de outros seres humanos, outras culturas, outros usos e costumes, bem como outros aspectos da natureza. Sem falsos eufemismos pode-se afirmar que a filosofia inerente à prática do campismo assenta em três Nobres conceitos: Liberdade, Igualdade e Fraternidade, que é, nada mais do que o lema da Revolução Francesa¹⁰⁹.

O campismo atravessa transversalmente a Sociedade, quer em extractos sociais, quer em escalões etários, permitindo uma interligação geracional com troca de experiências bilaterais, numa verdadeira simbiose.

A importância da Dimensão Social do Campismo vem desde o início da segunda metade do Século XX, quando se dá a luta pela obtenção da “semana-inglesa”¹¹⁰, através de uma tomada de posição no II Congresso Campista em 1948, sob o lema “Trabalho e Repouso – Fim-de-semana para todos” – de que resultou um movimento junto da Direcção-geral da Educação Física, Desportos e Saúde. De um conjunto de diligências efetuadas, junto da Administração Pública do Estado Novo, teve como resultado uma resposta procedente, cujo despacho do Director-geral afirma em determinado momento: “não vejo dúvidas em autorizar o que se pede”.

A dimensão social do campismo aplicada à actividade do dia-a-dia do CCL perspetiva que o campismo deve ser acessível a todos e pode ser analisada em diversas vertentes: quer na requalificação dos seus parques disponibilizando instalações sanitárias com acesso a deficientes motores, quer promovendo acessibilidades mais adequadas nos espaços acampáveis, a cidadãos com mobilidade reduzida ou com perda de mobilidade pela idade avançada sem, necessariamente, serem portadores de deficiência. Assim, assiste-se a uma requalificação de infraestruturas tendentes a reduzir assimetrias promovendo, deste modo, a universalidade da prática campista, particularmente, nos locais acampáveis em que para além do cuidado em rampear a acessibilidade, ainda se comprovou a preocupação da escolha de materiais serem os menos abrasivos mas anti-derrapantes

Por outro lado, o Clube tem vindo a promover o estabelecimento de parcerias com entidades sediadas nas zonas de implantação dos seus parques de campismo, não só com as juntas de freguesia, mas também com entidades de cariz social, com o objetivo de partilhar com as forças vivas das terras, experiências e mostrar as atividades do Clube (desportivas, culturais e recreativas) e também de disponibilizar, a título gracioso, o seu espaço de acampamento e os seus equipamentos (complexos de piscinas, salas de jogos, salas de juventude, salas de educação física, salas de

¹⁰⁹ Revolução francesa que se iniciou em 14 de julho de 1789 com a tomada da Bastilha, tendo durado dez anos. As principais consequências podem se sintetizar em a França se encontrar falida, devido aos exageros da corte de Luís XVI, (executado em 1793), bem como aos gastos excessivos com guerras, provocando um descontentamento generalizado no povo. A par dessa situação, verifica-se, igualmente, a revolta do movimento cultural iluminista, almejando o fim do espectro medieval através de uma reforma social. A revolução teve como objetivos, entre outros: abolir o absolutismo monárquico, aristocrático e da igreja por uma república democrática; introdução da reforma agrária; introdução do sufrágio universal e a introdução da lei do preço máximo. No entanto, a ascensão de Napoleão Bonaparte assume-se como uma das situações mais problemáticas.

¹¹⁰ A, chamada “semana-inglesa” era a possibilidade dos trabalhadores trabalharem ao sábado apenas até às 13h00, uma vez que até aí, trabalhava-se até às 19h00 de sábado.

convívio, etc.), às crianças mais desfavorecidas e a grupos de idosos que, de outra forma, não teriam possibilidade de usufruir deste tipo de espaços, bem como a grupos de jovens organizados (ex: escuteiros).

Uma palavra ainda, dentro da dimensão social, para fazer referência a modo de procedimento que o CCL adopta e que se encontra dentro do âmbito da Economia Circular, porque se encontra intimamente ligada com o campismo e com o trabalho, que é a criação de riqueza dentro do próprio espaço, baseando-se também na possibilidade de troca, na possibilidade de evitar o desperdício, nas questões do valor partilhado. Ora, o CCL induz uma lógica de partilha e de entreaajuda entre as pessoas e, portanto – o valor partilhado, quer dizer, criar valor em conjunto. No entanto, este conceito é multidisciplinar, não se esgotando, apenas na dimensão económica, porquanto pode ser também enquadrado na dimensão ambiental e na social. A Economia Circular resulta do facto imperioso de conseguir alternativas viáveis que invertam a constatação da insustentabilidade de utilização dos recursos naturais disponíveis, consumindo muito mais do que o planeta consegue regenerar.

Esta preocupação está também patente na UE que, nos últimos anos tem implementado diversas políticas em matéria de ambiente, tais como o pensamento de ciclo de vida, o eco design, a política e gestão de resíduos¹¹¹. A perspetiva de um crescimento sustentável poupando o meio ambiente e os recursos naturais integra esta economia, também na vertente ambiental. O reaproveitamento do capital humano, não só na entreaajuda, mas também na partilha, alarga o seu espetro para a dimensão social.

O Clube promove, também, de acordo com o seu plano de atividades, um conjunto de eventos, de cariz solidário, que se destinam a obviar a pobreza dos mais carenciados, composto essencialmente por angariação de roupas e alimentos e, posteriormente, entregue a instituições vocacionadas para esse efeito. Desta forma, o Clube sensibiliza, igualmente, a sua massa associativa para os que mais sofrem, exultando a Solidariedade, a Fraternidade e o Companheirismo do “Espírito Campista”.

Promove ainda, visitas a instituições localizadas nas zonas onde se implantam os seus parques, muitas vezes em conjunto com as juntas de freguesia, com o objetivo de sensibilizar os campistas a conhecerem mais de perto, a sublimação de uma vivência dramática dos mais vulneráveis através do carinho destas instituições, dos seus profissionais e colaboradores.

Uma palavra para outra vertente que o CCL promove junto da sua massa associativa – o voluntariado e, apesar de se encontrar no ADN do campista ganhou, nos últimos anos uma particular relevância, com o desenvolvimento da vertente social do campismo. Todos os campistas que o desejem, inscrevem-se nas recções dos parques, num banco de voluntários, para desenvolver a sua ação no apoio aos que, praticando campismo necessitam de ajuda no desenvolvimento de tarefas do seu quotidiano. Desta forma, podem continuar a praticar campismo. O Clube desenvolve, igualmente,

¹¹¹ Tendo, inclusivamente, em 2012, publicado um manifesto para uma Europa eficiente de recursos, onde aponta a solução da transição para a economia circular, regenerativa e eficiente na obtenção de recursos.

um plano de ações de índole técnica, com voluntários-sócios por profissões especializadas, que se disponibilizam, de acordo com o quadro de necessidades do Clube nos parques¹¹².

Como reforço do atrás descrito, a importância do voluntariado é de tal forma evidente que o próprio Estado tem vindo a legislar sobre essa matéria, através de leis e decretos-lei, desde 1998, até 2016, sendo que, como datas de referência, em 1989 aprova o seguro social do voluntário e em 2006 cria o modelo do cartão do voluntário.

Na vertente Educacional o CCL desenvolve, no âmbito do seu plano de atividades culturais e recreativas, de periodicidade anual, um conjunto de eventos e iniciativas direccionadas, à sua massa associativa, em geral e, em especial, para os mais jovens promovendo o seu crescimento harmonioso tendente à promoção e consolidação de uma filosofia de valores a ser incutida na formação do carácter e personalidade. Dirigida à sua massa associativa, o CCL promove palestras, conferências e eventos de informação e de formação básica, sobre a Responsabilidade Social das Empresas. Dirigido à camada mais jovem dos inúmeros eventos realizados, para além da promoção da actividade física e do desporto, contam-se, entre outros: a aprendizagem da vida em comunidade; a aprendizagem da vida ao ar livre; a partilha de experiências, o incentivo às boas práticas cívicas e ambientais; a defesa do meio ambiente; um profundo respeito e um sã convivência com a natureza e o incentivo à capacidade de autonomização¹¹³.

O paradigma do resultado da promoção desta vertente pode ser devidamente comprovado através de um estudo académico de investigação da Plymouth University, realizado em 2015, promovido pela Prof^a Sue Waite sob o título “Study Links Camping to Happy, Healthy Children”. Incidiu sobre uma população-alvo no Reino Unido de crianças em idade escolar e sobre os seus respectivos encarregados de educação a partir de pressuposto de fazerem campismo, pelo menos, uma vez por ano, tendo-se obtido os seguintes resultados major:

- Têm melhor desempenho escolar
- São mais saudáveis
- São mais felizes

Segundo o mesmo estudo, sendo o objetivo procurar quais os benefícios educacionais, psicológicos e sociais da experiência de acampar nas crianças de vários escalões etários, resultou provado na referida investigação que, segundo os encarregados de educação:

- Acampar tem um efeito positivo sobre a educação escolar das crianças
- Acampar torna os seus filhos mais apreciadores e ligados com a natureza
- Acampar torna os seus filhos mais felizes
- Acampar possibilita aos seus filhos desenvolverem capacidades para a sua vida futura
- Acampar dá aos seus filhos maior liberdade, mais independência e confiança
- Acampar ajuda os seus filhos a gostar de aprender na escola por poderem partilhar com os colegas as suas experiências

¹¹² A universalidade de profissões vai, desde um sócio electricista ou um canalizador que repara uma anomalia surgida no parque, até um sócio médico que se disponibiliza para dar ações de informação sobre a hipertensão arterial e, em conjunto com outros sócios enfermeiros asseguram campanhas de despiste de doenças crónicas.

¹¹³ De entre as muitas atividades, destaca-se “O Dia dos Campistas de Palmo e Meio”, como evento multidisciplinar, que alia desporto e recreação em ambiente de formação pedagógica e em convivência com a natureza.

- Acampar é factor catalisador para as cadeiras de Geografia, História e Ciências Naturais

Por outro lado as crianças, alvo da referida investigação, face à questão sobre o que lhes agradou mais a fazer campismo, declararam:

- ❖ Conhecerem novos amigos
- ❖ Aprenderem várias habilidades
- ❖ Perceberem a virtude de estudar em grupo
- ❖ Divertir-se em ambiente de natureza

5.1.3. Pilar de Dimensão Cultural e Desportiva

A dimensão cultural do CCL e do próprio campismo vivem em perfeita harmonia com o próprio praticante. A cultura não é apenas sinónimo de estudo aprofundado de matérias, mas também de partilha de experiências e de conhecimentos em ambiente de campismo.

O Clube, desde a sua génese, vem promovendo momentos de cultura, não só promovendo a cultura teatral, com a criação de um grupo de teatro, exclusivamente composto por sócios, que ao longo dos anos granjeou diversos prémios, mas igualmente promovendo a cultura musical, através de um grupo coral composto por vozes e instrumentos.

Numa óptica de desenvolvimento cultural e de promoção do conhecimento do património humano das áreas geográficas envolventes dos seus parques de campismo, possui um grupo de música coral polifónica e um rancho folclórico que estudam um repertório adequado e condizente com as áreas onde actuam.

O CCL promove, igualmente, o intercâmbio cultural entre campistas, através da organização de festivais gastronómicos e de feiras dando a conhecer o artesanato das diferentes regiões.

Quanto ao intercâmbio cultural refere-se dois exemplos de partilha de conhecimento das gentes, usos e costumes: um deles, de âmbito nacional, durante a realização do Acampamento Nacional, com periodicidade bienal, que conta com a participação de centenas de campistas, a efectivação de um desfile em que as zonas do país são representadas com os seus trajes típicos.

O outro exemplo, de âmbito internacional, com periodicidade anual, durante a realização do Rally FICC (encontro mundial de campistas), que conta com a participação de milhares de campistas, integra no seu programa dois eventos de grande envergadura que exultam o intercâmbio cultural e gastronómico: sendo um deles, composto por um desfile dos participantes em que os campistas desfilam com os fatos típicos dos seus países e o outro, a realização, durante o certame, dos “dias dos países”, onde é divulgada através de um singular convívio entre os povos, não só a cultura gastronómica, mas também a cultura musical de cada país¹¹⁴.

Para além disso, o CCL realiza, anualmente, a “Semana Cultural” onde se encontram as várias formas de artes e cultura, desde o canto à poesia, ao debate sobre temas de interesse actual

¹¹⁴ Nas últimas edições do Rally FICC de campismo, Portugal e Espanha têm realizado os dias dos seus países em conjunto e onde o CCL, como colectividade pioneira, tem tido um papel dominante e incentivador na mostra portuguesa. Exemplo bem demonstrativo foi na edição de 2016, realizada em Ponte de Lima, teve um momento particularmente significativo com o tradicional desfile dos países a ser efectuado, atravessando a ponte romana e passando pelas principais ruas da localidade, num indelével colorido e diversidade.

e, ainda, através da realização de vários certames, desde palestras e conferências, a mostras de bailado.

Inclusivamente, o Clube organizou, em 2015, integrado nas comemorações das suas bodas de diamante, um ciclo de conferências, subordinado ao tema: “CCL – Um Exemplo de Cidadania e Responsabilidade Social”, promovendo um espaço de debate sobre os temas mais prementes da actualidade, na Sociedade dos nossos dias e, por lado, alertar a sua massa associativa para o fenómeno da Economia Social e Solidária e do Voluntariado¹¹⁵.

Mas a cultura também tem a ver mescla positiva existente nos parques de campismo, a nível do relacionamento humano e, nesse aspeto, o campismo é exemplar na sua prática pois no parque de campismo, coexistem pessoas diferentes, com percursos plurais, de maneiras de estar diferentes, de estratos sociais diferentes vestindo-se de forma espartana, sem pedantismos, sem qualquer evocação de títulos académicos, ou seja, atravessa transversalmente a sociedade portuguesa, num mundo de tolerância e diversidade e numa frutuosa troca de experiências.

Este modo de estar, de as pessoas coexistirem no parque de campismo em diversidade, faz um paralelismo com a Carta da Diversidade, onde também se verifica a coexistência de pessoas completamente diferentes.

O GRACE foi um dos promotores da implementação desta Carta em Portugal¹¹⁶ que vem na esteira de uma preocupação da Comissão Europeia de conseguir que todos os países da UE adoptem esta Carta, tendo já aderido 16 países. Esta Carta tem como princípio a Diversidade (seguida pelo campismo, desde sempre), como o reconhecimento, o respeito e a valorização das diferenças entre as pessoas, quer sejam sexo, idade, etnia, orientação sexual, credo território de origem, cultura, língua, orientação política, situação económica, estado de saúde, deficiência e formação, entre outros.

Segundo os objetivos da Carta, a Diversidade melhora, não só a eficiência e competitividade das organizações, melhorando as condições sociais, mas promove, igualmente, talentos e competências, bem como inovação, cujo resultado é a igualdade de oportunidades, numa cultura de inclusão com base no respeito pelo ser humano, sendo que os signatários se comprometem, para além de promover a Carta, também desenvolver um conjunto de práticas seguindo os nobres objetivos, nela contidos.

No fim desta comparação, poderemos afirmar que a Europa pretende instituir uma maneira de estar altamente louvável, no seio das organizações, quando os próprios Europeus já seguem essas nobres práticas, há perto de um século, através da prática do campismo.

O campismo é, não só um desporto, mas também um promotor de cultura e de incentivo à prática desportiva.

O CCL, desde a sua constituição que desenvolve uma prática desportiva. Atente-se pois, num estrato da acta de constituição em que 21 amigos lisboetas, inconformados e empreendedores,

¹¹⁵ Foram convidados para o efeito especialistas de diversas áreas tendo o primeiro palestrante, sido o Prof. Doutor Francisco Madelino, docente do ISCTE, com o tema “A situação social em Portugal – como transformar um problema numa solução”. Para além de outros temas como a Sustentabilidade da Segurança Social, a Responsabilidade Social das Empresas e Histórias de um Campista de Abril.

¹¹⁶ Lançada em Portugal, no dia 31 de março de 2016, no Palácio da Ajuda, fizeram parte 28 empresas associadas do GRACE.

amantes do Campismo reuniram-se na sede do Ateneu Comercial de Lisboa em 11 de Janeiro de 1941, e lavraram o seguinte:

“...a necessidade da organização de um Clube de Campismo que, junto das entidades oficiais, trabalhe pela divulgação do campismo, como desporto, procurando obter os maiores benefícios para os campistas”. É desta forma que o CCL nasce, fundindo-se, também, com o nascimento do Campismo Associativo Desportivo em Portugal.

O pilar desportivo do Clube assenta no espírito de iniciativa dos seus associados, embora o CCL promova dentro e fora dos seus parques, a prática desportiva, quer individual, quer colectiva. A prática desportiva é inerente á prática do campismo pois é no seu seio que se desenvolvem atividades desportivas específicas.

O Clube consubstancia o gosto pela prática desportiva através de diversas vertentes. Por um lado, a nível interno organiza-se em secções e núcleos que funcionam na sua Sede Social e nos parques, a saber: Secções – Montanhismo, Pedestrianismo, Escalada, Canyoning, Petanca, Cicloturismo, sendo que o pedestrianismo e o cicloturismo possuem, ainda, núcleos nos parques do Clube para uma prática mais assídua.

Por outro lado, o CCL celebra, anualmente, contratos-programa com diversas Edilidades (Lisboa, Almada, Sintra, Grândola, Mora, Campo Maior e Lagoa), para a organização de eventos desportivos, nesses concelhos, em conjunto com a população, com particular incidência nos escalões infantil, juvenil, sénior e em eventos dedicados ao género feminino¹¹⁷.

Mais especificamente, a nível da juventude, o Clube promove atividades desportivas federadas, inter-clubes onde, através de acampamentos campistas, se desenvolvem diversos eventos desportivos em que se conjuga o desporto, o convívio, a vivência em natureza e a solidariedade campista.

5.1.4. Pilar de Dimensão Económica

O tipo de actividade que o CCL desenvolve é, claramente, um factor superlativo de desenvolvimento económico assumindo diversas vertentes. Assim, a actividade de campismo, em si própria, pode ser efetuada num parque de campismo, podendo apresentar uma componente de carácter mais permanente ou itinerante. Ou, por sua vez, pode ser efetuada de forma itinerante em determinadas regiões, que pela sua beleza natural ou pela sua especificidade para a prática de qualquer outro desporto, cativam a sua procura.

Por outro lado os eventos organizados na esfera do campismo, quer de âmbito nacional, quer internacional, são um factor de particular desenvolvimento económico regional¹¹⁸.

¹¹⁷ Entre muitos e variados eventos desportivos que se realizam ao longo do ano, destacam-se os passeios pedestres semanais em todos os parques sob o lema “caminhe pela sua saúde” e no caso dos eventos de periodicidade anual, destacam-se; o Passeio Pedestre de Melides; o Encontro de Cicloturismo da Costa da Caparica; o Encontro de Cicloturismo de Melides; o Encontro Internacional de Petanca e o Torneio de Pesca da Cidade de Lisboa.

¹¹⁸ Como exemplos demonstrativos de desenvolvimento económico local pode-se ilustrar, a nível nacional, a organização do Acampamento comemorativo dos 75 anos do CCL, em maio de 2016, no jardim municipal de Oeiras e que, durante o certame de quatro dias, as centenas de participantes frequentaram os restaurantes da zona que tiveram um negócio exponencialmente superior ao normal, tal como os mini-mercados e o emblemático

Em qualquer dos casos, esta prática tem uma particular apetência para o desenvolvimento do comércio local pois, onde um campista estiver acampado procura, desde logo, conviver com as forças vivas das localidades por onde acampa, mas também partilhar vivências e experiências para o seu enriquecimento interior e como ser humano.

Como exemplos paradigmáticos do reconhecimento deste impulso altamente positivo para o desenvolvimento das regiões e do comércio local, decorrente da prática campista, aponta-se o facto do poder local (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), inserirem nos seus planos de desenvolvimento regional e PDM's, a construção de parques de campismo nas suas freguesias ou nos seus concelhos.

Por outro lado, está provado que o campismo contribui com oito milhões de dormidas por ano em Portugal.

Ainda a título de exemplo bem ilustrativo do poder do campismo como vector turístico de desenvolvimento económico, um estudo estatístico dá conta que em 2015, mais de um milhão e setecentos mil turistas que visitaram Portugal, o fizeram praticando campismo¹¹⁹.

Relativamente a esta problemática, do ponto de vista esquemático, criou-se um modelo de análise (Anexo 1), em que se consideram três parâmetros: conceitos, dimensões e indicadores e em que o Campismo é considerado como variável independente (VI) e o Desenvolvimento Económico, como variável dependente (VD).

Na variável independente – Campismo – esta pode ter duas dimensões: Associativa e Turística. Já na variável dependente – Desenvolvimento Económico – tem como dimensão a sensibilidade das estruturas locais para este tipo de actividade.

Em cada uma das dimensões são avaliados os respectivos indicadores. No tocante ao Campismo Associativo os indicadores são: a política desportiva da federação nacional e da federação internacional; a organização de eventos de âmbito nacional e internacional e a perspetiva social.

O Campismo (VI) é definido como uma “actividade de lazer, turística ou desportiva que consiste em acampar ao ar livre, em recintos próprios (parques de campismo) ou em locais naturais (campismo selvagem), para aperfeiçoamento do bem-estar físico e espiritual”. A sua vertente associativa/desportiva corresponde ao chamado campismo federado ou à prática do campismo como desporto – Campismo Associativo/Desportivo. Para isso, os praticantes são filiados em clubes desportivos que, por sua vez, se encontram filiados na Federação da modalidade (Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal – FCMP). A Federação Portuguesa, tal como todas as outras

vinho de Carcavelos que, a título de curiosidade, é o único vinho no país a ser produzido por uma autarquia, esgotou na loja da Câmara, bem como os outros produtos que ali se comercializavam. A nível internacional, a FICC entregou a organização do Rali FICC anual de 2016 – acampamento mundial - à federação portuguesa – FCMP, tendo realizado este certame em Ponte de Lima, um dos dez concelhos que compõem o Alto Minho. Assim, durante cerca de quinze dias, estiveram acampados milhares de campistas em representação de trinta países, que encheram Ponte de Lima, dando um contributo superlativo para a economia da zona, nas suas múltiplas vertentes e levando na memória uma magnífica lembrança da sua história, das suas gentes, usos e costumes e da sua excelente gastronomia.

¹¹⁹ Atente-se, a título de exemplo, que a prática do autocaravanismo, quer seja a nível desportivo, quer seja a nível turístico, (que é uma forma de campismo itinerante), onde se desfruta das belezas naturais das regiões, por proximidade gasta, em média, cerca de 80 €/dia nos locais onde estacionam, contabilizando mercearias, mini-mercados, cafés, restaurantes e lojas de artesanato.

Federações nacionais encontram-se filiadas num organismo mundial – (*Federation International de Camping, Caravanning et Autocaravanning*) – FICC.

Todos os praticantes do campismo associativo/desportivo em Portugal têm de possuir uma licença desportiva, passada pela respectiva Federação e, se pretenderem efetuar esta prática desportiva no estrangeiro, terão de obter a licença desportiva internacional – (*carne camping*) – passada pela FICC.

No que concerne aos indicadores do campismo associativo/desportivo, inicia-se pela política desportiva onde uma boa planificação federativa é sinónimo de êxito económico, através da elaboração de um calendário nacional da organização de acampamentos desportivos, da responsabilidade das suas associadas.

A organização de um evento campista, numa determinada região, quer seja de âmbito nacional ou internacional, é sinónimo de desenvolvimento económico desse local, podendo ainda prolongar-se no tempo, dando sustentabilidade a essa região.

Outro dos indicadores, que apareceram mais recentemente, (com especial incidência, nas últimas duas décadas), é a prática do campismo, não só como desporto, mas também com uma forte componente social, em que permite a manutenção de uma melhor qualidade de vida para os seus praticantes, não só a nível da saúde mas também aliviando uma forte componente de solidão que surge, quase inexoravelmente, na terceira idade.

Quanto à variante turística do campismo os seus indicadores são: a política de turismo, na perspetiva interna e externa; a divulgação do País como marca; a divulgação de determinadas regiões do País e a organização de eventos de grande envergadura em Portugal.

Quanto aos indicadores, enquanto vertente turística de excelência, assume-se como fundamental que exista uma política governamental de turismo que seja pensada, ponderada e promovida, de igual modo, tanto no interior como no exterior do País; a divulgação do País como marca, obedecendo aos critérios mais rigorosos do desenvolvimento de uma imagem de marca que tenha impacto e que se torne duradoura; a promoção de regiões específicas que possam ser mais facilmente visitadas e a candidatura à realização de eventos de grande envergadura em Portugal.

A dimensão turística do Campismo constitui-se através do interesse das famílias, nos seus tempos livres de férias ou fins-de-semana, poderem usufruir de um tipo de vivência descontraída, visitando novos locais, fruindo com o meio ambiente e preservando-o ou repetindo a visita a locais que foram eleitos do seu particular agrado.

No que concerne à variável dependente (VD) – Desenvolvimento Económico –, na sua dimensão da sensibilidade das estruturas locais, os indicadores são os seguintes: o interesse paisagístico de determinado local; a divulgação/promoção; o interesse histórico ou patrimonial; o interesse desportivo; o interesse astronómico; o interesse ornitológico; o interesse gastronómico; o interesse ambiental e o interesse religioso.

De seguida, efetuar-se-á uma análise mais aprofundada sobre cada um dos indicadores acima descritos.

O interesse natural ou paisagístico de determinado local assume-se como um vector muito importante no sentido de ganhar mais visitantes, divulgando apenas a sua beleza natural.

Uma divulgação/promoção bem pensada, estrategicamente colocada e criteriosamente escolhida do ponto de vista temporal, é factor determinante no aumento da procura.

O interesse histórico e patrimonial embora não dependendo do homem, na actualidade, promove, sem sombra de dúvida, a captação de visitantes praticando Campismo e, conseqüentemente, o inerente desenvolvimento económico.

O interesse desportivo de determinado local, quer pelas suas condições naturais para a prática de determinado desporto de ar livre ou de natureza, quer pela disponibilização de infra-estruturas de qualidade como condições adjacentes para a prática desportiva, arrasta, não só os praticantes de determinada modalidade, mas também as famílias e os adeptos num aumento exponencial de visitantes.

O interesse astronómico por determinados locais, muitas vezes recônditos e de difícil acesso, são passagem obrigatória para os amantes desta ciência.

O interesse ornitológico tem cada vez mais aderentes que não se importam de passar um largo período das suas férias e fins-de-semana, na observação de aves, como verdadeiros amadores estudiosos do ponto de vista científico, apreciando, igualmente, o valor económico que as aves têm para as pessoas em virtude da estadia em determinado local, com o conseqüente desenvolvimento local, através da prática campista.

O interesse gastronómico, o Campismo e a gastronomia sempre viveram de mãos dadas e é inquestionável que uma boa gastronomia ou original pode prolongar uma estadia e ser um dos factores mais importantes do desenvolvimento económico de uma localidade ou região.

O interesse ambiental, da mesma forma que o astronómico ou o ornitológico, o ambiental leva muitas pessoas, através da prática do Campismo, aos locais mais variados, através da prática do Campismo, para observação da preservação ambiental de determinada região ou, pelo contrário, a verificação de um atentado ambiental que se tenha verificado.

O interesse religioso que possui uma componente altamente massificadora, particularmente, em determinados períodos do ano (datas correspondentes a festividades religiosas) e que promove fortemente o desenvolvimento económico, em todas as suas vertentes, trazendo pessoas de todo o Mundo àqueles locais de culto¹²⁰.

Por outro lado, o campismo, a sua actividade e a indústria associada, particularmente, os parques de campismo, são também, um factor promotor de emprego, mas não é um emprego descaracterizado, é um criador de emprego local e regional, contribuindo para a diminuição das assimetrias. E se, de acordo com o Art.º 48º da Constituição portuguesa, todos têm direito ao trabalho, a verdade é que o campismo é um catalisador desse mesmo emprego.

Também devido a esse factor, as autarquias pretendem ter parques de campismo nas suas freguesias e concelhos por ser gerador de emprego diminuindo, conseqüentemente, o desemprego das suas regiões e o risco social e familiar inerente.

¹²⁰ O exemplo do santuário de Fátima é bem exemplificativo pois, pelo menos uma vez por mês, leva àquele local, milhares de fiéis, vindos dos quatro cantos do mundo, que enchem sistematicamente, tudo o que é oferta de alojamento, restauração, lojas, etc. e muitos deles vêm em prática de campismo.

As entidades que promovem e desenvolvem o campismo, quer seja a nível desportivo, quer seja a nível turístico, ao pagar o seus impostos ao Estado, quer à administração fiscal, quer à segurança social, são igualmente agentes de desenvolvimento económico.

Portanto, pode-se concluir sobre esta problemática, que o campismo e os seus agentes, quer sejam clubes desportivos, empresas dedicadas, juntas de freguesia, municípios ou outros contribuem, decisivamente, para o aumento de riqueza nacional, como geradores de emprego, captando forasteiros (nacionais e estrangeiros), para as regiões, desenvolvendo o comércio local, bem como promovendo e otimizando a sua riqueza histórica, valorizando o seu capital humano e captando verbas extraordinariamente importantes para o desenvolvimento económico.

5.2. Análise crítica das entrevistas

A escolha da Costa da Caparica e do Concelho de Almada para a realização das entrevistas, prendeu-se com o facto de ser nesta zona que se concentram, não só dois parques de campismo do CCL (sendo um deles o mais antigo do país), mas também o maior número de parques associativos, correspondendo a milhares de campistas e famílias possibilitando uma amostragem significativa do universo.

Ambos os autarcas manifestaram uma visão coincidente das matérias alvo da entrevista pelo que será efetuada uma apreciação, das mesmas, como um todo.

O desempenho do CCL em relação às quatro dimensões acima estudadas, foi devidamente comprovado e enaltecido pelas entrevistas realizadas ao Presidente da Câmara Municipal de Almada, Dr. Joaquim Judas e ao Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, Sr. José Ricardo que, com o seu conhecimento estratégico da Freguesia da Costa da Caparica e do Concelho de Almada, quer a nível das suas infraestruturas, quer a nível do seu tecido humano, manifestaram o seu reconhecimento pelo trabalho de décadas que, que os clubes de campismo que possuem parques na Costa da Caparica têm vindo em prol da comunidade e, particularmente o CCL pois é o mais antigo, existindo na Costa há quase 7 décadas.

Sublinharam as dimensões, económica, ambiental e social, numa interligação harmoniosa com a população capariquense, promovendo sinergias, em conjunto com outras instituições da zona, alargando o espectro de entidades envolvidas e potenciando as capacidades de apoio aos mais vulneráveis, com particular destaque para os mais idosos e para os mais jovens.

Manifestaram ainda que o CCL (e outros clubes de campismo), promoveram um intercâmbio de culturas, tendo contribuído paulatinamente para o desenvolvimento e para a modernidade da Costa da Caparica, fazendo-a evoluir de uma aldeia piscatória para uma cidade cosmopolita.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CAPÍTULO VI. ANÁLISE COMPARATIVA DE SUSTENTABILIDADE – BENCHMARK

Existem cada vez mais parques de campismo internacionais em que as questões da sustentabilidade se encontram previstas, quer isto dizer que usam práticas de sustentabilidade no seu dia-a-dia na gestão do parque. Acresce o facto de divulgarem essa informação, ou seja, têm de ser sustentáveis e comunicam.

Relativamente ao nosso país, deve-se distinguir o tipo de funcionamento dos parques de campismo, podendo-se elencar diferentes tipos:

Os parques de campismo de âmbito comercial, em que a sua actividade é gerida como qualquer negócio empresarial e, portanto, com fins lucrativos;

Os parques de campismo de âmbito municipal ou de freguesia onde as autarquias, efectuam a gestão dessa infra-estrutura, não com o objetivo do lucro, mas com um fim turístico e de desenvolvimento económico das suas regiões, de captar mais forasteiros e, por isso, é normal encontrar o funcionamento desses parques a ser assegurado por trabalhadores das autarquias, como uma extensão do trabalho autárquico;

Os parques de campismo associativos/desportivos que têm uma filosofia própria, são geridos por clubes que possuem utilidade pública e não visam o lucro.

De um modo geral, o que se passa em Portugal, não é o que se passa no resto da Europa, porquanto a maioria dos parques são geridos por empresas.

Para a análise que pretendemos levar a efeito, baseamo-nos em quatro questões: 1) Qual a sua estrutura jurídica; 2) Saber se têm práticas de responsabilidade social nos pilares: ambiental, social e educacional, cultural e desportivo e económico; 3) Saber se possuem alguma certificação e 4) Saber se promovem estudos de avaliação de satisfação.

Assim, foi efetuada uma análise comparativa entre dois parques, pertencentes a instituições nacionais sem fins lucrativos e dois parques internacionais pertencentes a empresas e, por isso, com fins lucrativos.

Os dois parques de campismo nacionais, alvo do estudo são o de Melides, concelho de Grândola, pertencente ao CCL e a Campigir Campimeco, concelho de Sesimbra.

Os dois parques internacionais escolhidos foram: no País de Gales, o Ty Parke Farm Camping and Yurt Holidays em Pembrokeshire que é filiado The Greener Camping Club, que é uma entidade que atribui certificados aos parques que pratiquem campismo sustentável. e na Islândia o Reykjavik campsite, localizado em Reykjavik (capital).

Analisando o ponto de vista jurídico, enquanto o CCL é uma associação de direito privado, de utilidade pública e sem fins lucrativos, dedicando-se à promoção do campismo associativo/desportivo, já a Campigir é uma empresa, satélite da MSRI Lda. fabricante de alojamentos complementares de campismo (bungalows) e que instala nos seus parques.

Quanto ao Ty Parke Farm Camping é uma empresa e, por isso, visa o lucro. Quanto ao Reykjavik Campsite é um parque municipal, gerido por uma ONG que valoriza fortemente a sustentabilidade e não tem fins lucrativos.

Quanto às práticas de responsabilidade social, todos os parques alvos do estudo têm uma preocupação acrescida nesta área, sendo que as práticas do CCL já foram devidamente explicitadas no capítulo anterior, promovendo ações em todos os pilares. O Campigir resume-se ao âmbito social, e à recolha de lixo selectiva. No caso do Ty Farm, concentra as suas ações no âmbito ambiental, através da manutenção do habitat natural, plantação de árvores e uso de energias renováveis, encorajando a reciclagem.

Quanto ao Reykjavik Campsite, abrange três pilares – ambiental, social e educacional e económico, sendo muito abrangentes no pilar ambiental, porquanto, para além da recolha de lixo selectiva, efetuam a limpeza das instalações com produtos com rótulo ecológico, bem como a utilização de sabonete e papel higiénico. Utilizam sistemas de poupança energética.

Quanto aos rótulos ou certificações, apenas o CCL não possui qualquer certificação, talvez pela sua característica jurídica, embora tenha uma preocupação acrescida em todos os pilares. No que concerne ao Campigir possui uma certificação de boas práticas de responsabilidade social, de uma ONG local – Cercizimbra no âmbito da reabilitação profissional. No tocante ao Ty Farm possui o Greener Camping certificate. Relativamente ao Reykjavik Campsite possui o Earthcheck award, que é um grupo de benchmarking científico.

Na última questão sobre se as entidades visadas por este estudo efetuam estudos de avaliação de satisfação, poderemos dizer que, quanto ao CCL, o seu desempenho é avaliado em duas assembleias gerais anuais, em que a sua massa associativa aprecia, discute e vota o plano de atividades, orçamento e o relatório e contas, sendo o local próprio para a avaliação da satisfação.

Quanto ao Campigir, ao Ty Farm e ao Reykjavik campsite, embora não efectuando estudo de avaliação, têm uma avaliação por via indireta, uma vez que todos eles trabalham com o centro de reservas booking, pelo que têm uma avaliação de satisfação on line.

Uma última palavra que reforça esta preocupação, com enfoque a nível da 3ª questão, vem através de uma decisão da Comissão das Comunidades Europeias, de 2013, estabelecendo critérios ecológicos para a atribuição do rótulo ecológico comunitário a parques de campismo, baseando-se na diminuição dos consumos de energia e água, na redução da produção de resíduos, promover a utilização de produtos amigos dos ambiente e de energias renováveis e, finalmente incentivar a educação ambiental.

CAPÍTULO VII – CONCLUSÕES

7.1. Síntese da investigação

A base deste trabalho de investigação centrou-se no estudo de uma associação desportiva, sem fins lucrativos, com uma prática de campismo marcando os primórdios da prática deste desporto organizado em Portugal, bem como a pesquisa de uma resposta sobre um Setor que não tem sido estudado neste âmbito.

Em face de Responsabilidade Social ter sido alvo de estudo, sobretudo no âmbito empresarial, impunha-se a avaliação de uma entidade do Setor não lucrativo e qual a sua vontade e espírito de iniciativa para incorporar e implementar questões de Responsabilidade Social.

Iniciou-se a abordagem pelos conceitos da Responsabilidade Social, das Entidades do Setor Não Lucrativo e do Campismo na sua evolução social a nível mundial.

Foi efetuada, igualmente, a abordagem dos conceitos da Economia Social, da Economia Solidária, um estudo de comparabilidade entre as duas, avaliando as diferenças e semelhanças. Foram devidamente destacadas e comparadas as diversas Versões da Economia Solidária.

Foi avaliada a relação, não só entre a Responsabilidade Social e a Economia Social e Solidária, mas também o desenvolvimento desta Responsabilidade Social no Setor Não Lucrativo.

Foi efetuada uma análise comparativa de desempenho entre o que se faz em Portugal, nos parques do CCL e o que se faz em alguns parques do estrangeiro (análise de benchmark), segundo quatro parâmetros: a sua estrutura jurídica; se promovem práticas de Responsabilidade Social; se têm certificação e se efetuam estudos de avaliação sobre a satisfação dos utentes. Esta análise constituiu uma limitação ao estudo, porquanto as realidades jurídicas são muito diferentes entre a realidade do associativismo nacional e a realidade internacional.

Quanto ao campismo, iniciámos com uma apresentação de uma perspetiva histórica, sempre espartilhada pelo Estado Novo até 25 de abril de 1974. Debruçámo-nos sobre a evolução da legislação aplicável, as suas linhas de evolução e o estado da Arte.

Efetuámos a investigação sobre o CCL, a nível da sua caracterização orgânica e institucional, bem como o seu posicionamento na sociedade.

Para responder á Questão de Investigação foram devidamente estudadas o universo de boas práticas que a associação alvo do estudo de caso leva a efeito no seu quotidiano, quer a nível dos seus profissionais, quer a nível dos seus associados, baseando-nos nas quatro dimensões da Responsabilidade Social. Não só dentro dos seus parques de campismo, mas também fora em locais de acampamento. Para essa missão fizemos o acompanhamento, não só dos encarregados dos parques, certificando-nos das boas práticas, mas também da sua programação de eventos nas áreas cultural, desportiva, recreativa e pedagógica.

Assim, relativamente à Questão de Investigação colocou-se a seguinte dúvida:

Será que a actividade desenvolvida pelo Clube de Campismo de Lisboa pode ser considerada no âmbito da Responsabilidade Social das Organizações?

A mesma foi, no nosso entender, devidamente comprovada.

Também como resultado do nosso estudo perspetivámos, ainda que o campismo é um instrumento extraordinário de educação para a Responsabilidade Social e de promoção da Responsabilidade Social.

O último patamar é a responsabilidade individual de cada campista – esse é o desígnio final

Sendo o parque de campismo, uma espécie de “Escola Viva” de Responsabilidade Social, o campista, necessariamente, torna-se, ele próprio, um embaixador da Responsabilidade Social, ao nível individual.

7.2. Propostas para o futuro

Após toda a investigação efetuada neste trabalho e em jeito de sinopse, podem ser apontados como propostas de futuro alguns “mandamentos”, como contributo tendente a um campismo sustentável, integrando posturas de ordem conceptual com opções estratégias técnicas:

A promoção da tolerância, a reconciliação do ser humano com o essencial, a exultação dos ideais da Revolução Francesa – Liberdade, Igualdade e Fraternidade;

A estimulação do conhecimento do ser humano com a natureza, a promoção do “Espírito Campista” de solidariedade, companheirismo e partilha.

A redução da pegada ecológica, respeitando o local que nos acolhe, promovendo a recolha selectiva, bem como a obtenção de energia através de métodos não poluentes.

A certificação dos parques de campismo - Para o incentivo da manutenção de futuro, deverá existir um reconhecimento aos parques que desenvolvam um esforço no sentido de serem socialmente responsáveis, através de uma certificação de qualidade, por um selo um rótulo ou uma placa, passada por uma entidade governamental credível, que informasse o seguinte:

“ESTE PARQUE É SOCIALMENTE E AMBIENTALMENTE RESPONSÁVEL”

Certamente, este reconhecimento se traduzirá numa mais-valia. Deve-se ter em atenção que, hoje, existe um termo muito divulgado que é o ecocamping. Sem tirar qualquer mérito das preocupações inerentes a este conceito, move-se apenas na área ambiental ou seja, é algo redutor. Havendo um rótulo de Responsabilidade Social seria muito mais abrangente, pois não existem rótulos para a vertente cultural nem para a económica.

Estabelecimento de parcerias - Seria muito interessante haver parcerias com estruturas internacionais que trabalhassem estas matérias da Responsabilidade Social no campismo.

A formação de dirigentes – A criação de acções de formação para dirigentes associativos, na área da Responsabilidade Social, assume-se como uma mais-valia de qualidade e o CCL, como clube pioneiro pode ser, igualmente pioneiro, nesta área do Saber, organizando essas acções.

Organizar um bootcamp de sustentabilidade – Esta seria a aplicação transversal e empírica dos conceitos e das questões da Responsabilidade Social. Seriam realizadas dentro dos parques de

campismo, com um relacionamento inter-geracional harmonioso e onde os mais novos iriam ter uma primeira abordagem a estas questões.

A comunicação deverá ser mais pedagógica e também mais virada para o exterior e para a comunidade não campista.

O exemplo paradigmático do reconhecimento do poder autárquico sobre a vertente ambientalista do campista e dos parques de campismo da esfera dos clubes associativos/desportivos, encontra-se bem patente nas palavras do Dr. Joaquim Judas, Presidente da Câmara Municipal de Almada, durante a Sessão Solene comemorativa do 68º aniversário de outro clube de campismo associativo – o Clube de Campismo do Concelho de Almada (CCCA), em que a determinado afirmou no seu discurso de improviso, que os melhores defensores das matas da frente atlântica foram e serão, certamente, os campistas e os parques de campismo.

Concluindo foi, igualmente constatado que este desporto, como nenhum outro, enquanto actividade plena de complexidade e de beleza, multidisciplinar e multifacetada nas suas virtualidades consegue conjugar sinergias e aliar:

- Convívio a Desporto;
- Cultura a Turismo;
- Descoberta a Aventura,
- Simplicidade a Pureza e
- Ser Humano a Natureza.

Constatou-se, também, que promove a socialização da actividade desportiva, bem como o lazer responsável, através de um envelhecimento activo e participativo, com uma inigualável manutenção da qualidade de vida e de um apoio sustentado às camadas mais jovens contribuindo para uma construção do seu carácter e personalidade, baseada nos mais nobres ideais e valores.

O Campismo Desportivo desenvolvido pelo CCL é uma escola de Cidadania, São Companheirismo e profundo respeito pela Natureza, num conceito muito particular e abrangente de “Desporto para Todos” em ambiente de ética desportiva.

Sendo, igualmente, um promotor de cultura é um pilar fundamental do Bem-Estar Social, numa sublimação da Beleza e do Saber, alimento fundamental do Espírito e da Dignidade Humana.

